

Relatório anual 2008

Banco Interamericano de Desenvolvimento



Demonstrações Financeiras e Apêndices Gerais





Relatório anual **2008**

Demonstrações Financeiras e Apêndices Gerais

Carta de apresentação

Conforme estabelecem os regulamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva submete à Assembléia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2008. O relatório, em dois volumes, contém uma descrição das atividades do Banco em 2008 (empréstimos, garantias e operações não

reembolsáveis) e em separado, no presente volume, Discussão e Análise da Administração: Capital Ordinário; as demonstrações financeiras do Banco; e os apêndices gerais.

25 de fevereiro de 2009

Capa: Esses jovens empreendedores, que colhem café na Colômbia, estão aumentando sua produtividade e suas exportações com inovações nas áreas de comercialização, processos produtivos e modelos de negócios, em resposta a novas tendências no mercado internacional de café.

Foto de Patricia Rincon Mautner.

SUMÁRIO

Discussão e Análise da Administração: Capital Ordinário	1
Demonstrações Financeiras	27
Capital Ordinário	29
Fundo para Operações Especiais	63
Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	77
Fundo Não Reembolsável do BID	83
Apêndices Gerais	87
Governadores e Governadores Suplentes	89
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	90
Órgãos de ligação e depositários	91
Principais funcionários	92
Representações e Representantes	93
Despesas administrativas consolidadas	94

**Discussão e Análise da Administração:
Capital Ordinário**

PANORAMA FINANCEIRO

Salvo indicação em contrário, todas as informações apresentadas nesta Discussão e Análise da Administração se referem ao Capital Ordinário do Banco.

O objetivo do Banco é fomentar o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, promovendo igualdade social, redução da pobreza e crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. O Banco é uma instituição internacional constituída em 1959, de acordo com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) e seus proprietários são os países membros. Esses membros incluem 26 países membros mutuários e 21 países membros não mutuários.¹ Os cinco maiores membros do Banco, em termos de número de ações detidas, são os Estados Unidos, Argentina, Brasil, México e Venezuela.

Os recursos do Banco consistem no Capital Ordinário, no Fundo para Operações Especiais (FOE), na Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e no Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). Todas as informações apresentadas nesta Discussão e Análise da Administração se referem ao Capital Ordinário do Banco.

A solidez financeira do Banco se baseia no apoio que recebe de seus membros e em suas políticas e práticas financeiras. Esse apoio se reflete nos aportes de capital recebidos e na diligência com que os membros mutuários satisfazem suas obrigações de serviço da respectiva dívida. A prudência nas práticas e políticas financeiras levou o Banco a aumentar o valor dos lucros retidos, diversificar suas fontes de captação de recursos, manter uma grande carteira de investimentos líquidos e limitar diversos riscos, incluindo os de crédito, mercado e liquidez. O objetivo do Banco é auferir rendimentos em um nível adequado para preservar sua solidez financeira e sustentar suas atividades de desenvolvimento. O **Boxe 1** apresenta uma seleção de dados financeiros selecionados para os últimos cinco anos.

Os principais ativos do Banco são os empréstimos concedidos aos países membros. Em 31 de dezembro de 2008, 95% dos empréstimos contavam com garantias soberanas. Até 10% da carteira de empréstimos e garantias, exclusive empréstimos de emergência e empréstimos do Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento (Programa de Liquidez) podem ser concedidos diretamente ao setor privado e (a partir de agosto de 2006), a entidades sub-soberanas (entidades qualificadas), sem garantia soberana (“operações sem garantia soberana”), respeitados certos limites.

O Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, estruturas e formatos, colocados com investidores em todo o mundo. Essas captações de recursos, juntamente com o patrimônio do Banco, são usadas para financiar as atividades de empréstimo e investimento, bem como as operações do Banco em geral.

A maior parte dos ativos e passivos está denominada em dólares dos Estados Unidos, euros, ienes e francos suíços. O

Banco minimiza o risco de taxa de câmbio equilibrando as moedas de seu passivo e ativo. Os níveis informados para os ativos, passivos, receitas e despesas são afetados pelos movimentos da taxa de câmbio entre essas principais moedas e a moeda de relatório, o dólar dos Estados Unidos. O Banco conjuga as moedas em que está expresso seu patrimônio com as moedas em que estão expressos os empréstimos que concede; por isso, as flutuações de taxa de câmbio não têm impacto significativo sobre a capacidade do Banco para arcar com riscos.

Destaques financeiros

Durante 2008, o Banco aprovou 131 novos empréstimos, num valor total de US\$11,1 bilhões, incluindo dois empréstimos de US\$900 milhões, concedidos pelo novo Programa de Liquidez, comprados com 89 empréstimos, num total de US\$7,7 bilhões, concedidos em 2007. O aumento nas aprovações de empréstimos se deve ao aumento em investimentos, empréstimos baseados em políticas e empréstimos sem garantia soberana, bem como nas aprovações sob o Programa de Liquidez. Além disso, os desembolsos em 2008 totalizaram o equivalente a US\$7,1 bilhões, mais que os US\$6,7 bilhões desembolsados em 2007. A parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados aumentou para US\$19,8 bilhões em 2008 em comparação com os US\$16,4 bilhões de 2007.

Durante o exercício, foi aprovada uma garantia não relacionada com comércio e sem contragarantia soberana, no valor de US\$10 milhões, em comparação com as quatro garantias, num total de US\$900 milhões, aprovadas em 2007. Além disso, foram emitidas 136 garantias de operações comerciais, num valor agregado de US\$203 milhões, (2007 — 68 garantidas com valor agregado de US\$135 milhões).

Em novembro de 2008, a Assembléia de Governadores aprovou a criação do Programa de Liquidez, um programa de empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2009, dentro da categoria de empréstimos de emergência, com um teto de US\$6 bilhões, projetado para ajudar os países membros mutuários a enfrentar os efeitos da crise financeira atual no processo social e econômico da região, protegendo o fluxo de crédito da economia por intermédio das instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2008, tinham sido aprovados US\$900 milhões em empréstimos sob esse programa.

A carteira de empréstimos sem garantia soberana aumentou em US\$1,2 bilhão, para um nível de US\$2,4 bilhões, em comparação com os US\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2007. Além disso, a exposição sem garantia soberana aumentou em US\$347 milhões, para US\$870 milhões, em comparação com os US\$523 milhões do ano anterior. Essa mudança reflete o aumento na ênfase em operações sem garantia soberana por parte do Banco. Em 31 de dezembro de 2008, 6,3% dos empréstimos e garantias em carteira, sem contar os empréstimos de emergência e empréstimos do Programa de Liquidez, não contavam com garantia soberana, em comparação com 3,5% em 31 de dezembro de 2007.

Antes, ainda em 2008, o Banco tinha aprovado um empréstimo sem garantia soberana em um país membro mutuário, e a constitucionalidade do processo de aprovação pelo governo foi contestada em juízo. Em setembro de 2008, a corte constitu-

¹Em 12 de janeiro de 2009, a República Popular da China ingressou no Banco como seu 22º membro não mutuário.

cional do país membro onde se localizava o projeto financiado pelo banco declarou que os decretos governamentais que aprovavam o financiamento por parte do governo eram inconstitucionais. Todos os valores relacionados com o empréstimo continuam a ser recebidos de acordo com os termos estabelecidos. A Administração está no momento discutindo o empréstimo com as partes e autoridades apropriadas. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo desse empréstimo totalizava US\$288 milhões. A Administração declarou esse empréstimo prejudicado e constituiu para ele uma provisão no valor de US\$55 milhões.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou US\$169 milhões em 31 de dezembro de 2008, ao passo que era de US\$70 milhões em 2007. O aumento deveu-se substancialmente ao crescimento nas operações sem garantia soberana e ao empréstimo declarado prejudicado no encerramento do exercício.

Em 2008, o Banco emitiu títulos de dívida com um valor nominal total equivalente a US\$11,1 bilhões (2007— US\$6,1 bilhões), que geraram receita líquida equivalente a US\$10,7 bilhões (2007— US\$5,5 bilhões), com uma vida média de 4,8 anos (2007—7,9 anos). Esses títulos de dívida foram emitidos de acordo com uma estratégia de combinar obrigações referenciais globais de alto valor com transações de valor menor orientadas para segmentos de demanda particulares. O aumento nas captações decorreu, principalmente, do aumento nas amortizações de dívidas e de aumentos líquidos no saldo da carteira de empréstimos (desembolsos menos liquidações) bem como a oportunidades de pré-financiamento de desembolsos previstos para 2009, na sua maioria relacionados com o Programa de Liquidez.

A volatilidade nos resultados demonstrada, resultante de alterações no valor justo de derivativos não destinados a negociações e captações medidas ao seu valor justo não é representativa dos fatos econômicos das transações de captação, já que o Banco geralmente detém suas obrigações e respectivos swaps até o vencimento. Sendo assim, o Banco define Lucro (prejuízo) antes dos ganhos e perdas líquidos a realizar sobre derivativos não detidos para negociação e captações medidas ao valor justo² (anteriormente Efeitos do SFAS 133³ e ajustes de transações em moedas estrangeiras) como Receita (despesa) operacional, o que é mais representativo dos resultados das operações do Banco. Os ganhos e perdas a realizar sobre derivativos não detidos para negociação e captações com medição ao valor justo são demonstrados separadamente na Demonstração do Resultado e Lucros retidos e excluídos da determinação de índices e outros parâmetros financeiros.

O prejuízo operacional para 2008 totalizou US\$972 milhões, em comparação com o lucro operacional de US\$283 milhões em 2007. A redução de US\$1,3 bilhão se deveu, substancialmente, às perdas de US\$1,6 bilhão na carteira de investimentos para negociação, em comparação com US\$280 milhões em 2007. Desde que se iniciou a atual crise de crédito

internacional, em julho de 2007, o Banco realizou perdas de US\$79 milhões (relativas ao preço de aquisição), relacionadas com uma reestruturação de uma nota promissória comercial lastreada em ativos, no valor de US\$66 milhões, e vendas de ativos selecionados a preços com desconto. Em 31 de dezembro de 2008, todos os ativos da carteira de investimentos estavam com curso normal, exceto uma nota promissória comercial com valor justo de US\$13 milhões.

A crise dos mercados financeiros, iniciada em julho de 2007, piorou em 2008. O efeito da crise, caracterizada pela falta de liquidez, aumento na volatilidade e ampliação das margens de crédito, continuou a afetar a capacidade do Banco para mitigar seu risco de crédito por meio de vendas ou hedges de suas exposições. As avaliações continuaram a sofrer o impacto de fatores de mercado tais como as medidas das agências classificadoras de risco de crédito e os preços aos quais as transações se realizaram. O Banco continua a maximizar, na medida do possível, o uso de informações do mercado na avaliação de seus investimentos, incluindo serviços de precificação externos, preços de distribuidoras independentes e curvas de rendimento de mercado observáveis.

Praticamente todos os investimentos estão na forma de títulos de alta qualidade. As perdas com investimentos se relacionam, basicamente, com a parcela lastreada por hipotecas e por ativos, no valor US\$4,2 bilhões, da carteira de investimentos para negociação, a maior parte dos quais continuou com a classificação AAA. Durante 2008, as posições do Banco nesses títulos foram reduzidas por amortizações ao par no valor de US\$753 milhões (para mais informações, consulte a seção de Gestão de Liquidez da presente Discussão e Análise da Administração).

Os encargos são estabelecidos periodicamente pela Diretoria Executiva, como parte de seu exame dos encargos sobre empréstimos praticados pelo Banco, de acordo com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para a determinação de encargos sobre empréstimos do Capital Ordinário. Durante o primeiro semestre de 2008, a Diretoria Executiva manteve o mesmo nível de encargos sobre empréstimos do segundo semestre de 2007, com uma margem de empréstimo de 0,15%, comissão de crédito de 0,10% e sem taxa de supervisão e inspeção. Para o segundo semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009, foram aprovados encargos padronizados com uma margem de 0,30%, comissão de crédito de 0,25% e sem taxa de supervisão e inspeção.

As alterações nas taxas de juros praticadas pelo mercado geralmente não afetam significativamente o Resultado operacional, porque, em boa parte dos empréstimos, o custo é repassado e o Banco, de modo geral, equilibra as estruturas de taxas de juros de seus ativos líquidos com os passivos captados para fins de financiamento.

A Administração aprovou, para entrada em vigor em 1º de janeiro de 2008, a opção de valor justo prevista no SFAS 159 “A Opção de Valor Justo para Ativos e Passivos Financeiros” para certas dívidas de médio e longo prazo (isto é, captações para o financiamento de ativos remunerados a taxas flutuantes) com o propósito principal de reduzir a volatilidade de receita resultante da contabilização de suas captações ao custo amorti-

²As referências a contas e títulos nas demonstrações financeiras e respectivas notas são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúsculas sempre que apareçam nesta Discussão de Análise da Administração.

³Refere-se ao SFAS 133 “Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging”, com sua redação atual.

zado e, como exigido pelo SFAS 133, seus swaps de captação do valor justo, com alterações no valor justo reconhecidas no resultado. Para mais informações, consulte as notas I e K às demonstrações financeiras.

Os ganhos líquidos não realizados sobre os derivativos detidos pelo Banco sem fins de negociação devido a taxas de juros somaram US\$2,9 bilhões durante o exercício, principalmente devido a uma queda global nas taxas de juros sobre swaps de longo prazo nos mercados globais, em comparação com os níveis de 2007. Esses ganhos foram parcialmente compensados por perdas líquidas a realizar de US\$2 bilhões sobre captações escolhidas sob a opção de valor justo, como resultado de alterações nas taxas de juros. Praticamente toda essa volatilidade de resultados, que totalizou um ganho líquido de US\$939 milhões no ano, resultou de um aumento geral nas margens de crédito do Banco no fim do exercício. O tumulto no mercado financeiro levou a uma crise de confiança que teve efeitos negativos sobre os produtos de margem de crédito. Conseqüentemente, as margens do Banco se ampliaram, em comparação com o que eram no fim de 2007, devido, em parte, à concorrência de instituições financeiras garantidas pelo governo com classificações comparáveis com níveis de margens de crédito mais amplas do que as normalmente obtidas pelo Banco no passado.

A gestão da posição financeira do Banco é efetuada pela monitoração de certos índices financeiros, particularmente da relação entre patrimônio total e empréstimos, conhecida como TELR,⁴ em virtude de sua abreviatura em inglês. A TELR em

⁴A TELR é a relação entre a soma do “patrimônio” (definido como Capital integralizados, Lucros retidos e a provisão para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moedas de países mutuários, valores líquidos a receber de membros (mas não incluindo os pagáveis a membros, Ativos de benefícios pós-aposentadoria (mas não passivos por benefícios) e o impacto cumulativo dos Ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre derivativos não detidos para negociação e captações medidas ao valor justo, por um lado, e a exposição pela carteira de empréstimos e garantias.

31 de dezembro de 2008, era de 35,3%, comparada com 40,2% de 31 de dezembro de 2007, com uma queda devida, em sua maior parte, a um aumento no saldo da carteira de empréstimos e exposição líquida a garantias no valor de US\$3,6 bilhões e uma queda no patrimônio usado na TELR de US\$1,1 bilhão, que reflete, em sua maior parte, os prejuízos operacionais de US\$972 milhões, a baixa não repetitiva de custos de emissão de captações diferidos anteriormente no valor de US\$163 milhões contra os lucros retidos no início do exercício, como parte da adoção do SFAS 159, e a exclusão do cálculo de passivos de benefícios pós-aposentadoria no valor de US\$410 milhões em 2008, que foram parcialmente compensados por ajustes de tradução positivos no valor de US\$396 milhões.

Os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (PCGA) exigem do banco o pleno reconhecimento no Balanço Patrimonial de um ativo para o sobrefinanciamento de Planos de Pensões e Benefícios Pós-Aposentadoria (“Planos”) (ou de um passivo, caso haja subfinanciamento) pelo resultado abrangente. A posição de financiamento dos Planos do Banco é determinada anualmente subtraindo as obrigações por Benefícios do plano do valor justo dos ativos do Plano. Em 31 de dezembro de 2008, o Balanço Patrimonial mostrava passivos por Benefícios pós-aposentadoria de US\$410 milhões, em comparação com os ativos por Benefícios pós-aposentadoria no valor de US\$973 milhões em 31 de dezembro de 2007. A redução na posição de financiamento dos Planos, no total de US\$1,4 bilhão, reflete uma queda de US\$1,2 bilhão nos ativos dos planos, resultante, em sua maior parte, de perdas com investimentos, juntamente com o crescimento esperado nas obrigações de benefícios. Em 31 de dezembro de 2008, os ativos dos Planos representam 88% das obrigações por benefícios, em comparação com os 130% que representavam no encerramento do exercício anterior (para mais informações, veja a Nota P às demonstrações financeiras).

As informações acima estão sujeitas às ressalvas contidas nas informações detalhadas encontradas nesta Discussão e Análise da Administração, bem como nas demonstrações financeiras do Capital Ordinário, incluídas no Relatório Anual. Além disso, esta Discussão e Análise da Administração contém informações relativas ao futuro e que podem ser identificadas por termos tais como “crê”, “espera”, “pretende” ou palavras com significados similares. Essas afirmações envolvem alguns pressupostos e estimativas baseados em expectativas atuais, sujeitas a riscos e incertezas fora do controle do Banco. Por esse motivo, pode haver diferenças relevantes entre os resultados futuros alcançados e os previstos atualmente. O Banco não se obriga a atualizar nenhuma das observações sobre o futuro.

Boxe 1: Informações Financeiras Seleccionadas

As informações abaixo se baseiam nas informações detalhadas desta Discussão e Análise da Administração e nas demonstrações financeiras do Capital Ordinário, incluídas no presente Relatório Anual e devem ser lidas em conjunto com elas.

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro				
	2008	2007	2006	2005	2004
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados ⁽¹⁾	\$ 11.085	\$ 8.577	\$ 5.632	\$ 6.448	\$ 5.468
Liberação de empréstimos, bruta	7.149	6.725	6.088	4.899	3.768
Liberação de empréstimos, líquida ⁽²⁾	2.409	1.460	(2.527)	(325)	(1.431)
Dados do Balanço Patrimonial					
Caixa e investimentos, valor líquido ⁽³⁾ , após os swaps.	\$ 16.371	\$ 16.301	\$ 16.051	\$ 13.717	\$ 13.046
Saldo de empréstimos	51.173	47.954	45.932	48.135	49.842
Parcela a liberar de empréstimos aprovados	19.820	16.428	16.080	17.000	16.093
Total do ativo	72.510	69.907	66.475	65.382	67.346
Captações, após os swaps	47.779	45.036	43.550	43.988	45.144
Patrimônio líquido					
Capital acionário exigível	96.599	96.613	96.613	96.613	96.611
(parcela subscrita pelos Estados Unidos, Canadá e os outros membros extrarregionais)	48.287	48.302	48.302	48.302	48.300
Capital acionário realizado	4.339	4.340	4.340	4.340	4.340
Lucros retidos ⁽⁴⁾	15.105	16.013	15.468	14.387	14.171
Patrimônio total	19.444	20.353	19.808	18.727	18.511
Dados da Demonstração de Resultado					
Receita de empréstimos	\$ 2.355	\$ 2.436	\$ 2.466	\$ 2.413	\$ 2.498
Receita (prejuízo) de investimento	(973)	487	619	403	288
Despesas de captações, após os swaps	1.764	2.135	2.070	1.733	1.572
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	93	(13)	(48)	(14)	21
Despesas exceto juros, líquidas	497	518	436	385	331
Lucro (prejuízo) operacional	(972)	283	627	712	862
Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo ⁽⁵⁾	950	(149)	(384)	50	314
Lucro (prejuízo) líquido	(22)	134	243	762	1.176
Índices					
Captações líquidas ⁽⁶⁾ como porcentagem do capital acionário exigível subscrito pelos Estados Unidos, Canadá e outros membros extrarregionais	67,4%	61,2%	57,9%	63,5%	67,3%
Índice de cobertura de juros ⁽⁷⁾	0,45	1,13	1,30	1,41	1,55
Relação entre patrimônio total ⁽⁸⁾ e empréstimos ⁽⁹⁾ (TELR)	35,3%	40,2%	40,8%	37,3%	36,1%
Caixa e investimentos como porcentagem de captações, após os swaps	34,3%	36,2%	36,9%	31,2%	28,9%
Retornos e custos, após os swaps					
Retorno sobre:					
Saldo médio da carteira de empréstimos	4,85%	5,35%	5,22%	5,04%	5,02%
Investimentos líquidos médios	(5,27%)	2,93%	4,39%	3,29%	2,17%
Ativos remunerados médios	2,14%	4,69%	5,02%	4,68%	4,42%
Custo médio de:					
Captações em aberto durante o exercício	3,84%	4,92%	4,78%	4,07%	3,40%
Total dos fundos disponíveis	2,66%	3,36%	3,40%	2,92%	2,53%
Prazo médio da duração (em anos)					
Investimentos e empréstimos	5,26	4,65	4,49	4,41	4,36
Endividamento	3,65	3,87	3,89	4,00	4,15

(1) Os anos 2005 a 2007 anteriormente incluíam linhas de crédito aprovadas pelo Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (TFPP).

(2) Inclui desembolsos de empréstimos brutos, menos amortizações de principal.

(3) Líquido do valor a receber sobre compra ou venda de títulos para investimento.

(4) Inclui Outros resultados abrangentes acumulados.

(5) Anteriormente chamado de Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais. A partir de 1º de janeiro de 2008, o Banco decidiu contabilizar pelo seu valor justo uma parcela substancial de suas captações, como permitido pelo SFAS 159, com alterações no valor justo reconhecido nos resultados. De acordo com as disposições do SFAS 159, os períodos anteriores não foram reformulados.

(6) Captações (após swaps) e exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados (após swaps) e ativos da reserva especial.

(7) O índice de cobertura de juros é calculado com base no Resultado (Prejuízo) Operacional.

(8) Capital integralizado, Lucros retidos e a provisão para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moedas do países mutuários, valor líquido a receber de membros (mas não o líquido a pagar aos membros), Ativos de benefícios pós-aposentadoria (mas não Passivos por benefícios pós-aposentadoria) e o efeito cumulativo de Ganhos (perdas) a realizar sobre derivativos exceto para fins de negociação e captações com medição ao valor justo (anteriormente com a denominação Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações em moedas estrangeiras).

(9) Inclui saldo de empréstimos e exposição por garantias.

OPERAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Geral

O Banco oferece empréstimos e garantias aos governos e a órgãos governamentais, empresas e instituições de desenvolvimento de países membros mutuários como auxílio para que atendam suas necessidades de desenvolvimento. Os empréstimos e garantias também podem beneficiar entidades do setor privado que executem projetos nos territórios dos países membros mutuários ou entidades sub-soberanas, sem garantia soberana e em todos os setores, desde que atendam aos critérios de empréstimo do banco. O Banco também oferece financiamento aos países membros mutuários para assistência não reembolsável e de recuperação contingente, de acordo com sua estratégia global para a região.

Objetivos de desenvolvimento

As metas principais do Banco são a promoção da igualdade social, bem como a redução da pobreza e crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. Para atingir essas duas metas, o Banco concentra seu trabalho em quatro áreas prioritárias:

- Fomento à competitividade, pelo apoio a políticas e programas que aumentem o potencial do país para o desenvolvimento de uma economia global aberta.
- Modernização do estado pelo fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas.
- Investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres.
- Promoção da integração econômica regional, forjando elos entre comunidades para desenvolver mercados mais amplos para os bens e serviços que produzem.

Ciclo de empréstimo

O processo de identificar e avaliar um projeto, aprovar e desembolsar um empréstimo, muitas vezes se estende por vários anos, dependendo da natureza, objetivo e propósito do projeto. Entretanto, em várias ocasiões o Banco abreviou o ciclo de preparação e aprovação em resposta a situações de emergência, tais como desastres naturais ou crises econômicas. De modo geral, a equipe operacional do Banco (economistas, engenheiros, analistas financeiros e outros especialistas setoriais e em países específicos) avalia os projetos. Com certas exceções, todos os empréstimos precisam ser aprovados pela Diretoria Executiva do Banco.

Os desembolsos dos empréstimos estão sujeitos à satisfação das condições estabelecidas no contrato de mútuo. Durante a fase de implementação de operações apoiadas pelo Banco, profissionais experientes do quadro de pessoal do banco analisam o andamento do projeto, monitoram a conformidade com as políticas do banco e ajudam a resolver os eventuais problemas. Uma unidade independente do Banco, o Escritório de Avaliação e Supervisão, avalia certas operações, de acordo com um plano de trabalho anual aprovado pela Diretoria Executiva, com o objetivo de determinar até que ponto seus principais objetivos foram atingidos e essas avaliações são comunicadas diretamente à Diretoria Executiva.

As operações de empréstimo do Banco estão conformes com certos princípios, que, conjuntamente, procuram assegurar que os empréstimos feitos aos países membros se destinem a fins financeira e economicamente sólidos aos quais esses países atribuíram altas prioridades e que os fundos emprestados sejam utilizados como pretendido. Esses princípios são detalhados no

Boxe 2.

Boxe 2: Princípios que regem as operações de empréstimo

- (i) O Banco concede empréstimos com garantia soberana e garantias principalmente ao setor público, bem como a entidades governamentais, empresas e instituições de desenvolvimento dos países mutuários. Além disso, o Banco concede empréstimos sem garantia soberana e garantias de empréstimo a entidades qualificadas.
- (ii) Os interessados em obter empréstimos devem apresentar ao banco uma proposta detalhada, com pormenores sobre os méritos técnicos, econômicos e financeiros do projeto. A proposta precisa incluir uma avaliação dos riscos ou impactos ambientais esperados e das medidas mitigatórias propostas, bem como o impacto sobre as mulheres e grupos indígenas, quando aplicável.
- (iii) O banco não renegocia acordos de reescalonamento de dívida nem participa deles, quando se trata de empréstimos com garantia soberana.
- (iv) Os contratos de empréstimo geralmente contêm uma cláusula vedatória da concessão de garantias que, em termos gerais, proíbe que o mutuário onere seus ativos ou resultados com respeito a dívidas em moeda estrangeira, salvo se houver garantia igual e proporcional para o Banco. A Diretoria Executiva concedeu isenções parciais no passado.
- (v) Na concessão de empréstimos, o Banco calcula a capacidade do mutuário para cumprir as obrigações financeiras sob o acordo de mútuo, o clima macroeconômico e o ônus da dívida do país, bem como políticas e questões institucionais consideradas relevantes para o empréstimo.
- (vi) O Banco considera a capacidade do mutuário para obter financiamento privado em termos e condições razoáveis. O Banco serve como catalisador para promover o investimento privado, não como concorrente deste.
- (vii) O uso feito dos recursos do financiamento é supervisionado. O pessoal do Banco monitora e supervisiona o desenvolvimento do projeto com respeito aos objetivos de desenvolvimento de cada operação, pelas Representações que mantêm em cada um dos 26 países membros mutuários e por meio de mecanismos fiduciários que asseguram o uso apropriado dos recursos do banco para atingir os objetivos da operação.

Empréstimos

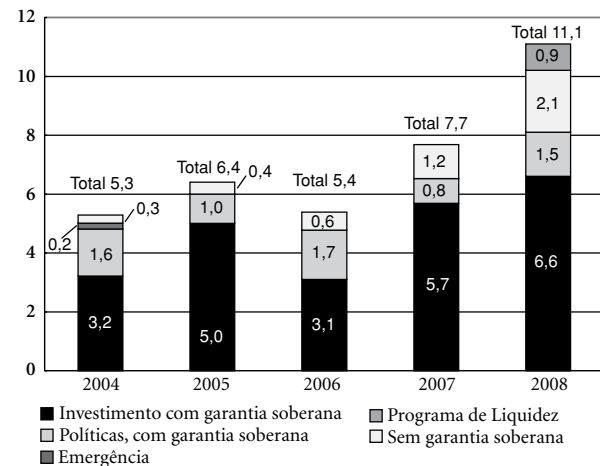
Os empréstimos concedidos pelo Banco com garantia soberana de modo geral se dividem em duas categorias: financiamentos de investimentos para projetos específicos ou financiamentos setoriais baseados nas políticas do Banco. Os financiamentos para investimento normalmente são usados para financiar a aquisição de bens, obras e serviços em apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social em uma ampla gama de setores. Os empréstimos baseados nas políticas do Banco de modo geral apoiam reformas sociais, estruturais e institucionais cujo objetivo é aperfeiçoar setores específicos das economias dos mutuários e promover o crescimento sustentável. Os empréstimos apoiam os seguintes setores da economia: energia, indústria e mineração, agricultura e pesca, transportes e comunicações, financiamento de comércio, educação, ciência e tecnologia, água, saúde e saneamento, turismo, urbanismo, planejamento e reforma, modernização do estado e meio ambiente, bem como preparação de projetos. O Banco também instituiu um programa de empréstimos de emergência e liquidez, para enfrentar crises econômicas ou financeiras.

Em novembro de 2008, a Assembléia de Governadores aprovou a criação do Programa de Liquidez, um programa de empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2009, dentro da categoria de empréstimos de emergência, com um teto de US\$6 bilhões, projetado para ajudar os países membros mutuários a enfrentar os efeitos da crise financeira atual no processo social e econômico da região, protegendo o fluxo de crédito da economia por intermédio das instituições financeiras.

Além disso, o Banco empresta diretamente a entidades qualificadas sem garantia soberana, para o financiamento de investimentos de transações em todos os setores, respeitada uma lista de exclusões. Esses empréstimos e garantias são concedidos com base em condições de mercado, estão sujeitos a certas exigências de qualificações e não podem exceder 10% dos empréstimos e garantias do Banco em vigor, exclusive empréstimos de emergência e no âmbito do Programa de Liquidez. Essas garantias e financiamentos sem contragarantia soberana também estão sujeitos a certos limites, incluindo um teto equivalente ao menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto no caso de projetos de expansão e garantias de crédito, e uma restrição dos valores a 25% (ou 40%, no caso de certos países) da capitalização total da entidade em termos da relação entre endividamento e patrimônio, e 25% do custo total do projeto (40%, no caso de certos países) para novos projetos. O Banco também pode prestar garantias de risco político, dentro do limite de US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto. Em condições excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar empréstimos e crédito e garantias políticas no valor de até US\$400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor por operações sem garantia soberana não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco, no momento da aprovação.

A **Figura 1** apresenta uma análise dos projetos aprovados por tipo de empréstimo durante os últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos, o nível anual de empréstimos para investimento com garantia soberana flutuou entre US\$3,1 bilhões e US\$6,6 bilhões, os empréstimos de apoio a reformas de políticas

Figura 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS, POR TIPO
Anos findos em 31 de dezembro de 2004 a 2008
(Em bilhões de dólares dos Estados Unidos)



variaram entre US\$0,8 bilhão e US\$1,7 bilhão e os sem garantia soberana, entre US\$0,3 e US\$2,1 bilhões. As aprovações de empréstimos totalizaram US\$0,2 bilhões em 2004, sem aprovações posteriores. As aprovações sob o novo Programa de Liquidez somaram US\$0,9 bilhões em 2008.

Durante 2008, as aprovações de empréstimo totalizaram US\$11,1 bilhões (2007 — US\$7,7 bilhões). No **Quadro 1**, apresentamos um resumo das aprovações por país, em 2008 e 2007. As aprovações de empréstimos cresceram em 2008 devido ao

Quadro 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS POR PAÍS⁽¹⁾
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

PAÍS	2008	2007
Argentina	\$ 1.186	\$2.484
Bahamas	100	—
Barbados	41	5
Belize	24	—
Bolívia	56	52
Brasil	3.303	1.445
Chile	581	119
Colômbia	1.074	731
Costa Rica	860	450
El Salvador	544	—
Equador	50	425
Guatemala	279	193
Guiana	16	17
Honduras	79	68
Jamaica	205	—
México	1.095	250
Nicarágua	40	40
Panamá	600	176
Paraguai	82	52
Peru	215	831
República Dominicana	40	80
Suriname	72	7
Trinidad e Tobago	25	—
Uruguai	383	102
Venezuela	—	150
Regionais	125	—
Total	<u>\$11.075</u>	<u>\$7.677</u>

⁽¹⁾ Inclui empréstimos sem garantia soberana.

aumento de US\$0,9 bilhão para projetos de investimento, US\$0,7 bilhão em empréstimos para reformas políticas e US\$0,9 bilhão em empréstimos sem garantias soberanas em relação a 2007, bem como US\$0,9 bilhão em empréstimos aprovados sob o novo Programa de Liquidez. O valor total dos empréstimos e garantias aprovados em 2008, combinado com as aprovações de 2005–2007, estava de acordo com os limites de empréstimos estabelecidos pela nova estrutura para empréstimos para 2005–2008, após o ajuste da transferência dos recursos disponíveis de empréstimos de apoio a reformas políticas para empréstimos para projetos de investimento, que recebeu a aprovação da Assembléia de Governadores em maio de 2008.

Em 31 de dezembro de 2008, o volume total da carteira de empréstimos somava US\$51,2 bilhões, US\$3,2 bilhões acima dos US\$48,0 bilhões do saldo em 31 de dezembro de 2007. O saldo aumentou principalmente porque os desembolsos (US\$7,1 bilhões) excederam as amortizações (US\$4,7 bilhões, incluindo antecipações no valor de US\$0,3 bilhão) e ajustes positivos de tradução de transações em moeda estrangeira no valor de US\$0,8 bilhão. Os saldos a desembolsar em 31 de dezembro de 2008 totalizavam US\$19,8 bilhões, o que representava um aumento de US\$3,4 bilhões em relação a 31 de dezembro de 2007. Essa mudança resulta, principalmente, do fato de que as aprovações excederam os desembolsos e cancelamentos.

Em 2008, a carteira de empréstimos sem garantia soberana aumentou em US\$1,2 bilhão para um nível de US\$2,4 bilhões, em comparação com os US\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2007. Além disso, a exposição sem garantia soberana aumentou em US\$347 milhões, para US\$870 milhões, em comparação com US\$523 milhões do ano anterior. Esse aumento reflete o aumento na ênfase em operações sem garantia soberana por parte do Banco. Em 31 de dezembro de 2008, 6,3% dos empréstimos e garantias em carteira, sem contar os empréstimos de emergência e empréstimos do Programa de Liquidez, não contavam com garantia soberana, em comparação com 3,5% de 31 de dezembro de 2007.

De acordo com os termos do Convênio, o valor total dos empréstimos e garantias não pode exceder, em momento algum, o valor total do capital subscrito, somado às reservas e superávit, excluídos os resultados destinados a certas reservas, incluindo uma reserva especial para obrigações com captações e garantias. A política do Banco, entretanto, é mais estrita e limita o valor total dos empréstimos e garantias ao seu capital realizado, somado à reserva geral e ao capital exigível de países membros não mutuários. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo total da carteira de empréstimos e exposição bruta por garantias, como porcentagem do limite de política de US\$64,1 bilhões, após a exclusão dos efeitos cumulativos de Ganhos (perdas) a realizar sobre derivativos exceto para fins de negociação e captações com medição ao valor justo (anteriormente com a denominação Efeitos da aplicação do SFAS 133, e ajustes de transações em moeda estrangeira), foi de 81,3%, em comparação com 73,3% de 2007.

No anexo I-3 às demonstrações financeiras, é apresentado um resumo da posição do Banco em empréstimos em 31 de dezembro 2008 e 2007, classificado por país.

Condições financeiras dos empréstimos

Condições financeiras disponíveis atualmente

O Banco atualmente oferece uma composição de produtos que proporciona ao mutuário a flexibilidade de selecionar condições compatíveis com suas próprias estratégias de administração de dívidas. O **Quadro 2** apresenta os termos financeiros atualmente disponíveis para empréstimos com garantia soberana. Em 31 de dezembro de 2008, o Banco oferecia dois tipos básicos de empréstimo, ambos denominados na moeda ou moedas de escolha do mutuário, conforme disponíveis sob os programas: Empréstimos do Mecanismo de Moeda Única (MMU) com taxa reajustável e empréstimos baseados na LIBOR. Os empréstimos a taxas reajustáveis do MMU, introduzidos em 1996, estão sujeitos a uma taxa de juros reajustada a cada seis meses, para refletir o custo efetivo do conjunto de captações alocado a tais empréstimos, mais a margem do Banco. A taxa de juros sobre os empréstimos do MMU baseados na LIBOR, introduzidos em 2003, é reajustada trimestralmente, com base na taxa LIBOR para três meses específica para a moeda utilizada, com a adição de uma margem geral que reflete o custo de captação, bem como a margem do banco. A partir de 20 de junho de 2007, o banco vem oferecendo aos mutuários a opção de converter os saldos de empréstimos MMU baseados na LIBOR em empréstimos com taxa fixa. O Banco também oferece empréstimos de emergência bem como empréstimos sob o Programa de Liquidez com garantia soberana.

O Banco oferece empréstimos sem garantia soberana a entidades qualificadas, sob várias condições. Os empréstimos sem garantia soberana podem ser denominados em dólares dos Estados Unidos, ienes, euros, francos suíços ou moeda local, e os mutuários podem optar entre taxas flutuantes ou fixas. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. As margens e encargos de crédito têm determinação separada para cada operação.

Durante 2008, o Banco aprimorou o Mecanismo em Moeda Local (MML), segundo o qual os mutuários têm a opção de receber financiamentos em moeda local de acordo com três diferentes modalidades: i) empréstimos diretamente em moeda local ou conversão para moeda local de futuros desembolsos e/ou saldos devedores; ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de mitigação de risco nos mercados financeiros. Os saldos em carteira do mecanismo em moeda local são remunerados a uma taxa de juros fixa, flutuante ou atrelada à inflação. Em 31 de dezembro de 2008, o banco tinha uma carteira de empréstimos em moeda local que totalizava US\$245 milhões, que foram objetos de swaps back-to-back para dólares dos Estados Unidos.

Condições disponíveis anteriormente

Anteriormente, o Banco oferecia empréstimos por meio de um Fundo Comum de Moedas (FCM), estabelecido em 1982 e cujas operações foram encerradas em 2003. O Banco mantém uma

Quadro 2: CONDIÇÕES FINANCEIRAS DISPONÍVEIS ATUALMENTE PARA EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA

Opção de taxa de juros	Mecanismo de Moeda Única		Mecanismo de Moeda Local	Empréstimos de emergência
	Empréstimos com taxa reajustável	Empréstimos baseados na LIBOR ⁽³⁾	Fixa, variável, atrelada à inflação, sujeita à disponibilidade no mercado	Empréstimos baseados na LIBOR
Moedas disponíveis	Dólares dos Estados Unidos, euros, francos suíços, ienes ou uma combinação dessas moedas		Moeda de qualquer membro mutuário, sujeita à disponibilidade no mercado USD	USD
Base de custo	Custo médio ponderado do endividamento alocado	LIBOR para 3 meses	Equivalente em moeda local do custo em USD do financiamento projetado ou custo real do financiamento	LIBOR para 6 meses
Margem do custo de captação		Margem do custo médio ponderado do endividamento alocado a este projeto		
Margem de empréstimo ⁽¹⁾⁽²⁾	30	30	30	400
Comissão de crédito ⁽¹⁾⁽²⁾	25	25	25	75
Taxa de supervisão e inspeção ⁽¹⁾⁽²⁾	0	0	0	Não aplicável
Taxa inicial ⁽¹⁾	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	100
Prazo ⁽⁴⁾	15 – 25 anos		15 – 25 anos, sujeita à disponibilidade do mercado ⁽⁵⁾	5 anos
Período de carência ⁽⁴⁾	Para financiamento de projetos de investimento: 6 meses após o período de desembolso original Para financiamento de reformas de políticas: 5 anos			3 anos

⁽¹⁾ Encargos sobre empréstimos expressos em pontos-base (bps).

⁽²⁾ Os encargos sobre empréstimos com garantia soberana, excluindo empréstimos de emergência e empréstimos sob o Programa de Liquidez, são determinados periodicamente pela Diretoria Executiva. A Comissão de Crédito não poderá exceder 0,75%, nem a taxa de inspeção e supervisão poderá exceder, em qualquer período de seis meses, o valor que resultaria da aplicação de 1% ao valor do empréstimo, dividido pelo número de períodos de seis meses incluídos no período de desembolso inicial.

⁽³⁾ Os saldos dos empréstimos MMU baseados na LIBOR podem ser convertidos em taxa fixa (taxa de conversão de 0,05%) ou a LCF, respeitadas certas condições.

⁽⁴⁾ Para “empréstimos paralelos” MMU (uma combinação de empréstimos do Capital Ordinário e FOE), o prazo é de 30 anos e o período de carência, 6 anos.

⁽⁵⁾ O prazo dos desembolsos/conversões é limitado aos prazos disponíveis no mercado. Quando o prazo do financiamento do Banco em moeda local for mais curto do que o prazo original do empréstimo, serão oferecidos vencimentos/conversões parciais, de modo que os mutuários tenham a opção de rolar o saldo no vencimento do financiamento original, havendo disponibilidade no mercado e acordo quanto à precificação. Como opção, o Banco oferece a capacidade de alterar o cronograma de amortização original no momento do desembolso/conversão, de modo que (i) a vida média ponderada (VMP) do cronograma alterado não exceda a VMP do empréstimo e (ii) o prazo original dos valores desembolsados/convertidos não exceda o prazo final do empréstimo.

meta de composição para as moedas incluídas no FCM de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes e 25% em moedas europeias. Os empréstimos aprovados antes de 1989 estão sujeitos a uma taxa de juros fixa, ao passo que os aprovados entre 1990 e 2003 estão sujeitos a taxas reajustáveis. A taxa de juros reajustável é repactuada semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os seis meses anteriores, de cada um dos conjuntos de captações alocados para o financiamento desses empréstimos, mais a margem do Banco. Em 31 de dezembro de 2008, esses empréstimos representavam 26% (2007—30%) do saldo da carteira.

Até junho de 2007, o banco oferecia também empréstimos com garantia soberana no Programa de Guichê em Dólares dos Estados Unidos, com taxas fixas ou baseadas na LIBOR, destinados a repasses para tomadores do setor privado.

O **Quadro 3** apresenta uma análise da carteira de empréstimos por produto de crédito. Para mais informações, ver Anexo I-4 às demonstrações financeiras.

Quadro 3: CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR PRODUTO 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2008		2007	
	Total	%	Total	%
MMU — reajustável	\$23.132	45,2	\$22.349	46,6
MMU — base LIBOR	11.069	21,6	8.290	17,3
MMU — fixa	232	0,5	—	—
MMU — fixa, moeda local	245	0,5	147	0,3
Empréstimos de emergência	40	0,1	630	1,3
Programa de Liquidez	37	0,1	—	—
Empréstimos sem garantia soberana	2.433	4,8	1.168	2,4
Sistema de cesta de moedas	13.117	25,6	14.575	30,4
Guichê em Dólares dos Estados Unidos	632	1,2	643	1,4
Outros	236	0,4	152	0,3
Total	<u>\$51.173</u>	<u>100,0</u>	<u>\$47.954</u>	<u>100,0</u>

Dos US\$19,8 bilhões do saldo de empréstimos a desembolsar em 31 de dezembro de 2008, 39% pertencem a empréstimos reajustáveis MMU e 40% às carteiras MMU baseadas na LIBOR.

Encargos sobre empréstimos com garantia soberana (exclusive empréstimos de emergência e do Programa de Liquidez)

Os encargos são estabelecidos periodicamente pela Diretoria Executiva, como parte de seu exame dos encargos sobre empréstimos praticados pelo Banco, de acordo com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para a determinação de encargos sobre empréstimos do Capital Ordinário. Os encargos sobre empréstimos normalmente debitados pelo banco sob o MMU, LCF, Programa do Guichê em Dólares e SCM consistem em uma margem de 0,30% ao ano sobre o saldo em carteira, mais uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre o valor a desembolsar pelo empréstimo, sem taxa de supervisão e inspeção. Durante o primeiro semestre de 2008, a Diretoria Executiva manteve o mesmo nível de encargos sobre empréstimos do segundo semestre de 2007, com uma margem de empréstimo de 0,15%, comissão de crédito de 0,10% e sem taxa de supervisão e inspeção. Os encargos padrão foram aprovados para o segundo semestre de 2008. O **Quadro 4** mostra os encargos prevalentes durante os períodos indicados.

Quadro 4: ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS

	Spread de crédito %	Comissões de crédito %	Taxa de supervisão e inspeção %
2006:			
Primeiro semestre	0,10	0,10	—
Segundo semestre.	0,15	0,10	—
2007:			
Primeiro semestre	0,15	0,10	—
Segundo semestre.	0,15	0,10	—
2008:			
Primeiro semestre	0,15	0,10	—
Segundo semestre.	0,30	0,25	—

Garantias

O Banco pode prestar garantias de risco político e garantias parciais de risco de crédito, sem contragarantia soberana dentro do limite de 10% estabelecido para tais operações ou com contragarantia soberana de um país membro. Essas garantias são denominadas em dólares dos Estados Unidos ou em moeda local. Independentemente da moeda em que a garantia for denominada, a exposição do Banco, em todos os casos, é limitada a um valor em dólares dos Estados Unidos determinado no momento em que a garantia é aprovada.

Como parte das atividades de empréstimo sem garantia soberana, o Banco prestou garantias de risco político e garantias de crédito parciais, concebidas para encorajar investimentos do setor privado em projetos de infraestrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento ao comércio

exterior. As garantias de riscos políticos e garantias parciais de créditos podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias de riscos políticos cobrem eventos de risco específicos relacionados a fatores não comerciais, como conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro ou inadimplência do governo. As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento de dívidas ou transações de financiamento de comércio exterior.

Os termos de todas as garantias são estabelecidos especificamente nos respectivos contratos e estão vinculados principalmente a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida ou a transações de financiamento de comércio exterior. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias para reduzir sua exposição. A exposição por garantias é medida como os fluxos de caixa garantidos futuros, líquidos de resseguro, quando aplicável, descontados para o período atual.

Durante 2008, foi aprovada uma garantia não relacionada com comércio, no valor de US\$10 milhões, em comparação com as quatro garantias, totalizando US\$900 milhões, aprovadas em 2007. O Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio (TFFP) do Banco presta garantias de crédito parciais sem contragarantia soberana para transações de financiamento de comércio exterior. Esse programa, lançado em 2005, autoriza linhas de crédito em apoio a bancos aprovados, respeitado o saldo máximo agregado de US\$1 bilhão em qualquer momento. Durante 2008, foram emitidas 136 garantias para financiamento de comércio exterior, no valor agregado de US\$203 milhões, em comparação com as 68 garantias no valor agregado de US\$135 milhões, prestadas em 2007.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US\$1.035 milhões (2007 — US\$689 milhões), inclusive US\$141 milhões (2007 — US\$99 milhões) prestadas pelo TFFP. Jamais foi exigida garantia alguma. O valor presente líquido da exposição por garantias, por garantias não soberanas, líquido de resseguros, que é o valor levado em conta no cálculo do limite do limite de 10% para as operações sem garantia soberana, era de US\$870 milhões em 31 de dezembro de 2008 (2007 — US\$523 milhões).

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O Banco investe seus ativos líquidos em instrumentos de dívida de renda fixa e depósitos bancários com classificação de crédito elevada. Esses instrumentos incluem obrigações com classificação de crédito elevada emitidas por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades societárias, inclusive títulos garantidos por ativos. Além disso, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxas de juros, na gestão de suas carteiras de investimento.

A liquidez desempenha um papel de capital importância na gestão dos riscos de captação do Banco, por abordar o risco

de que o Banco não tenha fundos suficientes para satisfazer obrigações futuras de desembolso e serviço da dívida. O objetivo da gestão de liquidez é garantir a existência de recursos suficientes para satisfazer obrigações contratuais previstas, bem como para assegurar a continuidade das operações financeiras, caso o Banco tenha de se abster de captar recursos em reação a condições de mercado pouco atraentes ou a qualquer outra restrição. Os princípios de gestão de liquidez do Banco são apresentados no **Boxe 3**.

De acordo com sua política de liquidez, o Banco estabelece os níveis anuais mínimos e máximos de liquidez, calculados em 20% e 40%, respectivamente, do saldo de empréstimos projetado para o encerramento do exercício, com um nível desejado de 30%. Para 2008, a faixa estabelecida para o nível de liquidez vai de US\$9,8 bilhões a US\$19,8 bilhões, com o ponto médio de US\$14,8 bilhões como nível desejado. Em 31 de dezembro de 2008, a liquidez do Banco (em sua maior parte composta de caixa e investimentos, após swaps, menos captações de curto prazo e saldos de caixa na moeda local dos países mutuários) totalizava US\$13,2 bilhões. Durante o ano, a liquidez média totalizou US\$14,7 bilhões, em comparação com US\$16,3 bilhões em 2007.

O Banco conta com linhas de captação a curto prazo, que consistem em um programa de notas com deságio e mantém linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas com deságio é de US\$100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias. Essas linhas de curto prazo são usadas para cobrir necessidades de caixa de curto prazo.

Boxe 3: Princípios de gestão de liquidez

O principal objetivo da gestão de liquidez do Banco é limitar a exposição a riscos de mercado, crédito e liquidez. Dentro das restrições determinadas por esse objetivo principal, o Banco procura maximizar o retorno sobre a carteira de ativos investidos, enquanto limita a volatilidade de sua receita líquida de investimentos, que é a diferença entre retorno dos investimentos e o custo de captação.

O Banco gere sua liquidez por meio de políticas, instrumentos e diretrizes financeiras que servem como regras, procedimentos e ferramentas que definem sua gestão de liquidez. A Resolução sobre Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, prevê as alçadas básicas para aplicação da liquidez. As Diretrizes de Investimento, aprovadas pela Administração, estabelecem os pormenores das condições operacionais, de conformidade legal e monitoramento para a implementação da gestão de liquidez. Ambos os documentos foram projetados para garantir que o Banco avalie os riscos de crédito e mercado e estabeleça restrições de investimento de acordo com o seu nível de tolerância ao risco. Consulte a seção "Gestão de risco financeiro", adiante, para obter informações sobre a gestão de exposição ao risco de liquidez.

Os investimentos líquidos são mantidos em três subcarteiras distintas: transacional e operacional (carteira de investimentos destinados a negociação) e de posições detidas até o vencimento (DAV), cada uma delas com perfis de risco e referenciais de desempenho distintos. A carteira transacional é usada para atender a necessidades de fluxo de caixa do dia-a-dia. A carteira operacional detém a maior parte das posições líquidas do Banco. A carteira DAV consiste principalmente nos ativos da reserva especial.

É permitida a contratação de gestores externos para administrar até 10% do total da carteira de investimentos líquidos. Cada um desses gestores externos está sujeito a diretrizes de investimento separadas que estão de acordo com as Diretrizes de Investimento gerais do Banco. Em 31 de dezembro de 2008, o Banco tinha sob gestão de firmas externas investimentos num total de 554 milhões (2007— US\$431 milhões).

Os retornos das carteiras de investimento líquido em 2008 e 2007 aparecem no **Quadro 5**. A queda no rendimento total da carteira em 2008, por comparação com 2007, deve-se basicamente a um aumento significativo nas perdas não realizadas resultantes da crise dos mercados financeiros iniciada em meados de 2007, conforme exposto adiante. Os rendimentos da DAV subiram ligeiramente no ano.

Quadro 5: CARTEIRAS DE INVESTIMENTO LÍQUIDO⁽¹⁾ 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Carteira	2008		2007	
	Saldo final	Retorno financeiro (%) ⁽²⁾⁽³⁾	Saldo final	Retorno financeiro (%) ⁽²⁾⁽³⁾
Transacional	\$ 3.419	2,23	\$ 567	1,65
Operacional	9.083	(10,34)	11.720	2,86
Detidos até o vencimento	3.568	3,47	3.814	3,45
Total da carteira	\$16.070	(5,27)	\$16.101	2,93

⁽¹⁾ Após swaps e líquido dos valores a pagar ou receber por compra ou venda de títulos para investimento.

⁽²⁾ Retorno combinado de todas as moedas da carteira.

⁽³⁾ Retornos ponderados pelo tempo geometricamente conectados

Crise financeira e exposição da carteira de investimentos líquidos

A crise financeira se iniciou em meados de 2007, quando a queda nos preços de imóveis habitacionais resultou em baixas nos títulos lastreados em financiamentos imobiliários com grau de qualidade inferior (subprime mortgages). Em 2008, a crise de crédito se expandiu no mundo todo, trazendo consigo uma volatilidade e estresse para os mercados financeiros como nunca se tinha visto antes. Depois da bancarrota do Lehman Brothers em meados de setembro, os eventos se aceleraram e os mercados financeiros em todo o mundo enfrentaram uma grave contração na liquidez, a qual levou à maciça intervenção do poder público no setor financeiro. Em outubro, o Congresso dos EUA reagiu à crise aprovando a Lei de Estabilização Econômica de

Emergência de 2008, que, juntamente com outras medidas, permitia ao Tesouro dos EUA injetar capital nos bancos. Em fins de 2008, várias grandes economias já tinham entrado em recessão, com as principais taxas de juros oficiais caindo para níveis historicamente inéditos.

Durante todo o ano de 2008, e como resultado da continuação do processo de desalavancamento das instituições financeiras, os preços de mercado dos títulos estruturados continuaram em queda, uma queda que, até certo ponto, se acelerou. O efeito da crise, caracterizada pela falta de liquidez, aumento na volatilidade e ampliação das margens de crédito, continuou a afetar a capacidade do Banco para mitigar seu risco de crédito por meio de vendas ou hedges de suas exposições. As avaliações continuaram a ser afetadas por fatores de mercado, tais como as medidas tomadas pelas agências classificadoras de riscos de crédito e os preços efetivos das transações. O Banco continua a maximizar, na medida do possível, o uso de informações do mercado na avaliação de seus investimentos, incluindo serviços de precificação externos, preços de distribuidoras independentes e curvas de rendimento de mercado observáveis.

Em resposta à crise e ao efeito de contágio de um setor de mercado para outro, o Banco continuou a monitorar de perto a qualidade dos ativos componentes de sua carteira de investimentos, a analisar e avaliar o valor fundamental de seus títulos, com particular foco nos títulos lastreados em ativos e hipotecas.

Durante o ano, o Banco reconheceu US\$1.596 milhões em perdas a realizar com sua carteira de investimentos, praticamente em sua totalidade relacionadas com os US\$4,2 bilhões em posições em títulos lastreados em ativos e em hipotecas detidas na carteira. Durante 2008, as posições do Banco nesses títulos foram reduzidas por amortizações ao par no valor de US\$753 milhões. Embora a liquidez dessa parcela da carteira continue baixa e as avaliações tenham grande deságio, em 31 de dezembro de 2008, 85,4% ainda contam com classificação AAA, 97,5% têm classificação com grau de investimento e o serviço da carteira continua normal, exceto por uma nota promissória comercial com valor justo de US\$13 milhões. A exposição de crédito para toda a carteira de investimentos totalizava US\$16,2 bilhões no fim do ano, o mesmo valor que em 31 de dezembro de 2007. A qualidade da carteira como um todo continua alta, já que 84,9% da exposição de crédito tem a classificação AAA e AA, 12% têm classificação A, 1,6% tem as mais altas para curto prazo (A1+), e 1,5% tem classificação abaixo de A/A1+. O **Quadro 6** mostra uma análise da carteira de investimentos comerciais em 31 de dezembro de 2008 e 2007, por categoria de ativo.

Quadro 6: CARTEIRA DE INVESTIMENTO PARA NEGOCIAÇÃO POR CATEGORIA DE ATIVO 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Categoria de ativo	2008		2007	
	Valor escritural	Ganhos (perdas) a realizar	Valor escritural	Ganhos (perdas) a realizar
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	\$ 2.678	\$ 9	\$ 454	\$ 3
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA	771	2	127	(1)
Obrigações de bancos	4.781	(99)	4.707	4
Títulos privados	199	(2)	411	(5)
Títulos lastreados em ativos e hipotecas	4.184	(1.506)	6.608	(281)
Total dos investimentos para negociação	<u>\$12.613</u>	<u>\$(1.596)</u>	<u>\$12.307</u>	<u>\$(280)</u>

Obrigações contratuais

Durante o curso de suas operações normais, o Banco assume diversas obrigações contratuais que exigem pagamentos em dinheiro em datas futuras. As obrigações contratuais mais significativas se relacionam com a amortização de captações. A estrutura de vencimento das captações a médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2008 é apresentada no Anexo I-5 às demonstrações financeiras. Além disso, o Banco tem várias outras obrigações a serem liquidadas em numerário, as quais são refletidas em suas demonstrações financeiras, inclusive empréstimos a liberar, captações de curto prazo, valores a pagar relacionados a swaps cambiais e de taxa de juros e valores a pagar pela compra de títulos adquiridos para fins de investimento.

ORIGENS DOS RECURSOS

Patrimônio líquido

O patrimônio total, em 31 de dezembro de 2008, somava US\$19,4 bilhões, em comparação com os US\$20,3 bilhões de 31 de dezembro de 2007. A queda de US\$0,9 bilhão reflete, principalmente, as perdas operacionais para o exercício, que totalizaram US\$972 milhões e foram parcialmente contrabalançadas pelos ganhos líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos não destinados a negociação e captações medidas ao valor justo, somando US\$950 milhões, e outras perdas abrangentes, no valor de US\$979 milhões (essencialmente refletindo a queda na posição de financiamento dos planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria do Banco, que somavam US\$1.371 milhões, menos ajustes de tradução positivos de US\$396 milhões), compensados, em parte, pelo ajuste de transição do SFAS 159, totalizando US\$93 milhões (ganho) contra lucros retidos no início do período, como parte da adoção em 2008.

Essa base desempenha um papel crucial, garantindo que o Banco atinja seus objetivos financeiros e permitindo que absorva riscos com seus próprios recursos, dessa forma protegendo os países membros contra a possibilidade de uma chamada do capital exigível. Para fins gerenciais, o Banco monitora

o patrimônio como definido e utilizado na TELR, que mede a adequação de sua capacidade para suportar riscos. O **Quadro 7** apresenta a composição dessa medida em 31 de dezembro de 2008 e 2007. Veja “Gestão de riscos financeiros — risco de crédito — estrutura de adequação de capital” abaixo, para mais informações sobre a TELR.

Quadro 7: RELAÇÃO TOTAL ENTRE PATRIMÔNIO E EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2008 e 2007

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2008	2007
Patrimônio líquido		
Capital acionário realizado	\$ 4.339	\$ 4.340
Lucros retidos:		
Reserva geral ⁽¹⁾	12.542	13.470
Reserva especial ⁽¹⁾	2.563	2.543
Mais:		
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	169	70
Menos:		
Saldos de caixa em moeda local dos países mutuários	131	135
Valores a receber de países membros, líquido ⁽²⁾	52	—
Ativos de benefícios pós-aposentadoria ⁽³⁾	—	973
Lucro (prejuízo) líquido acumulado a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo	1.026	(176)
Parcela do patrimônio usada no cálculo da relação entre patrimônio e empréstimos	\$18.404	\$19.491
Saldo da carteira de empréstimos e exposição líquida por garantias	\$52.095	\$48.529
Relação total entre patrimônio e empréstimos	35,3%	40,2%

⁽¹⁾ Inclui outros resultados abrangentes acumulados.

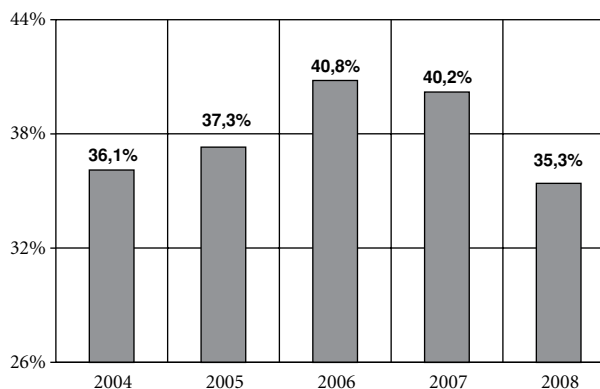
⁽²⁾ Exclui valores líquidos a pagar aos membros, quando aplicável.

⁽³⁾ Exclui Passivos por benefícios pós-aposentadoria, quando aplicável.

Como apresentado no Quadro 7, a TELR caiu de 40,2% em 31 de dezembro de 2007 para 35,3% em 31 de dezembro de 2008. A queda se deve, em sua maior parte, a um aumento no saldo da carteira de empréstimos e exposição líquida a garantias no valor de US\$3,6 bilhões e uma queda no patrimônio usado na TELR de US\$1,1 bilhão, que reflete, em sua maior parte, os prejuízos operacionais de US\$972 milhões, a baixa não repetitiva de custos de emissão de captações diferidos no valor de US\$163 milhões contra os lucros retidos no início do exercício, como parte da adoção do SFAS 159, e exclusão do cálculo de passivos de benefícios pós-aposentadoria no valor de US\$410 milhões em 2008, que foram parcialmente compensados por ajustes de tradução positivos no valor de US\$396 milhões. Apesar da queda, a TELR manteve-se dentro da faixa de 32% a 38%.

Antes de 2007, a TELR tinha um crescimento firme, resultante do crescimento na base patrimonial e no saldo menor da carteira de empréstimos (vide **Figura 2**).

Figura 2: RELAÇÃO TOTAL ENTRE PATRIMÔNIO E EMPRÉSTIMOS



Capitalização

O apoio dado ao Banco pelos seus acionistas se reflete nos aportes de capital recebidos dos membros. Em 31 de dezembro de 2008, o capital subscrito totalizava US\$100,9 bilhões, dos quais US\$4,3 bilhões tinham sido realizados e US\$96,6 bilhões eram exigíveis.

As subscrições de capital realizadas e exigíveis são integralizáveis como descrito abaixo:

Capital acionário realizado: As subscrições do capital realizado foram pagas, integral ou parcialmente, em ouro, dólares dos Estados Unidos ou na moeda do respectivo estado membro. Na maioria dos pagamentos feitos na moeda do respectivo país membro, o país membro tomou providências satisfatórias para o Banco a fim de garantir que, respeitadas as disposições do Convênio, sua moeda seja mantida livremente conversível (ou o país membro comprometeu-se a converter sua moeda em favor do Banco) em moedas de outros países para fins das operações do Banco. O Banco já aceitou obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar da integralização imediata, total ou parcial, das subscrições de capital integralizado dos países membros. De acordo com as disposições do Convênio, essas obrigações são aceitas quando as moedas não são necessárias para as operações do Banco.

Capital acionário exigível: A parcela exigível das subscrições de capital poderá ser exigida somente quando e na extensão necessária para satisfazer as obrigações do banco com relação a captações de fundos ou de garantias. Em caso de chamada de capital, o pagamento pode ser feito, à opção do membro, em ouro, dólares dos Estados Unidos, em moeda plenamente conversível do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco que levaram à chamada de capital. As chamadas de capital serão obrigatoriamente uniformes, mas as obrigações dos membros de efetuar pagamentos quando essas chamadas forem feitas são independentes entre si. A falta de um ou mais pagamentos por qualquer dos membros não escusará nenhum outro membro de sua obrigação de integralizar seus pagamentos e são permitidas sucessivas chamadas contra os membros não inadimplentes, se necessário para satisfazer as obrigações do Banco. Entretanto, não se exigirá de nenhum membro que pague mais do que o saldo a realizar de sua subs-

crição de capital. Jamais foi feita chamada de capital exigível do Banco.

Em 31 de dezembro de 2008, a subscrição total dos Estados Unidos, o maior acionista do Banco, era de US\$30,3 bilhões, dos quais US\$1,3 bilhão tinha sido pago como subscrições do capital realizado. Da parcela exigível do capital subscrito pelos Estados Unidos, que totalizava US\$29,0 bilhões, US\$3,8 bilhões tinham sido plenamente autorizados e alocados, sem limitação de exercício fiscal, pela legislação daquele país, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não precisa de outras alocações orçamentárias para integralizar esse valor, caso qualquer parcela dele seja exigida com o objetivo de satisfazer as obrigações do Banco. O saldo da subscrição de capital exigível dos Estados Unidos, totalizando US\$25,2 bilhões, foi autorizado pelo Congresso dos Estados Unidos, mas ainda não foi apropriado. Em 1979, em conexão com a subscrição, pelos Estados Unidos, de um aumento no capital exigível, o Banco obteve um parecer do Departamento Jurídico do Tesouro daquele país, segundo o qual não é necessária nenhuma alocação orçamentária para tais subscrições enquanto os Estados Unidos não tiverem de fazer pagamentos em conexão com uma chamada de capital feita pelo Banco. O parecer afirma ainda não ser necessária alocação orçamentária para tornar as subscrições de capital exigível feitas pelos Estados Unidos, autorizadas por sua legislação, obrigações com plena garantia do governo, e que uma obrigação contraída pelos Estados Unidos de acordo com uma autorização concedida pelo Congresso para fins constitucionais obriga o país, embora possa ser necessária uma alocação futura para seu financiamento.

Restituição do Capital à Sérvia e Montenegro: Em junho de 2008, o Banco restituiu à Sérvia e ao Montenegro fundos correspondentes às suas ações integralizadas do Capital acionário realizado, como resultado da decisão, tomada por esses países, de não subscrever essas ações como sucessores da República Socialista Federal da Iugoslávia, que foi membro não mutuário do Banco. Os ajustes associados a essas restituições resultaram em uma redução de US\$15 milhões no Capital subscrito, dividida em US\$14 milhões no Capital acionário exigível e US\$1 milhão no capital acionário realizado.

Captações

O Banco capta fundos nos mercados de capitais internacionais principalmente pela emissão de títulos de dívida. Para diversificar suas fontes de captação, o Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas para atender às necessidades dos investidores globais, tanto institucionais como varejistas. De acordo com os termos do Convênio, o Banco pode captar fundos somente com a aprovação do país membro em cujos mercados os títulos de dívida forem vendidos e do país membro em cuja moeda as captações forem denominadas. Além disso, o Banco é obrigado a obter o compromisso de cada um desses países membros de que os recursos obtidos poderão ser convertidos pelo Banco na moeda de qualquer outro país membro, sem restrição. As políticas de captação do Banco são resumidas no **Boxe 4**.

Boxe 4: Política de captações

A política do Banco é limitar o total das Captações líquidas ao capital subscrito exigível dos países não mutuários (Estados Unidos, Japão, Canadá e outros membros extra-regionais). A Captação líquida de recursos é o valor das captações mais exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados e ativos da reserva especial. Os ativos da reserva especial somente podem ser usados para atender as obrigações do Banco relacionadas com captações e garantias. Em 31 de dezembro de 2008, as Captações líquidas representavam 67,4% do capital exigível subscrito dos membros não mutuários, em comparação com os 61,2% que representavam em 2007.

Os objetivos da política de captação do Banco são obter acesso ao mercado de capitais a longo prazo, com volume e eficácia de custos. O Banco utiliza instrumentos derivativos, principalmente swaps cambiais e de taxas de juros, para fins de hedge, como parte de sua estratégia de gestão de passivo, com o objetivo de manter a composição de moedas e estrutura de taxa de juros desejadas e de reduzir os custos de financiamento. O Banco atentamente monitora e regula suas atividades com distribuidoras de valores e contrapartes (ver Gestão de Risco Financeiro - Risco de Crédito - Risco de Crédito Comercial, adiante). O valor e momento das captações do Banco são determinados parcialmente pelos desembolsos de empréstimos, vencimento de obrigações e níveis de liquidez (ver Gestão de Liquidez, acima).

Em 2008, as operações passivas a médio e longo prazo envolvendo diretamente os mercados financeiros totalizaram US\$10,7 bilhões, em comparação com os US\$5,5 bilhões atingidos em 2007. O aumento nas captações deve-se, principalmente, ao aumento nas amortizações de dívidas e aumentos líquidos no saldo da carteira de empréstimos (desembolsos, menos liquidações) bem como a oportunidades de pré-financiamento de desembolsos previstos para 2009, na sua maioria relacionados com o Programa de Liquidez.

As operações de captação de 2008 e 2007 são resumidas no Quadro 8.

Quadro 8: RESUMO DAS OPERAÇÕES ANUAIS DE CAPTAÇÃO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2008	2007
Captações totais de médio e longo prazos ⁽¹⁾	\$10.698	\$5.504
Vida média (anos) ⁽²⁾	4,8	7,9
Número de transações	76	45
Número de moedas	13	12

⁽¹⁾ Representa o produto líquido, com base nas datas das operações.

⁽²⁾ Vida média calculada considerando a probabilidade média ponderada de exercer opções de compra, conforme aplicável.

Os recursos captados em qualquer ano são usados nas operações gerais, incluindo desembolsos de empréstimos e refinanciamento de dívidas próximas ao vencimento. Em 2008, o banco fez três emissões globais de obrigações denominadas em dólares dos Estados Unidos da América com vencimentos de três, cinco e dez anos, com um valor combinado de US\$3,75 bilhões que configuram referenciais estratégicos e fez sua primeira emissão em rupias indonésias. Foram emitidas obrigações em moedas dos países mutuários no valor agregado de US\$175 milhões (2007— US\$909 milhões), nas seguintes moedas: Reais — US\$127 milhões e pesos chilenos — US\$48 milhões (2007—reais — US\$197 milhões, pesos colombianos— US\$30 milhões, colones da Costa Rica — US\$50 milhões e pesos mexicanos — US\$632 milhões). Além disso, o Banco transacionou várias obrigações denominadas em dólares australianos, libras esterlinas, euros, coroas islandesas, ienes, dólares neozelandeses, rublos, rands, liras turcas e dólares dos Estados Unidos da América.

As novas captações de recursos de médio e longo prazo em 2008, classificadas por moeda e em comparação com 2007, são apresentadas na **Figura 3**. Em 2008 e 2007, todas as captações feitas em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos foram permutadas inicialmente por captações em dólares dos Estados Unidos por meio de swaps.

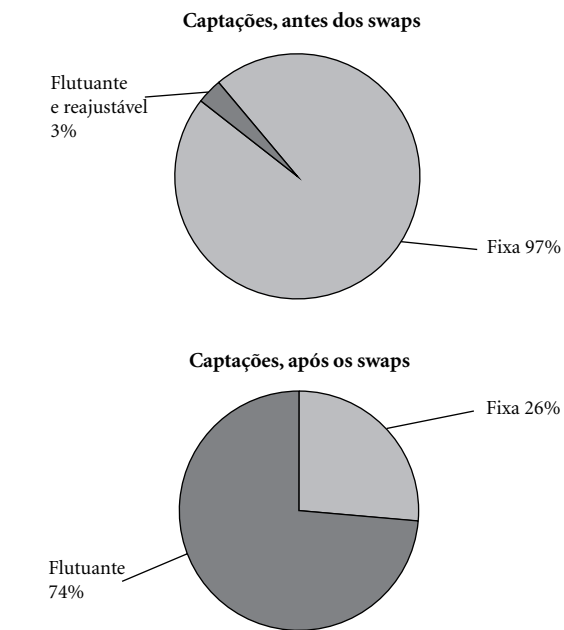
O Banco recompra, resgata ou paga antecipadamente suas obrigações estrategicamente, com o objetivo de reduzir o custo das captações e a exposição à necessidade de refinanciamento em um determinado ano ou para atender outras necessidades operacionais. Durante 2008, o Banco resgatou ou re-

comprou US\$358 milhões de duas de suas captações (2007 — \$326 milhões).

Uso de derivativos: O Banco pode firmar swaps de taxa de juros e de câmbio concomitantemente com suas captações, com o objetivo de converter recursos em euros, ienes japoneses, francos suíços ou dólares dos Estados Unidos e financiamentos com taxas fixas ou flutuantes, de modo a cumprir suas obrigações de desembolso. Em 2008, todas as novas captações com taxas fixas foram inicialmente objeto de swap para dólares dos Estados Unidos a taxas flutuantes, e posteriormente convertidas em financiamentos a taxa fixa e/ou em euros, ienes japoneses e francos suíços, de acordo com as necessidades de financiamento. As **Figuras 4 e 5** ilustram o efeito dos swaps tanto na estrutura de taxa de juros como na composição de moedas de captações de médio e longo prazos em 31 de dezembro de 2008.

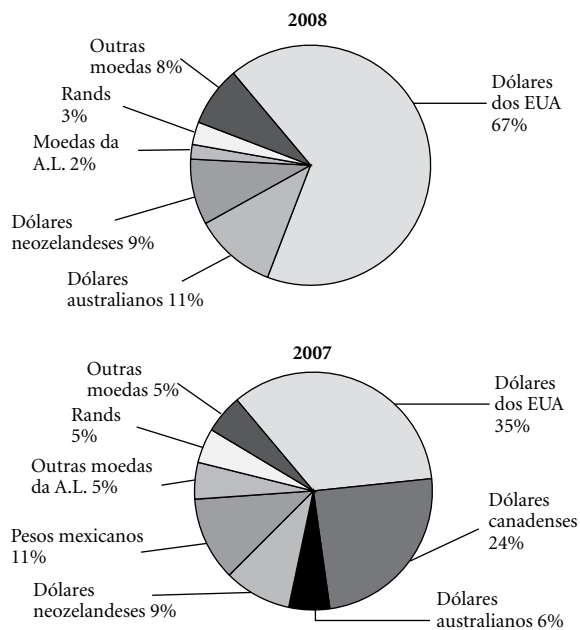
Nas Notas I, J e K e no Anexo I-5 às demonstrações financeiras, são encontradas informações mais detalhadas sobre as captações e derivativos utilizados pelo Banco.

Figura 4: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A ESTRUTURA DE TAXAS DE JUROS DAS CARTEIRA DE CAPTAÇÕES ⁽¹⁾ 31 de dezembro de 2008



⁽¹⁾ Exclusivamente captações a médio e longo prazo.

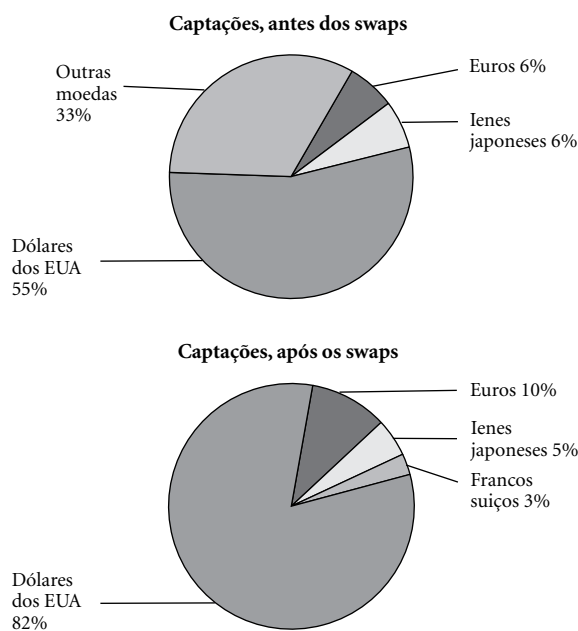
Figura 3: CAPTAÇÕES POR MOEDA ⁽¹⁾ Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007



⁽¹⁾ Inclui as captações de médio e longo prazo, exclusive swaps, e representa o produto líquido, com base nas datas das operações.

Figura 5: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A COMPOSIÇÃO DE MOEDAS DA CARTEIRA DE CAPTAÇÕES⁽¹⁾

31 de dezembro de 2008



⁽¹⁾ Exclusivamente captações a médio e longo prazo.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Lucro (prejuízo) operacional

O Lucro (prejuízo) operacional reflete a receita (despesa) de juros líquida sobre ativos remunerados e a contribuição ao resultado feita pelo capital do Banco, outras receitas de empréstimos, a provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias, e despesas não financeiras líquidas. O **Quadro 9** mostra a composição do Resultado operacional dos últimos três anos.

Quadro 9: LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2008	2007	2006
Receita de juros sobre empréstimos . . .	\$2.301	\$2.404	\$2.435
Lucro (perda) de investimento, líquido ⁽¹⁾	(973)	487	619
	1.328	2.891	3.054
Menos:			
Despesas de captação	1.764	2.135	2.070
Receita (perda) de juros líquida	(436)	756	984
Outras receitas de empréstimos	54	32	31
Outras despesas (créditos):			
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	93	(13)	(48)
Despesas exceto juros, líquidas	497	518	436
Total	590	505	388
Lucro (prejuízo) operacional	\$ (972)	\$ 283	\$ 627

⁽¹⁾ Inclui ganhos e perdas realizados e a realizar.

Ano de 2008 comparado com 2007: O Prejuízo operacional para 2008 totalizou US\$972 milhões, em comparação com o Lucro operacional de US\$283 milhões em 2007, uma redução de US\$1.255 milhões nos resultados. Essa redução se deve, substancialmente, à queda na receita de juros, no valor de US\$1.192 milhões e uma provisão para perdas com empréstimos e garantias no valor de US\$93 milhões, em comparação com um crédito de US\$13 milhões em 2007.

Ano de 2007 comparado com 2006: Em 2007, o Resultado operacional foi US\$344 milhões menor que no exercício anterior, em razão de uma queda na receita de juros, aumento em receitas, exceto juros, que é formada principalmente por despesas administrativas e um crédito de valor mais baixo para perdas com empréstimos e garantias.

Receita (perda) de juros líquida

Os saldos médios das carteiras de ativos e passivos remunerados, após os swaps, bem como seus respectivos retornos e custos para 2008, 2007 e 2006 são demonstrados no **Quadro 10**.

Ano de 2008 comparado com 2007: O Banco teve uma despesa de juros líquida de US\$436 milhões em 2008, comparada com a receita líquida de US\$756 milhões em 2007, uma redução de resultados de US\$1.192 milhões. A queda se deveu, em sua maior parte, a um aumento de US\$1.316 milhões (2008 — US\$1.596 milhões; 2007 — US\$280 milhões) em perdas a realizar sobre a carteira de investimentos para negociação, parcialmente compensadas pelas margens mais amplas aplicadas no segundo semestre aos empréstimos com garantia soberana (excluindo empréstimos de emergência e empréstimos sob o Programa de Liquidez e por um aumento na carteira de empréstimos regulares e na margem de juros por ela gerada.

Ano de 2007 comparado com 2006: A receita de juros líquida caiu US\$228 milhões em 2007 com relação a 2006, principalmente devido às perdas a realizar de US\$280 milhões da carteira de investimentos para negociação do Banco, parcialmente compensadas por um aumento na receita da contribuição feita pelos fundos patrimoniais do banco, que não são remunerados, e taxas de juros levemente mais altas.

Quadro 10: CARTEIRAS DE ATIVOS E PASSIVOS, COM SEUS CUSTOS E RETORNOS*(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

	2008		2007		2006	
	Saldo médio	Retorno/custo %	Saldo médio	Retorno/custo %	Saldo médio	Retorno/custo %
Empréstimos ⁽¹⁾	\$48.589	4,74	\$45.569	5,28	\$47.207	5,16
Investimentos líquidos	16.550	(5,27)	16.791	2,93	14.226	4,39
Total dos ativos remunerados	65.139	2,20	62.360	4,65	61.433	4,98
Captações	46.007	3,84	43.349	4,92	43.314	4,78
Margem de taxa de juros ⁽²⁾		(1,64)		(0,27)		0,20
Margem de juros líquida ⁽³⁾		(0,67)		1,21		1,60

⁽¹⁾ Exclui encargos sobre empréstimos.⁽²⁾ Margem de juros e margem de juros líquida negativas em razão, principalmente, das perdas com investimentos a realizar, resultantes da crise atualmente enfrentada pelos mercados financeiros.⁽³⁾ Representa a receita (despesa) de juros líquida como porcentagem do saldo médio dos ativos remunerados.**Despesas líquidas, exceto juros**

Os principais componentes das despesas exceto juros são apresentados no **Quadro 11**.

Quadro 11: DESPESAS LÍQUIDAS, EXCETO JUROS*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

	2008	2007	2006
Despesas administrativas			
Custos de pessoal	\$332	\$355	\$342
Honorários de consultores	60	58	50
Viagens operacionais	16	20	20
Despesas de realinhamento	5	55	—
Outras despesas	88	76	95
Total das despesas administrativas brutas . . .	501	564	507
Menos: Parcela do Fundo de Operações Especiais	(62)	(64)	(93)
Despesas administrativas líquidas	439	500	414
Receitas de honorários de serviço	(5)	(6)	(5)
Programas especiais	69	37	34
Outras receitas	(6)	(13)	(7)
Despesas exceto juros, líquidas	\$497	\$518	\$436

Ano de 2008 comparado com 2007: As despesas, exceto juros, líquidas, caíram em US\$21 milhões em 2008 principalmente devido a uma redução em despesas de realinhamento (US\$50 milhões) parcialmente contrabalançado pelo aumento em despesas com programas especiais (US\$32 milhões).

Ano de 2007 comparado com 2006: As despesas, exceto juros, líquidas, aumentaram em US\$82 milhões em 2007 principalmente devido às despesas de realinhamento (US\$55 milhões), aumento na porcentagem das despesas administrativas debitadas ao Capital Ordinário (US\$29 milhões), e aumento em salários e respectivos benefícios (US\$13 milhões), parcialmente compensados por uma queda em despesas de depreciação (US\$19 milhões).

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Como parte de seus serviços como banco de desenvolvimento, o Banco fica exposto a riscos de crédito (risco de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país e risco de crédito comercial), risco de mercado (taxa de juros, spread e taxa de câmbio), risco de liquidez (captação e liquidação) e risco operacional.

Governança

O Banco conduz suas operações dentro de uma estrutura de políticas financeiras, usa exclusivamente instrumentos financeiros autorizados especificamente e aplica um processo decisório bem definido à gestão de riscos.

O Banco gere seus riscos de acordo com as disposições do Convênio e outras políticas que tenham sido aprovadas pela Assembléia de Governadores, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Finanças, composto por membros da Administração. Três unidades de gestão de riscos do Banco — adequação de capital/ALM, risco de tesouraria e risco de crédito — foram combinadas para formar o Departamento de Gestão de Riscos, que se reporta agora diretamente ao Vice-Presidente Executivo. O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO, sigla em inglês) é o fórum para analisar questões de risco e gestão financeira em conformidade com as práticas recomendadas de gestão de risco. Essas questões incluem a gestão de ativos e passivos, adequação do capital, produtos financeiros (empréstimos, investimentos, financiamentos, etc.), e planejamento, gestão de risco de tesouraria, gestão de risco de crédito, mercados de capitais (financiamentos e investimentos), gestão de liquidez, contabilização e gestão de empréstimos.

Risco de crédito

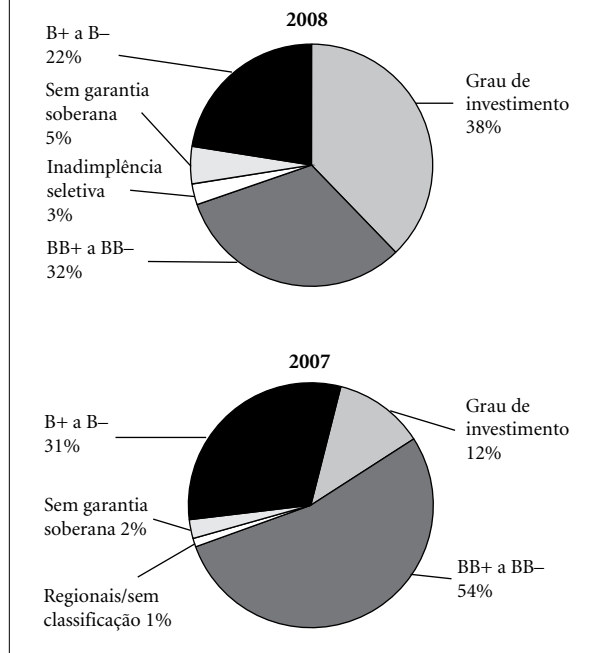
Risco de crédito é a perda potencial que pode resultar de inadimplência por parte de mutuários (risco de crédito de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país), ou da inadimplência/rebaixamento da classificação de crédito de uma contraparte em investimentos, operações financeiras ou swaps (risco de crédito comercial). Quase todos os empréstimos do Banco contam com garantia soberana.

Risco de crédito da carteira de empréstimos: O risco de crédito da carteira de empréstimos é o risco de que o Banco venha a não receber a amortização do principal ou juros de um ou mais empréstimos de acordo com os termos ajustados. Esse risco está diretamente relacionado com o negócio central do Banco e é o maior entre os riscos financeiros que ele enfrenta. O Banco usa múltiplas fontes de proteção contra o risco de crédito de sua carteira de empréstimos, inclusive uma limitação geral aos empréstimos, uma estrutura abrangente de adequação do capital (projetada para assegurar que o Banco detenha capital suficiente em qualquer ocasião, considerada a qualidade e concentração da carteira), uma política para o tratamento de empréstimos em curso anormal e uma política para a manutenção de uma provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito da carteira de empréstimos do Banco é determinado pela qualidade do crédito de cada mutuário e pela exposição a ele.

A Figura 6 mostra que, desde 31 de dezembro de 2007, alguns dos mutuários do Banco viram melhoras em suas classificações, ao passo que outros tiveram uma deterioração. As melhoras levaram a um aumento substancial na parcela da carteira do Banco que tem grau de investimento, que atingiu 38% no fim do ano de 2008, em comparação com somente 12% no fim de 2007. A deterioração de classificações levou 3% da carteira a ingressar na categoria de inadimplência seletiva. O efeito líquido dessas alterações foi uma redução na porcentagem da carteira na categoria BB+ a B- de 85% para 54% durante o período, o que inclui 32% na categoria BB+ a BB- e 22% na categoria B+ a B-. Observe-se que a média ponderada da qualidade de crédito da carteira de empréstimos soberanos continua no nível BB.

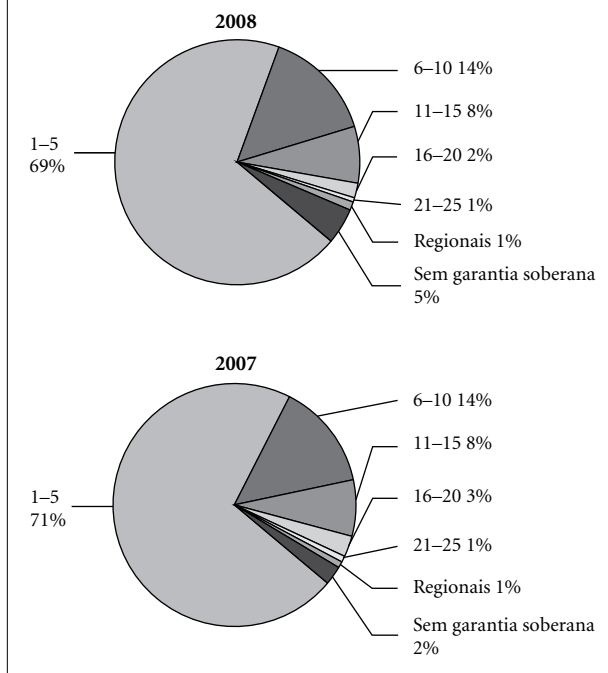
A qualidade de crédito da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2008, como representada pelas classificações de crédito em moeda estrangeira a longo prazo atribuídas a cada país mutuário pelas agências classificadoras (geralmente Standard & Poor's) aparece na **Figura 6**.

Figura 6: QUALIDADE DE CRÉDITO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA REFLETIDA NAS CLASSIFICAÇÕES DOS PAÍSES MEMBROS MUTUÁRIOS 31 de dezembro de 2008 e 2007



A exposição do banco reflete o porte e concentração gerais da carteira. A exposição é limitada exclusivamente pela autorização de empréstimos do Banco; não há limites de empréstimo por país. Levando em consideração a natureza regional das suas operações e os portes relativos das economias dos países mutuários, o Banco espera que a concentração da carteira aumente progressivamente. Como mostra a **Figura 7**, em 31 de dezembro de 2008, 69% da carteira estava em mãos dos cinco maiores mutuantes, com comparação com 71% em 2007. Para mais informações, vide Anexo I-3 às demonstrações financeiras.

Figura 7: CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
31 de dezembro de 2008 e 2007



Limitação aos empréstimos: A política do Banco limita o valor total dos empréstimos e garantias ao seu capital realizado, somado à reserva geral e ao capital exigível de países membros não mutuários. O limite aos empréstimos é mais estrito do que o prescrito no Convênio, que também inclui o capital exigível não prejudicado de todos os membros mutuários.

Estrutura de adequação de capital: A estrutura de adequação de capital do Banco consiste em um modelo de risco de crédito, uma política de adequação de capital e a respectiva metodologia de taxas de juros sobre empréstimos. A estrutura permite ao Banco a gestão do risco inerente à sua carteira de empréstimos devido à qualidade de crédito de seus mutuários e à concentração de seus empréstimos, ao mesmo tempo que oferece aos seus mutuários encargos baixos e estáveis sobre os empréstimos.

O capital econômico do Banco é medido pela TELR, cujo nível desejado de 38% foi determinado com base em uma análise das necessidades de capital econômico do Banco sob vários cenários hipotéticos de tensão financeira.

Empréstimos em curso anormal: Exceto nos casos de empréstimos sem garantia soberana, os atrasos no serviço do empréstimo por parte de um mutuário em qualquer país membro impedem a aprovação de novos empréstimos a mutuários no país membro, podem conduzir à suspensão de desembolsos e resultar na contabilização do empréstimo em regime de caixa, podendo fazer também com que o empréstimo seja declarado vencido e exigível. O Banco exerce sua política de acordo com uma abordagem graduada, resumida no **Quadro 12**.

Quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou de qualquer outro fundo de titularidade do Banco ou sob sua gestão for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos concedidos a esse governo ou garantidos por ele também serão colocados em regime de caixa. O Banco mantém um diálogo contínuo com seus mutuários para garantir que todos os empréstimos serão prontamente quitados.

No caso de empréstimos diretos ao setor privado, um subcomitê do ALCO determina quando a contabilização do empréstimo deve ser colocada em base de caixa, o que pode acontecer em qualquer momento entre 30 e 90 dias após o vencimento ou, em casos especiais, em qualquer momento antes do decurso dos 30 dias.

Provisão para perdas com empréstimos e garantias: Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos do Capital Ordinário com garantia soberana sejam liquidados. Além disso, o Banco mantém uma carteira de empréstimos com garantia soberana essencialmente sem empréstimos em liquidação desde sua fundação. Durante os 49 anos de história do banco, somente cinco países mutuários foram incluídos no regime de caixa, durante períodos variáveis, entre 1988–1992. O saldo máximo agregado dos empréstimos em regime de caixa jamais excedeu 8% do saldo total de empréstimos e o Banco sempre acabou por receber integralmente o valor do principal e juros sobre esses empréstimos. O Banco mantém provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas com garantias para reconhecer as possíveis perdas inerentes a suas carteiras de empréstimos e garantias, relacionadas principalmente a financiamentos sem garantia soberana. Em 31 de dezembro de 2008, o Banco tinha um empréstimo sem garantia soberana classificado como prejudicado, no valor de US\$288 milhões (2007— um empréstimo de US\$2 milhões). De acordo com as políticas do Banco, foi reconhecida uma provisão para perdas com empréstimos e garantias de US\$93 milhões no resultado de 2008 (2007— crédito de US\$13 milhões). Em 31 de dezembro de 2008, as provisões totalizavam US\$169 milhões (2007 — US\$70 milhões). Em 31 de dezembro de 2008, a provisão para perdas com empréstimos e garantias do Programa do Setor Privado totalizava o equivalente a 4,7% do saldo da carteira correspondente (2007—3,3%).

Quadro 12: TRATAMENTO DE EMPRÉSTIMOS SOBERANOS DE CURSO ANORMAL

30 dias após a data do vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre o empréstimo em mora e outros empréstimos do mesmo mutuário. O Banco informa o garantidor de que o mutuário se encontra em mora e solicita o pronto pagamento do valor em mora. O Banco não celebra mais nenhum contrato de empréstimo com mutuários no país em questão e não se aprova mais nenhuma proposta de empréstimo.
120 dias após a data do vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre todos os empréstimos ao garantidor e garantidos pelo garantidor, caso o garantidor deixe de pagar os valores devidos.
180 dias após a data do vencimento	O Banco coloca em regime de caixa a contabilização de todos os empréstimos ao país cujo governo, banco central ou qualquer entidade governamental seja mutuário ou garantidor, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processamento e serão recebidos no futuro imediato. A colocação em regime de caixa implica no estorno da receita acumulada até a data e na cessação de novas acumulações até que os valores pendentes sejam recebidos. Todas as missões do Banco ao país, cujo objetivo seja a programação, preparação ou processamento de empréstimos são suspensas.

Risco de crédito comercial: Risco de crédito comercial é a exposição a perdas que poderiam resultar da inadimplência ou do rebaixamento por parte de uma agência de classificação de créditos de uma das contrapartes do Banco em investimentos, transações de títulos ou swaps. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. De acordo com suas políticas de risco conservadoras, o Banco investe exclusivamente em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades privadas, inclusive em títulos lastreados por ativos. O processo utilizado pelo Banco para controlar o risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emittentes e distribuidoras aceitos; c) definição de limites de classificação de crédito aceitáveis; e d) especificação de limites para exposição e prazo para contrapartes, emittentes e distribuidoras aceitos, com base em seu porte e capacidade creditícia.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e gestão de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente swaps, para fins de hedging. O uso de derivativos é limitado a distribuidoras e contrapartes autorizadas selecionadas com base em políticas conservadoras de gestão de riscos. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de swap e tem contratos mestres de swap, os quais contêm disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também prevêm a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos tetos contratuais. Os contratos mestre de derivativos com as contrapartes foram emendados para tornar as provisões de atenuação de riscos compatíveis com os níveis mais conservadores exigidos pela atual política de gestão de risco de crédito de derivativos. Os limites de exposição às contrapartes são calculados e monitorados com base nas exposições de crédito potenciais modeladas durante a vida da carteira de cada contraparte. Para modelar as interações complexas dos fatores de risco de mercado, a dinâmica da carteira e o impacto dos mecanismos de atenuação de riscos, tais como limiares quantitativos para as garantias e tetos para a rescisão, são usadas simulações completas

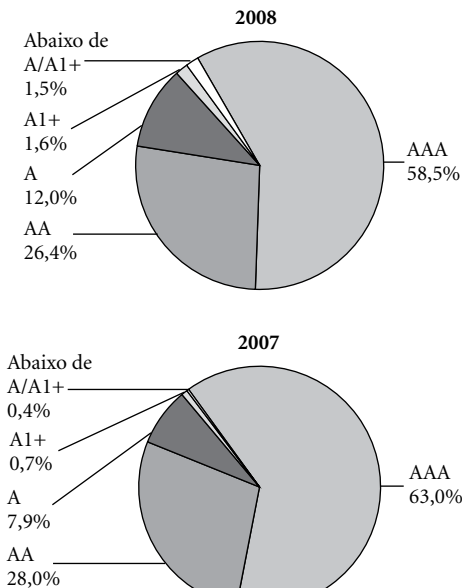
que resultam em estimativas de exposição de crédito potencial. A monitoração das exposições do banco e a gestão desses riscos são processos contínuos. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em swaps entre em inadimplência.

O Banco trata a exposição de crédito de derivativos atual como o custo de reposição do respectivo instrumento derivativo. Esse valor também é conhecido como risco de reposição ou valor da exposição do ajuste ao mercado. A exposição ao mercado é a medida, em um determinado momento, do valor de um contrato derivativo no mercado aberto. Quando o ajuste ao mercado é positivo, indica que a contraparte deve ao Banco e, portanto, cria uma exposição para o Banco. Quando o ajuste ao mercado é negativo, o Banco deve à contraparte e não existe risco de reposição. Quando o Banco tem mais de uma transação com derivativos em curso, com a mesma contraparte de derivativo, a exposição líquida de ajuste ao mercado representa o valor líquido das exposições positivas e negativas com a mesma contraparte. Se o valor do ajuste ao mercado for negativo, a exposição do Banco à contraparte é considerada nula.

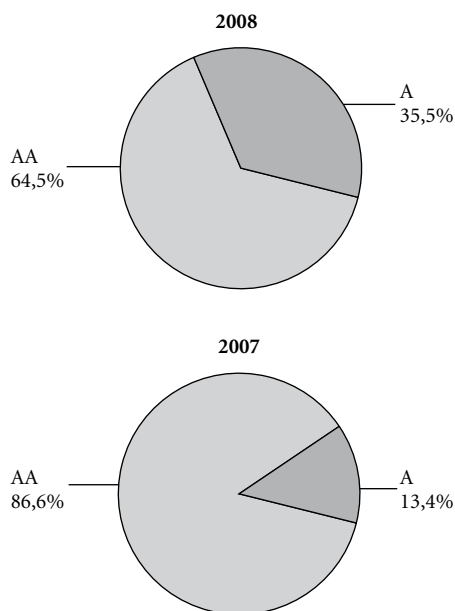
A **Figura 8** apresenta detalhes sobre a exposição de crédito estimada com relação aos investimentos, de acordo com as classificações de crédito dos emittentes. Em 31 de dezembro de 2008, a exposição de crédito para a carteira de investimentos como um todo totalizava US\$16,2 bilhões, o mesmo valor de 31 de dezembro de 2007. A qualidade de crédito da carteira de investimentos em 2008 continua alta, já que 84,9% dos emissores tem a classificação AAA e AA, 12,0% estão classificados como A, 1,6% têm a mais alta classificação para curto prazo (A1+), e 1,5% estão classificados abaixo de A/A1+, em comparação com 91,0%, 7,9%, 0,7% e 0,4%, respectivamente, em 2007. A **Figura 9** apresenta detalhes sobre a exposição de crédito estimada (líquida por contraparte) na carteira de swaps, de acordo com as classificações de crédito. Em 31 de dezembro de 2008, a exposição por swaps de crédito tinha diminuído para US\$2 bilhões quando no ano anterior era de US\$2,5 bilhões. Enquanto que 64,5% das contrapartes tinham a classificação AA em 2008, em comparação com 86,6% em 2007, essas exposições de crédito por swaps têm garantias. Em 31 de dezembro de 2008, US\$1,8 bilhões garantias qualificadas (Obrigações do Tesouro dos EUA ou numerário) tinham sido depositados com o

Agente de Custódia do Banco (em comparação com US\$2,1 bilhões em 2007), o que reduziu significativamente a exposição de crédito por swaps discutida acima para somente US\$0,3 bilhões, em comparação com US\$0,4 bilhões em 2007.

**Figura 8: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DO EMITENTE
31 de dezembro de 2008 e 2007**



**Figura 9: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO EM SWAPS, POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE
31 de dezembro de 2008 e 2007**



Risco de mercado

O Banco enfrenta riscos resultantes das movimentações de mercado, principalmente alterações nas taxas de juros e de câmbio, mitigados pela estrutura integrada de gestão de ativos e passivos.

Gestão de ativos e passivos: O objetivo da gestão de ativos e passivos é gerir as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros da carteira de captações que dá apoio à liquidez e cada um dos produtos de empréstimo, de acordo com os requisitos específicos daquele produto e dentro dos parâmetros de risco prescritos. O Banco emprega derivativos para gestão de suas exposições de gestão de ativos e passivos, alinhando as características de seus ativos e passivos.

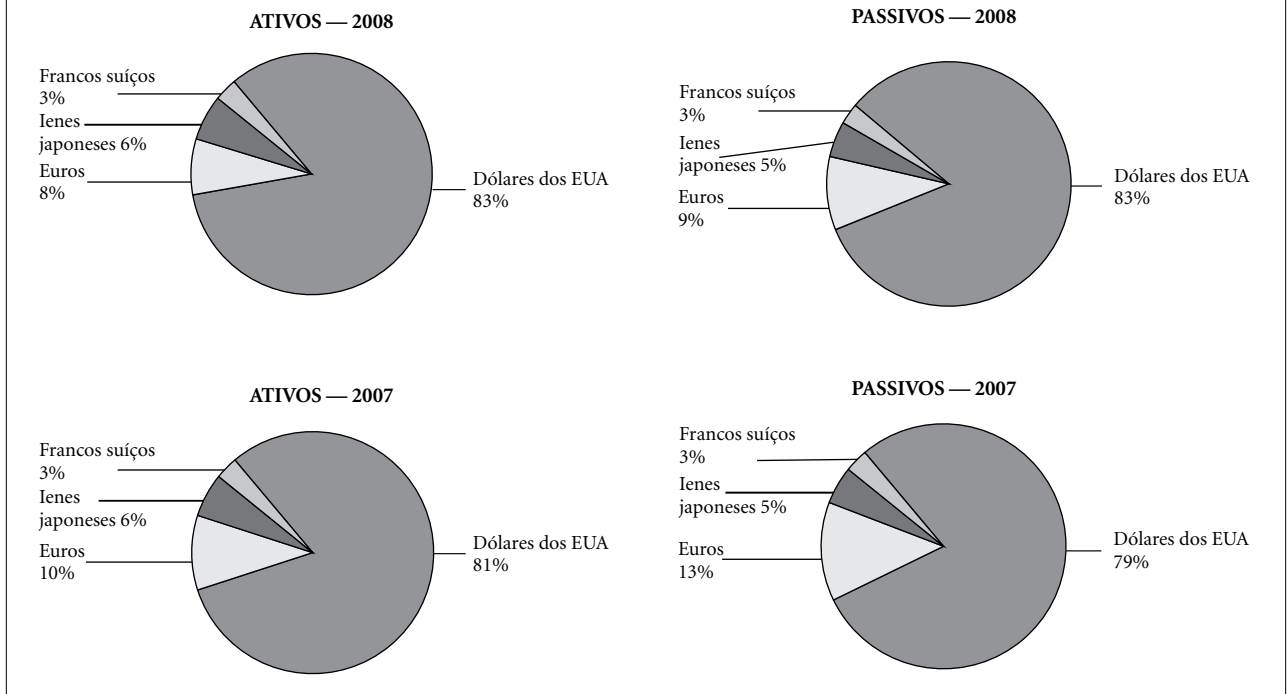
Risco da taxa de juros: O Banco está exposto a duas fontes potenciais de risco de taxa de juros. A primeira é a exposição a alterações na margem líquida entre a taxa auferida sobre os ativos e o custo das captações usadas para financiá-los. A segunda é a exposição a alterações na receita auferida sobre a parcela dos ativos financiada pelo patrimônio.

O Banco mitiga essa exposição às variações do spread líquido por meio de uma formulação de repasse de custos incorporada às taxas de empréstimo sobre a maior parte dos empréstimos existentes, além de uma gestão de estrutura de prazos cuidadosamente projetada pela administração. Esses empréstimos com repasse de custos representam aproximadamente 93% da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2008; os 7% restantes são empréstimos de emergência e do Programa de Liquidez, empréstimos sem garantia soberana e empréstimos com taxas fixas. Alguns dos empréstimos com repasse de custos, principalmente os empréstimos com taxa reajustável do MMU, têm algum risco de taxa de juros residual, devido à defasagem de seis meses inerente ao cálculo da taxa de juros sobre os empréstimos (vide “Operações de Desenvolvimento – Condições financeiras dos empréstimos”, acima). O Banco financia e investe sua liquidez em estruturas de taxas conjugadas, usando restrições às diferenças de prazo médio (duration), de tal modo evitando a exposição excessiva ao risco de taxas.

O Banco atenua essa exposição a alterações no resultado induzidas pelo patrimônio investindo esses fundos em ativos com retornos estáveis.

Risco de taxa de câmbio: Para minimizar o risco de taxa de câmbio em um ambiente onde são usadas várias moedas, o Banco conjuga as obrigações por captações após os swaps em qualquer moeda com ativos na mesma moeda, de acordo com o que prescreve o Convênio. Além disso, o Banco adota a política de minimizar a sensibilidade da TELR por intermédio de conversões periódicas com o objetivo de manter as moedas de seu patrimônio e das provisões para perdas com empréstimos e garantias alinhadas com as das exposições em empréstimos e garantias líquidas. Para minimizar os desalinhamentos de moe-

**Figura 10: COMPOSIÇÃO DAS MOEDAS DOS ATIVOS E PASSIVOS
31 de dezembro de 2008 e 2007**



das, o Banco também alinha a composição de moedas dos ativos da reserva especial com os saldos das captações.

A Figura 10 apresenta a composição de moedas em que estão expressos os ativos e passivos do Banco (após os swaps) no fim de 2008 e 2007.

Risco de liquidez

O risco de liquidez surge das necessidades gerais de financiamento das atividades do Banco e da gestão de seu ativo e passivo. Inclui o risco do Banco não conseguir financiar a carteira de ativos com vencimentos e taxas apropriados (risco de financiamento); o risco de não conseguir liquidar uma posição em tempo hábil a um preço razoável (risco de liquidação); e a exacerbção de ambos os riscos resultante de ter uma parcela substancial de uma carteira de ativos ou passivos alocada a um tipo específico de instrumento (risco de concentração).

O Banco gere risco de liquidez por meio de sua política de liquidez, política de gestão de ativos e passivos e de seu programa de captações a curto prazo. A política de liquidez do Banco determina a quantidade mínima de liquidez projetada para permitir que o Banco possa se eximir de captar fundos durante um determinado período sem deixar de atender às suas obrigações. A gestão de ativos e passivos do Banco, além de otimizar a alocação de patrimônio e endividamento para o financiamento dos diversos ativos do Banco, determina a diferença de prazo e duração entre empréstimos e captações apropriada para reduzir custos de captação e recaptação. Finalmente, dentro do programa de captações a curto prazo, são emitidas

notas com deságio, com vencimento inferior a um ano, para a gestão de necessidades de fluxo de caixa.

Risco operacional

O risco operacional é a perda potencial que pode resultar de atividades internas ou eventos externos, causada por rupturas em informações, comunicações, salvaguardas físicas, continuidade de negócios, supervisão, processamento de transações, precificação, movimentos em saldos e caixa e títulos e em sistemas de liquidação. Além disso, o risco operacional inclui fraudes e faltas de desempenho de responsabilidades legais, fiduciárias e de agência.

Dentro do Banco, vigoram políticas e procedimentos que cobrem todos os aspectos significativos do risco operacional. Esses aspectos incluem, acima de tudo, os altos padrões de ética negocial do banco e seu sistema estabelecido de controles internos. Esses padrões são suplementados pelos procedimentos de recuperação de desastre, planejamento para contingência, pela Política de Divulgação de Informações, procedimentos de devida diligência relacionada com integridade de cliente e projeto, bem como políticas de compras. Além disso, o Banco desempenha um papel ativo, por intermédio de seu recém-criado Departamento de Gestão de Riscos, na avaliação dos aspectos de risco operacional de forma coordenada.

Controle interno sobre a preparação de relatórios financeiros:

Banco aplica Estrutura Integrada de Controle Interno do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway para a preparação de seus relatórios financeiros e estabeleceu

um processo anual para que a administração apresente um relatório sobre a eficácia dos controles internos sobre a preparação dos relatórios financeiros e para que os auditores externos avaliarem e apresentem um parecer acerca do controle interno sobre a preparação de relatórios financeiros. O relatório da Administração e o parecer dos auditores externos sobre o controle interno na preparação dos relatórios financeiros de 2008 está incluído nas demonstrações financeiras.

DIVULGAÇÕES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Base de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, que exigem da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados (ver Nota B às demonstrações financeiras).

Políticas contábeis cruciais

O Banco acredita que algumas das principais políticas contábeis que aplica na apresentação de seus resultados financeiros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos envolvem um grau de julgamento e complexidade relativamente altos e se relacionam com questões inerentemente incertas.

Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco utiliza medidas de valor justo na contabilização da carteira de investimentos de curto prazo, captações escolhidas para a opção de valor justo e todos os derivativos (principalmente swaps cambiais e de taxa de juros) e para as divulgações de instrumentos financeiros. Os valores justos se baseiam em preços cotados pelo mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam em preços de distribuidoras em preços cotados pelo mercado para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados usando modelos de precificação. Os modelos de precificação usam dados de fontes de mercado, tais como curvas de taxa de juros, taxas de câmbio e volatilidade de opções. Esses dados podem ter um efeito significativo sobre os valores justos divulgados para os ativos e passivos e as respectivas receitas e despesas. A Administração acredita que as medidas de valor justo sejam razoáveis, dados os processos utilizados para obter e priorizar dados observáveis (isto é, preços e parâmetros externos) bem como a aplicação uniforme dessa abordagem em períodos sucessivos.

As alterações no valor justo dos títulos de curto prazo e respectivos derivativos são refletidas em Receita de Investimento, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. As mudanças no valor justo de captações e de todos os derivativos, salvo derivativos para investimentos, são demonstradas em Ganhos (perdas) a realizar sobre derivativos exceto para fins de negociação e captações com medição ao valor justo. Ver “Ganhos (perdas) a realizar líquidos sobre derivativos exceto para fins de negociação e captações com medição ao valor justo” na Nota K às demonstrações financeiras.

Provisão para perdas com empréstimos e garantias: O Banco mantém provisões para perdas com sua carteira de empréstimos e garantias em valores que a administração acredita adequados para absorver as perdas estimadas inerentes à carteira como um todo na data do encerramento do exercício. O estabelecimento do nível dessas provisões requer um grau de julgamento significativo.

O uso de diferentes estimativas ou pressupostos, bem como alterações em fatores externos podem produzir níveis de provisões relevantemente diferentes. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos com garantia soberana venham a ser liquidados. Sendo assim, o nível das provisões para garantias e devedores duvidosos é relativamente baixo e principalmente relacionado com a carteira de empréstimos sem garantia soberana e garantias.

Benefícios de pensões e outros benefícios pós-aposentadoria:

O Banco participa, juntamente com a Corporação Interamericana de Investimento (CII), de planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria que cobrem praticamente todos os seus funcionários. Todos os custos, ativos e passivos associados aos planos são distribuídos entre o Banco e a CII, com base na participação de seus respectivos funcionários nos planos. Os custos alocados ao Banco são posteriormente distribuídos entre o Capital Ordinário e o FOE, com base em uma fórmula de alocação de custos aprovada pela Diretoria Executiva. As premissas atuariais aplicadas na determinação das obrigações por benefícios projetadas, valor justo dos ativos dos planos e posição de financiamento associados a esses planos baseiam-se nas taxas de juros vigentes no mercado financeiro, experiência, bem como nas melhores estimativas feitas pela Administração quanto às alterações nos benefícios futuros e nas condições econômicas. Para mais pormenores, consulte a Nota P às demonstrações financeiras.

Auditores externos

Informações gerais: Os auditores externos são nomeados pela Assembleia de Governadores, de acordo com um processo de concorrência. Em 2002, a Ernst & Young LLP (E&Y) foi nomeada auditora externa. Conforme o acordo entre o Banco e a E&Y, as partes anualmente prorrogaram a nomeação daquela empresa até 2006. Em 2007, a E&Y foi a vencedora em um novo processo licitatório e foi nomeada auditora externa do Banco por um segundo período de cinco anos a encerrar-se em 2011.

Os honorários contratados para os serviços de auditoria prestados ao Banco pela E&Y em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e controles internos de 2008 totalizaram US\$1.122.000. Além disso, a E&Y recebeu em 2008, US\$148.000 por serviços relacionados à emissão de obrigações e serviços de consultoria relacionados com a adoção dos SFAS 157 e 159. A E&Y também presta serviços de auditoria a fundos fiduciários administrados pelo Banco e aos planos de aposentadoria do pessoal do Banco, com honorários de US\$472.000 para 2008.

Independência dos auditores externos: O Comitê de Auditoria é responsável por, entre outras coisas, assistir a Diretoria

Executiva na supervisão da função de auditoria externa, incluindo a garantia da independência dos auditores externos. Nesse sentido, o Comitê é orientado pelos seguintes princípios fundamentais:

- O plano de trabalho dos auditores externos, incluindo serviços de auditoria e correlatos, deve ser aprovado pela Diretoria Executiva, com base em recomendação feita pelo Comitê de Auditoria.
 - Quaisquer outros serviços a serem prestados pelos auditores externos em base excepcional podem ser con-
- tratados pela administração de acordo com certos critérios estabelecidos pelo Comitê De Auditoria.
 - Os sócios encarregados do serviço e os revisores devem sofrer rotação, pelo menos a cada cinco anos.
 - O desempenho dos auditores externos é avaliado anualmente.
 - A independência dos auditores externos será confirmada anualmente pelo Comitê de Auditoria.
 - Os auditores externos têm pleno acesso ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPITAL ORDINÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS SOBRE OS RELATÓRIOS FINANCEIROS

17 de fevereiro de 2009

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes sobre os relatórios financeiros dentro do Banco. A Administração avaliou os controles internos do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação dos relatórios financeiros usando os critérios de eficácia do controle interno estabelecidos no Quadro Conceitual de Controle Interno Integrado publicado pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação do relatório financeiro em 31 de dezembro de 2008. Com base nessa avaliação, a Administração considera que os controles internos do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação do relatório financeiro em 31 de dezembro de 2008 são eficazes.

A eficácia de qualquer sistema de controle interno tem limitações intrínsecas, entre as quais erros humanos ou a possibilidade de que os controles internos estabelecidos sejam eludidos ou contornados. Assim sendo, mesmo um controle interno eficaz pode proporcionar só uma segurança razoável no que diz respeito à preparação das demonstrações financeiras. Além disso, devido a mudanças nas condições, a eficácia dos controles internos pode variar com o tempo.

A Ernst & Young LLP, firma de auditoria independente registrada, emitiu um parecer relativo ao controle interno do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação dos relatórios financeiros. Além disso, as demonstrações financeiras do Capital Ordinário do Banco em 31 de dezembro de 2008 também foram auditadas por aquela firma.



Luis Alberto Moreno
Presidente



Manuel Rapoport
Vice-Presidente de Finanças e Administração



Edward Bartholomew
Gerente Geral de Finanças e Diretor Financeiro

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de			
	2008		2007	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 301		\$ 200	
Investimentos — carteira de curto prazo	12.613		12.307	
Detidos até o vencimento	3.621	\$16.535	3.858	\$16.365
Saldo de empréstimos	51.173		47.954	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(136)	51.037	(51)	47.903
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	92		103	
Sobre operações de crédito	564		600	
Sobre swaps, líquido	43	699	20	723
Valores a receber de países membros				
Obrigações à vista, não negociáveis e não remuneradas	356		358	
Valores necessários para manutenção de valor de ativos monetários	79	435	54	412
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos — carteira de curto prazo	2		3	
Empréstimos	43		4	
Captações	3.415	3.460	3.019	3.026
Outros ativos				
Ativos por benefícios pós-aposentadoria	—		973	
Imobilizado, líquido	303		296	
Custos de captação a amortizar	11		180	
Outros	30	344	29	1.478
Total do ativo		\$72.510		\$69.907
PASSIVO E PATRIMÔNIO				
Passivo				
Captações				
Curto prazo	\$ 3.067		\$ 2.204	
Médio e longo prazos: Valor justo	34.350		—	
Custo amortizado	11.977	\$49.394	44.845	\$47.049
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos — carteira de curto prazo	10		2	
Empréstimos	107		16	
Captações	1.800	1.917	1.006	1.024
Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento		156		67
Passivos por benefícios pós-aposentadoria		410		—
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários		383		616
Juros acumulados sobre captações		559		596
Contas a pagar e despesas acumuladas		247		202
Passivo total		53.066		49.554
Patrimônio líquido				
Capital				
Subscrito 8.367.264 ações (2007 — 8.368.563 ações)	100.938		100.953	
Menos parcela exigível	(96.599)		(96.613)	
Capital acionário realizado	4.339		4.340	
Lucros retidos	14.647		14.576	
Outros resultados abrangentes acumulados	458	19.444	1.437	20.353
Total do passivo e patrimônio líquido		\$72.510		\$69.907

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo)			
Empréstimos			
Juros	\$ 2.301	\$ 2.404	\$ 2.435
Outras receitas de empréstimos	54	32	31
	<u>2.355</u>	<u>2.436</u>	<u>2.466</u>
Investimentos	(973)	487	619
Outros	11	19	12
Receitas totais	<u>1.393</u>	<u>2.942</u>	<u>3.097</u>
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps	1.740	2.074	2.015
Custos de emissões para captação	28	49	55
Despesas (receita) de recompra de instrumentos de dívida	(4)	12	—
	<u>1.764</u>	<u>2.135</u>	<u>2.070</u>
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	93	(13)	(48)
Despesas administrativas	439	500	414
Programas especiais	69	37	34
Despesa total	<u>2.365</u>	<u>2.659</u>	<u>2.470</u>
Lucro (prejuízo) antes dos ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo	(972)	283	627
Ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo	950	(149)	(384)
Lucro (prejuízo) líquido	(22)	134	243
Lucros retidos, início do exercício	14.576	14.442	14.199
Ajuste pelo efeito cumulativo do SFAS 159	93	—	—
Lucros retidos, encerramento do exercício	<u>\$14.647</u>	<u>\$14.576</u>	<u>\$14.442</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido	\$ (22)	\$134	\$243
Outros lucros (prejuízos) abrangentes			
Ajustes de tradução	396	280	149
Reconhecimento de mutações em ativos e passivos de benefícios pós-aposentadoria ..	(1.371)	130	—
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	(4)	1	8
Outros lucros (prejuízos) abrangentes totais	<u>(979)</u>	<u>411</u>	<u>157</u>
Lucro (prejuízo) abrangente	<u>\$(1.001)</u>	<u>\$545</u>	<u>\$400</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Fluxo de caixa de atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquidos de participações)	\$ (7.149)	\$ (6.725)	\$ (6.088)
Liquidações de empréstimos (líquidos de participações)	4.740	5.265	8.615
Empréstimos recuperados	—	—	3
Caixa líquido gerado por (aplicado em) empréstimos.	(2.409)	(1.460)	2.530
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento.	(3.287)	(2.378)	(2.049)
Produto bruto de investimentos mantidos até o vencimento	3.299	2.459	2.056
Aquisição de imobilizado	(22)	(14)	(15)
Outros ativos e passivos.	(4)	(7)	7
Caixa líquido gerado por (aplicado em) empréstimos e investimentos.	(2.423)	(1.400)	2.529
Fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento			
Captações a médio e longo prazos:			
Recursos gerados por emissões de títulos	10.793	5.440	5.276
Amortizações	(8.321)	(6.595)	(6.510)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	11.588	5.941	10.276
Amortizações	(10.707)	(4.390)	(10.559)
Valores recebidos de países membros	5	5	12
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades de financiamento.	3.358	401	(1.505)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	(14.210)	(10.639)	(20.468)
Recursos gerados pela venda ou vencimento de investimentos de curto prazo	12.259	10.761	18.672
Receita de operações de crédito	2.412	2.434	2.457
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps	(1.415)	(1.953)	(1.857)
Receita de investimentos	568	741	588
Outras receitas	11	19	13
Despesas administrativas.	(431)	(433)	(367)
Programas especiais	(20)	(13)	(7)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações	(826)	917	(969)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	(8)	6	(2)
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	101	(76)	53
Caixa, início do exercício	200	276	223
Caixa, fim do exercício	\$ 301	\$ 200	\$ 276

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional estabelecida em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. As principais atividades do Banco são conduzidas pelo Capital Ordinário, que é suplementado pelo Fundo para Operações Especiais (FOE), pelo Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e pelo Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O FOE foi instituído com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros, pelos quais certos prestamistas são responsáveis, sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário até 31 de dezembro de 2006 (Nota E). O GRF foi instituído em 2007 com a finalidade de fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou relacionadas a certos projetos.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos julgamentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros, na determinação da adequação das provisões para perdas com empréstimos e garantias, na determinação de obrigações projetadas por benefícios dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, no valor justo dos ativos dos planos e na posição de financiamento e custo líquido de benefícios periódicos associado a esses planos.

Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em 1º de janeiro de 2008 o Banco adotou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 157, “Avaliações pelo valor justo”, que define valor justo, determina uma estrutura para sua avaliação segundo os PCGA dos EUA e expande as divulgações obrigatórias sobre avaliações pelo valor justo. A adoção dessa norma não terá efeitos relevantes sobre a situação financeira e o resultado das operações do Banco. Concomitantemente, em 1º de janeiro de 2008, o Banco adotou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 159, “Opção do valor justo para ativos e passivos financeiros”, e, de acordo com as disposições de transição, registrou um ajuste de efeito

cumulativo no valor de \$93 milhões (ganho) no saldo inicial de lucros retidos, para refletir a diferença entre o valor contábil de \$27.538 milhões e o valor justo de \$27.282 relacionados com certos empréstimos para os quais foi feita a escolha de valor justo, um ganho de \$256 milhões e baixa dos respectivos custos diferidos de emissão das captações, totalizando \$163 milhões. O objetivo do SFAS 159 é mitigar a volatilidade dos lucros publicados medindo os respectivos ativos e passivos pelo seu valor justo, sem ter de aplicar disposições complexas relacionadas com contabilidade de hedges. Para mais informações sobre o valor justo de certos ativos e passivos financeiros do Banco, veja a Nota H — Medições pelo Valor Justo e Nota I — Opção de Valor Justo para as demonstrações financeiras.

Em de março de 2008, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) publicou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) 161, “Divulgações sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging — uma emenda ao SFAS nº 133”. O objetivo do SFAS 161 é emendar e expandir as exigências de divulgação do SFAS 133 com o propósito de proporcionar aos usuários das demonstrações financeiras um entendimento melhor do uso, pela entidade, de instrumentos derivativos, do tratamento contábil desses instrumentos e dos itens protegidos por hedge correlatos sob o SFAS 133, e como os instrumentos derivativos e respectivos itens cobertos por hedge afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. O SFAS 161 vigora, no caso do Banco, para as demonstrações financeiras anuais e intermediárias publicadas em 2009 e exercícios seguintes. Além disso, em maio de 2008, o FASB publicou o SFAS nº 162 “Hierarquia dos Princípios Fundamentais de Contabilidade” que identifica as fontes de princípios contábeis e a estrutura para a seleção dos princípios a serem aplicados na preparação das demonstrações financeiras de entidades não-governamentais apresentadas de acordo com os PCGA-EUA. A adoção dessas normas não tem impacto sobre a situação financeira e o resultado das operações do Banco.

Contabilização de moedas

As demonstrações financeiras do Banco são expressas em dólares dos Estados Unidos. Entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, que são consideradas funcionais quando as operações são conduzidas nelas. Os recursos do Capital Ordinário são derivados de capital, captações e resultados acumulados nessas diversas moedas.

Os ativos e passivos expressos em moedas funcionais são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. Com exceção dos ativos monetários derivados da integralização de capital social, que contam com manutenção de valor, como descrito abaixo, os ajustes líquidos resultantes da tradução de

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

valores em moedas funcionais são debitados ou creditados a Ajustes de tradução¹ e apresentados como componente separado de Outros resultados abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente.

As captações em moedas não funcionais são traduzidas e o ganho ou perda é contabilizado como Ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo, na Demonstração de Resultado e Lucros Retidos. As receitas e despesas são traduzidas às taxas praticadas pelo mercado durante cada mês.

Avaliação do capital

O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) estipula que o capital seja expresso em termos de dólares dos Estados Unidos, com peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Conseqüentemente, a Assessoria Jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para o capital do Banco e para fins de manutenção de valor dos ativos monetários detidos pelo Banco. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelos órgãos que governam o Banco e de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos da época.

Manutenção de valor (MV)

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do Capital Ordinário detidos em sua moeda, exceto quanto à parcela derivada de captações. Da mesma forma, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro, exceto quanto à parcela derivada de captações. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros que não tomaram empréstimos do Banco é apresentado como ativo ou passivo no Balanço Patrimonial,

incluído em Valores necessários/a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários.

Lucros retidos

Os lucros retidos incluem a reserva geral e a reserva especial. A reserva geral consiste nos resultados de exercícios anteriores, retidos para as operações do Banco. De acordo com as decisões da Assembléia de Governadores, o resultado líquido é, de modo geral, adicionado à reserva geral, para cobrir o possível excesso de despesas sobre receitas durante o exercício.

A reserva especial consiste em comissões sobre empréstimos reservadas, de acordo com o Convênio, as quais são mantidas em forma de investimentos.

Esses investimentos somente podem ser usados para cobrir as obrigações do Banco por captações e garantias em caso de inadimplência com relação a empréstimos que o Banco tenha concedido, dos quais participe ou os quais garanta com recursos do Capital Ordinário. A alocação dessas comissões à reserva especial cessou em 1998 e não estão sendo feitas novas adições.

Investimentos

Os investimentos em títulos são classificados de acordo com as intenções da Administração na data de aquisição e são registrados na data da operação. Os títulos que a Administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento são incluídos na carteira de títulos para manutenção até o vencimento e demonstrados ao custo amortizado. Todos os outros títulos são mantidos em uma carteira de curto prazo. Os títulos e respectivos instrumentos derivativos (em sua maior parte swaps de taxa de juros e cambiais), detidos na carteira de curto prazo, são contabilizados e apresentados ao valor justo, cujas alterações são refletidas em Receita de investimentos na Demonstração do resultado e lucros retidos.

Empréstimos

O Banco concede empréstimos aos países membros em desenvolvimento, a órgãos ou divisões políticas desses países e a empresas privadas que estejam realizando projetos em seus territórios. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. No máximo, 10% do saldo de empréstimos e garantias, exceto empréstimos de emergência e empréstimos concedidos pelo Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento (Programa de Liquidez), podem beneficiar diretamente entidades do setor privado ou (a partir de agosto de 2006) entidades subsoberanas (“entidades qualificadas”), sem garantia governamental (“operações

¹ As referências a nomes de contas nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta, tendo a primeira letra em maiúscula a cada vez que aparecem nestas notas.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

sem garantia soberana”), com base nas condições de preços vigentes no mercado. Esses financiamentos estão sujeitos a certos limites, incluindo um teto equivalente ao menor entre \$200 milhões ou 50% do custo total do projeto no caso de projetos de expansão e garantias de crédito, e uma restrição dos valores a 25% (ou 40%, no caso de certos países) da capitalização total da entidade em termos da relação entre endividamento e patrimônio, e 25% do custo total do projeto (40%, no caso de certos países), para novos projetos. O Banco também pode prestar garantias de risco político, dentro do limite de \$200 milhões ou 50% do custo total do projeto. Em condições excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar financiamentos de projetos no valor de até US\$400 milhões.

Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor por operações sem garantia soberana não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco, no momento da aprovação.

Aproximadamente 26% do saldo da carteira são constituídos por empréstimos sujeitos a amortização em diversas moedas determinadas com base em um sistema de fundo comum de moedas (Fundo Comum de Moedas — FCM).

O principal dos empréstimos do Fundo Comum de Moedas é amortizável, no seu agregado, nas mesmas moedas do empréstimo. Os empréstimos em moeda única são amortizáveis após as transações de troca de indexadores (swaps), na moeda em que foi feito o desembolso.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados financeiros do Banco. Os encargos iniciais sobre empréstimos de emergência e empréstimos do Programa de Liquidez normalmente são diferidos e amortizados durante os quatro primeiros anos do prazo do empréstimo, usando o método retilinear, que dá resultados semelhantes aos dos juros efetivos.

O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um país membro ou por ele garantidos, se as amortizações do principal ou os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora há mais de 180 dias. Além disso, quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou de qualquer outro fundo de titularidade do Banco ou sob sua gestão for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a esse governo também serão colocados em regime de caixa. Na data em que é suspensa a contabilização de juros sobre os empréstimos a um país-membro, o saldo de juros a pagar e outros encargos acumulados sobre os empréstimos concedidos a esse membro são debitados ao resultado do período. Os juros e outros encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de

caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos forem de fato recebidos pelo Banco. Na data em que um país membro paga o total dos valores vencidos, recomeça a contabilização de juros, o país readquire a qualificação para novos empréstimos e todos os encargos vencidos (inclusive os dos exercícios anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no período corrente.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, é política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos a um mesmo devedor quando os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora superior a 90 dias, ou antes, se a Administração tiver dúvidas sobre o futuro recebimento do principal ou dos juros. Desse momento em diante, as receitas são contabilizadas em regime de caixa até que o serviço seja regularizado e a Administração não tenha mais dúvidas sobre o recebimento futuro dos valores envolvidos.

Se o risco de inadimplência for considerado particularmente alto no momento da regularização das moras, a contabilização dos empréstimos concedidos ao mutuário não voltará automaticamente ao regime de competência.

O Banco considera prejudicado um empréstimo sem garantia soberana quando, com base em informações e eventos correntes, parecer provável que o Banco não tenha condições de receber todos os valores previstos pelo contrato de empréstimo original. São constituídas provisões específicas para as perdas relacionadas com empréstimos prejudicados, com base em critérios de gestão baseados no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo, ou com base no valor justo das garantias. A receita de empréstimos prejudicados é reconhecida em regime de caixa.

O Banco não reescala empréstimos soberanos garantidos e jamais teve de baixar um empréstimo desse tipo concedido pelo Capital Ordinário. O Banco periodicamente examina a viabilidade do recebimento de empréstimos e garantias e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com empréstimos e garantias, de acordo com sua determinação do risco de cobrança da carteira de empréstimos e garantias.

Esses exames consideram as probabilidades de inadimplência associadas com as classificações de crédito externas de cada devedor, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência em relação ao Banco, bem como o potencial para perdas resultantes da mora na amortização de empréstimos. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos com garantia soberana venham a ser liquidados.

Garantias

O Banco pode prestar garantias parciais de crédito e garantias de risco político, seja sem contragarantia soberana dentro do

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

limite de 10% aplicável às operações sem garantia soberana, seja com contragarantia soberana de um país membro. Como parte das atividades de empréstimo sem contragarantia soberana, o Banco tem prestado garantias parciais de crédito e de risco político concebidas para encorajar investimentos em infraestrutura no setor privado, desenvolvimento do mercado de capitais local e o financiamento ao comércio. As garantias de riscos políticos e as garantias parciais de crédito podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo concedido pelo Banco. As garantias de risco político cobrem eventos de risco específicos relacionados com fatores não comerciais, como a conversibilidade de moeda, a transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro e a inadimplência governamental.

As garantias parciais de crédito cobrem riscos de pagamento relacionados com obrigações de dívida ou transações de financiamento de comércio. Os termos de todas as garantias são especificados em cada um dos contratos de garantia e estão, principalmente, vinculados a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida ou às transações de financiamento de comércio. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias, para reduzir sua exposição. As taxas de garantia, líquidas de prêmios de resseguro, são debitadas e reconhecidas como receita de empréstimos durante a vigência da garantia.

As garantias entram em vigor no momento em que o mutuário incorre na obrigação financeira subjacente e são exigidas quando a parte garantida exige pagamento sob os termos da garantia.

O valor da garantia em vigor representa o máximo risco potencial no caso de os pagamentos garantidos para essas entidades não serem efetuados. O passivo contingente relacionado com as prováveis perdas relacionadas com garantias prestadas é refletido em Contas a pagar e despesas acumuladas.

O banco administra o risco de crédito nas garantias sem contragarantia soberana por intermédio de um sistema interno de classificação de riscos de crédito, que inclui as categorias excelente, satisfatório, lista de observação e perda contingente. Essas categorias refletem a qualidade de crédito da parte garantida e o impacto das garantias externas disponíveis (como as garantias de patrocinadores) que mitigam o risco de pagamento ao banco.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições de um membro ao capital realizado e obrigações de Manutenção de Valor.

Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado ao custo. As benfeitorias de valor significativo são capitalizadas, enquanto substituições, manutenção e reparos de rotina são debitados ao resultado do exercício. A depreciação é computada pelo método retilinear de acordo com a vida útil de serviço dos respectivos ativos (de 30 a 40 anos para os prédios, 10 anos para as melhorias e software capitalizado e de 5 a 15 anos para equipamento).

Captações

Para assegurar a disponibilidade de fundos para operações de crédito e para manutenção de liquidez, o Banco capta recursos nos mercados de capitais internacionais, oferecendo títulos de sua emissão a investidores públicos e privados. O Banco também emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas. Emite também notas com deságio, para gestão de liquidez de curto prazo.

As captações feitas para financiar ativos remunerados a taxas flutuantes são apresentados no Balanço Patrimonial ao seu valor justo. O componente de juros das mutações no valor justo das captações é apresentado nas Despesas de captação durante a vigência do contrato de captação. As outras alterações no valor justo desses investimentos são contabilizadas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Certas captações são apresentadas ao seu valor nominal (valor de face), ajustado para refletir os eventuais ajustes ao valor justo, prêmios e descontos a amortizar segundo o SFAS 133. As amortizações desses itens são calculadas usando uma metodologia que se aproxima do método de juros efetivos, e são refletidas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo e nos juros sob Despesas de captação, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

O custo de emissão das captações contabilizadas pelo seu valor justo é debitado do resultado na emissão, ao passo que o custo de emissão das captações contabilizadas pelo custo amortizado é diferido e amortizado pelo método retilinear (se aproxima do método dos juros efetivos) durante a vida do respectivo título de dívida. O saldo a amortizar dos custos de emissão de captações é apresentado separadamente sob Outros ativos no Balanço Patrimonial e os valores debitados ao resultado ou amortizados são refletidos em Custos de emissão de captações em Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

As despesas de juros sobre captações são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios, líquidas do componente de juros dos derivativos de captação, são calculadas de maneira que se aproxima do método do rendimento efetivo, na

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

emissão das captações, e são incluídas em Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Derivativos

Como parte de sua gestão de ativos e passivos, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxas de juros, em suas operações de investimentos, empréstimos e captações. Esses derivativos modificam as características de taxas de juros ou de câmbio da respectiva operação, para produzir o tipo de taxa de câmbio ou de juros desejado.

O Banco cumpre as exigências sobre a contabilização de derivativos impostas pelo SFAS 133, "Contabilização de Instrumentos de Derivativos e Atividades de Hedge", com sua redação atual (doravante mencionado como SFAS 133). Segundo as disposições do SFAS 133, todos os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial ao seu valor justo e classificados como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) de seu valor justo líquido.

As alterações no valor justo de derivativos para investimento e no respectivo componente de juros são registradas em Receita de investimentos. O componente de juros das mudanças no valor justo dos derivativos de empréstimos e captações é contabilizado como Receitas de empréstimos e Despesas de captação, respectivamente, durante a vida do contrato de derivativos. As alterações restantes no valor justo desses investimentos são contabilizadas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

O Banco ocasionalmente emite instrumentos de dívida que contêm derivativos embutidos. Esses títulos são alocados ao financiamento de ativos remunerados a taxas variáveis e contabilizados pelo seu valor justo.

Despesas administrativas

Como parte do realinhamento de suas operações, o Banco incorreu em despesas no valor de US\$5 milhões durante 2008 (2007 — US\$55 milhões), que foram incluídos em Despesas administrativas, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. Espera-se que o esforço de realinhamento dure até 2009.

Todas as despesas administrativas do Banco, excluindo as despesas de realinhamento (que são totalmente absorvidas pelo Capital Ordinário), são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com um método de alocação aprovado pela Diretoria Executiva. Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional (uma iniciativa do Banco aprovada em 2007, que dá 100% (cem por cento) de alívio de dívida para empréstimos qualificados do FOE concedidos a países pobres muito endividados) e da reestruturação das opera-

ções do FOE, a Diretoria Executiva aprovou uma nova fórmula de distribuição de despesas, pela qual o FOE arca com uma parcela menor das despesas administrativas do Banco. De acordo com esse método de distribuição, durante 2008, as proporções efetivas de alocação de despesas administrativas foram de 87,3% para o Capital Ordinário e 12,7% para o FOE (2007 — 88,5% e 11,5%; 2006 — 81,3% e 18,7%, sob a fórmula de distribuição anterior).

Programas especiais

Os programas especiais financiam auxílio a fundo perdido e para recuperação contingente aos países membros mutuários.

Os projetos individuais participantes desses programas são contabilizados como Despesas com programas especiais no momento da aprovação. Os cancelamentos de saldos não desembolsados e financiamentos de recuperação contingente são compensados contra Despesas com programas especiais no período em que ocorrerem.

Impostos

O Banco, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas de acordo com o Convênio são imunes a toda tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Planos de Pensão e Pós-Aposentadoria

A posição de financiamento dos planos de benefício do Banco é reconhecida no Balanço Patrimonial. A posição de financiamento é medida como a diferença entre o valor justo dos ativos do plano e das obrigações por benefícios em 31 de dezembro, a data da medição. Os planos de benefícios sobrefinanciados, nos casos em que o valor justo dos ativos do plano excede o das obrigações por benefícios, são agregados e registrados como Ativos por planos de benefícios, ao passo que os planos de benefícios subfinanciados, nos quais as obrigações por benefícios excedem o valor justo dos ativos dos planos, são contabilizados como Passivos por planos de benefícios.

Os ganhos e perdas atuariais e custos de serviços anteriores que não forem reconhecidos como componentes do custo líquido de benefícios periódicos, no momento em que surgirem, serão reconhecidos como componentes de Outras receitas abrangentes na Demonstração de resultado abrangente. Esses ganhos e perdas atuariais líquidos e custos de serviços anteriores são posteriormente reconhecidos como componente do custo líquido de benefícios periódicos, segundo as disposições referentes a reconhecimento e amortização das normas contábeis aplicáveis.

O custo líquido de benefícios periódicos é registrado como Despesa administrativa na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e inclui custo do serviço, custo de juros, retorno

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

esperado sobre os ativos do plano, amortização de custos de serviços anteriores e ganhos/perdas anteriormente reconhecidos como componentes de Outros resultados abrangentes remanescentes em Outros resultados abrangentes acumulados.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de caixa incluía US\$131 milhões (2007 — US\$135 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais. Esses valores podem ser utilizados pelo Banco nas operações de empréstimo do Capital Ordinário e para o pagamento de despesas administrativas. O valor de US\$21 milhões (2007 — US\$25 milhões) estava sob restrição de um membro, de acordo com as disposições do Convênio, no que se refere ao uso para o pagamento de bens e serviços em seu território.

Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe em obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, títulos lastreados por ativos e hipotecas, e instrumentos derivativos correlatos, particularmente swaps cambiais e de taxas de juros.

No caso de títulos públicos e de órgãos governamentais, incluindo os emitidos por uma entidade da administração indireta ou qualquer outra entidade oficial de um governo, o Banco investe em títulos emitidos ou incondicionalmente garantidos pelos governos de certos países com classificação mínima de qualidade de crédito equivalente a AA– (os títulos lastreados por ativos e hipotecas exigem uma classificação equivalente a AAA). As obrigações de organizações multilaterais requerem qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. Além disso, o Banco investe em obrigações bancárias emitidas ou garantidas por uma entidade com classificação de pelo menos A+ para títulos de renda fixa sênior e em títulos privados lastreados por ativos ou hipotecas com qualidade de crédito equivalente à classificação AAA. O Banco também investe em títulos de curto prazo das classes de ativos de investimento qualificado, acima mencionadas, exclusivamente quando tiverem a mais elevada classificação de crédito de curto prazo.

A crise dos mercados financeiros que começou em julho de 2007 piorou em 2008. O efeito da crise, caracterizado pela falta de liquidez e pelo aumento na volatilidade e nas margens de crédito, continuou a afetar a capacidade do Banco para mitigar o risco de crédito pela venda ou hedging de suas exposições. As avaliações continuaram a sofrer o impacto de fatores de mercado tais como as medidas das agências classificadoras de risco de crédito e os preços aos quais as transações se realizaram. O Banco continua a maximizar, na medida do possível, o uso de informações do mercado na avaliação de seus investimentos, incluindo serviços de precificação externos, preços de distribuidoras independentes e curvas de rendimento de mercado observáveis.

Os ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos da carteira de curto prazo, que em 31 de dezembro de 2008 totalizavam US\$(1.596) milhões (2007 — US\$(280) milhões; 2006 — US\$3 milhões), foram incluídos em Receita (despesa) de investimentos. As perdas a realizar reconhecidas em 2008 estão substancialmente relacionadas com a parcela de títulos lastreada em ativos e hipotecas da carteira de investimentos para negociação que totalizava US\$4.184 milhões (2007 — US\$6.608 milhões).

Um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é apresentado na Demonstração Resumida dos Investimentos de Curto Prazo e Swaps, no Anexo I-1. Além disso, um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de investimentos mantidos até o vencimento e o cronograma de vencimento da carteira, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, são apresentados na Demonstração Resumida dos Investimentos Mantidos até o Vencimento, no Anexo I-2.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Banco não tinha nenhum investimento classificável como prejudicado não temporariamente em sua carteira de investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos detidos até o vencimento, com perdas a realizar acumuladas, que não foram considerados prejudicados senão temporariamente em dezembro de 2008 e 2007 são resumidos abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Categoria de investimento	31 de dezembro de 2008					
	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA.....	\$191	\$(1)	\$116	\$(17)	\$307	\$(18)
Títulos lastreados em ativos e hipotecas.....	34	(1)	—	—	34	(1)
Total.....	<u>\$225</u>	<u>\$(2)</u>	<u>\$116</u>	<u>\$(17)</u>	<u>\$341</u>	<u>\$(19)</u>
Categoria de investimento	31 de dezembro de 2007					
	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA.....	\$310	\$(2)	\$1.539	\$(20)	\$1.849	\$(22)
Títulos lastreados em ativos e hipotecas.....	—	—	126	(2)	126	(2)
Total.....	<u>\$310</u>	<u>\$(2)</u>	<u>\$1.665</u>	<u>\$(22)</u>	<u>\$1.975</u>	<u>\$(24)</u>

O Banco investe exclusivamente em instrumentos com alta qualidade de crédito. Em 31 de dezembro de 2008, 74% dos Investimentos detidos até o vencimento tinham a classificação AAA, 23% tinham a classificação AA, 2% tinham a classificação A e 1% tinha a classificação BBB. As perdas a realizar sobre a carteira de Investimentos detidos até o vencimento refletem, substancial-

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

mente, a queda na classificação de crédito de um emissor soberano para BBB. O Banco espera recuperar todos os valores devidos de acordo com os termos dos contratos em vigor na data de aquisição desses investimentos. Assim sendo, e como o Banco tem a possibilidade e intenção de manter esses investimentos em carteira até seu vencimento, não considera esses investimentos senão temporariamente prejudicados em 31 de dezembro de 2008.

Nota E – Saldo de empréstimos e garantias

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando mutuário e eventual garantidor satisfazem certas condições suspensivas.

A carteira de empréstimos inclui, com garantia soberana, i) empréstimos de fundo comum denominados em uma só moeda (Mecanismo de Moeda Única — MMU e Guichê em Dólares dos Estados Unidos), bem como empréstimos em fundo comum de moedas múltiplas (empréstimos FCM) e ii) empréstimos em moeda única, sem uso de fundo comum (empréstimos de emergência e empréstimos concedidos pelo Programa de Liquidez). Além disso, a carteira de empréstimos inclui empréstimos sem garantia soberana.

Os empréstimos do Mecanismo de Moeda Única são denominados em uma dentre quatro moedas: dólar dos Estados Unidos da América, euro, iene ou franco suíço, ou em uma combinação dessas moedas, com taxas de juros baseadas na LIBOR ou reajustáveis, em ambos os casos a critério do tomador. A taxa de juros sobre os empréstimos do MMU baseados na LIBOR é repactuada trimestralmente, com base na taxa LIBOR para três meses específica para a moeda utilizada, com a adição de uma margem geral que reflete o custo de captação e a margem do Banco. Os saldos dos empréstimos MMU baseados na LIBOR podem ser convertidos em taxas fixas, respeitadas certas condições. As taxas de juros incidentes sobre os empréstimos do MMU, quando não se escolhe a alternativa de estabelecimento de preços com base na taxa LIBOR, são repactuadas semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os seis meses anteriores, de cada um dos conjuntos de moeda única de captação alocados para o financiamento desses empréstimos, mais a margem do Banco.

Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional aprovada pela Assembléia de Governadores em 2007, o Banco agora oferece empréstimos concessionais que combinam empréstimos do Capital Ordinário e do FOE (“empréstimos paralelos”). A parcela dos empréstimos paralelos que compete ao Capital Ordinário se constitui de operações reajustáveis do MMU, com vencimentos de até 30 anos e 6 anos de carência.

O Banco mantém uma meta de composição para as moedas incluídas no FCM de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes e 25% em moedas européias. Os empréstimos do

FCM concedidos entre 1º de janeiro de 1983 e 31 de dezembro de 1989 são remunerados a taxas fixas. As taxas de juros dos empréstimos do FCM concedidos após essa data são repactuadas semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os seis meses anteriores, de cada um dos conjuntos de captações alocados para o financiamento desses empréstimos, mais a margem do Banco. Os empréstimos do FCM deixaram de ser oferecidos em setembro de 2003.

Os empréstimos de emergência fornecem fundos para enfrentar emergências financeiras na região, num valor rotativo agregado máximo de \$6 bilhões. Os empréstimos são denominados em dólares dos Estados Unidos, seu prazo não pode exceder cinco anos e a amortização do principal tem de começar após três anos. Os juros sobre esses empréstimos são calculados à taxa LIBOR para seis meses, mais uma margem de 400 pontos-base. No fim de 2008, o Banco aprovou a criação do Programa de Liquidez, um programa de empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2009, dentro da categoria de empréstimos de emergência, com um teto de US\$6 bilhões, projetados para ajudar os países membros devedores a enfrentar os efeitos da crise financeira atual no processo social e econômico da região, protegendo o fluxo de crédito da economia por intermédio das instituições financeiras. Os empréstimos deste Programa têm as mesmas condições que os empréstimos de emergência.

Os empréstimos sem garantia soberana podem ser denominados em dólares dos Estados Unidos, ienes, euros, francos suíços ou moeda local, e os devedores podem optar entre taxas flutuantes ou fixas. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. As margens e encargos sobre essas operações são calculados separadamente para cada empréstimo.

Durante 2008, o Banco aprimorou o Mecanismo em Moeda Local, segundo o qual os mutuários têm a opção de receber financiamentos em moeda local sob três diferentes modalidades: i) empréstimos diretamente em moeda local ou conversão para moeda local de futuros desembolsos e/ou saldos devedores; ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de mitigação de risco nos mercados financeiros. Até 31 de dezembro de 2008, o Banco tinha feito conversões cumulativas em moeda local de desembolsos de empréstimos no valor de \$288 milhões (2007— US\$148 milhões).

Um resumo da posição do Banco em empréstimos, por país, é apresentado no Anexo I-3 e um resumo do saldo de empréstimos concedidos pelo Banco, por moeda e tipo de produto, juntamente com o cronograma de vencimento em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é apresentado no Anexo I-4.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Corporação Interamericana de Investimentos (CII)

O Banco aprovou um empréstimo no valor de US\$300 milhões para a CII (uma organização internacional separada, cujos 43 países membros também são membros do Banco). Os desembolsos sob esse empréstimo são feitos em dólares dos Estados Unidos e vencem juros baseados na LIBOR. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo desse empréstimo totalizava US\$100 milhões.

Garantias e participações de empréstimos

Segundo as provisões dos contratos de empréstimo com seus mutuários, o Banco pode vender participações em seus empréstimos a bancos comerciais ou outras instituições financeiras, mas reserva-se a administração dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2008, havia US\$2.437 milhões (2007 — US\$944 milhões) em participações em empréstimos sem garantia soberana não refletidas no Balanço Patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2008, o Banco tinha aprovado garantias que não se referiam a operações de financiamento de comércio, sem contragarantias soberanas, líquidas das canceladas e expiradas, no valor de US\$1.399 milhões (2007 — US\$1.389 milhões). Além disso, o Banco aprovou uma garantia com contragarantia soberana no valor de US\$60 milhões. O Banco também tem um Programa de Facilitação de Financiamento de Comércio (TFFP) para conceder garantias de crédito, sem contragarantias soberanas, em operações de financiamento de comércio. Esse programa autoriza linhas de crédito em apoio a bancos aprovados, respeitado o saldo máximo agregado de US\$1 bilhão em qualquer momento. Até 31 de dezembro de 2008, tinham sido autorizadas linhas de crédito para o financiamento do comércio num total de US\$425 milhões (2007 — US\$222 milhões) por este programa.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US\$1.035 milhões (2007 — US\$689 milhões), inclusive US\$141 milhões (2007 — US\$99 milhões) prestadas pelo TFFP. Um total de US\$54 milhões (2007 — US\$58 milhões) foi ressegurado para reduzir a exposição do banco. As garantias tinham prazos de vencimento remanescentes que variavam de 2 a 16 anos, com exceção das garantias relacionadas com comércio, cujo prazo máximo é de três anos. Jamais foi exigida garantia alguma das prestadas pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2008, a exposição do Banco em garantias sem contragarantia soberana, líquida de resseguro, totalizava US\$870 milhões e estava classificada como: Excelente US\$89 milhões; Satisfatório US\$662; Lista de observação US\$119 milhões. e Perda contingente ZERO.

Subsídio ao MFI

O MFI foi constituído em 1983 pela Assembléia de Governadores do Banco, com o propósito de subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. Durante 2008, o MFI pagou US\$50 milhões (2007 — US\$48 milhões; 2006 — US\$43 milhões) em juros em favor de mutuários. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente pela reserva geral do FOE. Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, o financiamento do MFI foi interrompido e o MFI deixou de conceder subsídios a empréstimos aprovados após 31 de dezembro de 2006.

Empréstimos contabilizados em regime de caixa e prejudicados e provisão para perdas com empréstimos e garantias

O Banco declarou prejudicado um empréstimo sem garantia soberana no valor de US\$288 milhões em 31 de dezembro de 2008, e constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa específica no valor de US\$55 milhões; todos os valores continuam a ser recebidos mensalmente, de acordo com os termos do contrato de mútuo. Os investimentos em empréstimos prejudicados contabilizados em 31 de dezembro de 2007 totalizavam US\$2 milhões e o investimento registrado médio durante 2007 totalizou US\$24 milhões. Durante 2007 e 2006, respectivamente, o resultado reconhecido com relação a empréstimos prejudicados totalizou US\$4 milhões e US\$13 milhões; caso esses empréstimos não tivessem sido prejudicados, os valores teriam sido US\$3 milhões e US\$11 milhões, respectivamente. Não existia provisão específica para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2007.

A evolução da provisão para perdas com empréstimos e garantias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é demonstrada abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Saldo inicial	\$ 70	\$104
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	93	(13)
Empréstimos sem garantia soberana:		
Baixas	—	(21)
Recuperações	6	—
Saldo no encerramento do exercício	<u>\$169</u>	<u>\$ 70</u>
Composto de:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..	\$136	\$ 51
Provisão para perdas com garantias ⁽¹⁾	33	19
Total	<u>\$169</u>	<u>\$ 70</u>

⁽¹⁾ Incluído em Contas a pagar e despesas acumuladas.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota F – Valores a receber de países membros

A composição de valores líquidos a receber de países membros em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Membros regionais em desenvolvimento . . .	\$ 397	\$ 401
Canadá	(48)	(250)
Membros extrarregionais	(297)	(355)
Total	<u>\$ 52</u>	<u>\$(204)</u>

Esses valores são representados no Balanço Patrimonial como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Valores a receber de países membros	\$ 435	\$ 412
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários	(383)	(616)
Total	<u>\$ 52</u>	<u>\$(204)</u>

Nota G — Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o Imobilizado líquido consistia no seguinte (em milhões):

	2008	2007
Terrenos, edificações, benfeitorias, equipamentos e software capitalizados, ao custo	\$ 534	\$ 512
Menos: depreciação acumulada	(231)	(216)
	<u>\$ 303</u>	<u>\$ 296</u>

Nota H — Medições pelo valor justo

Em 1º de janeiro de 2008, o Banco adotou o SFAS 157, que prevê uma nova estrutura para a medição do valor justo sob os PCGA.

O SFAS 157 estabelece uma hierarquia de valor justo que prioriza os dados às técnicas de avaliação usadas para medir o valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1) e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

- Nível 1 — Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos acessíveis no momento da medição, para ativos ou passivos idênticos e sem restrições à negociação;
- Nível 2 — Preços cotados em mercados que não são ativos ou dados observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;
- Nível 3 — Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis (quer dizer, que contem com o apoio de pouca ou nenhuma atividade de mercado).

Os instrumentos de investimento do Banco avaliados exclusivamente com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, uma técnica de avaliação condizente com a abordagem de mercado, compreendem obrigações dos governos dos Estados Unidos e do Japão. Esses instrumentos são classificados dentro do Nível 1 da hierarquia de valor justo. Conforme exigido pelo SFAS 157, o Banco não ajusta o preço cotado para esses instrumentos.

Praticamente todos os outros instrumentos de investimento do Banco são avaliados com base em preços cotados em mercados que não são ativos, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Essas metodologias se aplicam a investimentos que incluem títulos emitidos por órgãos governamentais, títulos da dívida privada, títulos lastreados por ativos ou hipotecas, obrigações bancárias e instrumentos derivativos financeiros correlatos (principalmente swaps de câmbio e taxa de juros). Além disso, praticamente todas as captações de médio e longo prazo do Banco se classificam na opção de valor justo permitida pelo SFAS 159 e os swaps cambiais e taxa de juros para empréstimos e captações são avaliados com base em modelos de fluxo de caixa descontado ou de precificação que empregam dados de avaliação tais como curvas de rendimento do mercado, taxas cambiais e outros dados observáveis durante toda a vida desses instrumentos.

Esses instrumentos são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e medidos pelo valor justo usando técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e rendimento.

Os investimentos de Nível 3, captações e respectivos instrumentos de swap são avaliados usando as melhores estimativas da Administração, aplicando as informações disponíveis, que incluem (i) preços reais da carteira fornecidos por corretoras e distribuidoras de valores (com pouca ou nenhuma atividade de mercado) para certos instrumentos de investimento e (ii) curvas de rendimento de mercado para outros instrumentos, que substituem as curvas de rendimento dos próprios instrumentos, no caso de captações e respectivos swaps. Essas metodologias constituem-se em técnicas de avaliação consistentes com a abordagem de rendimento.

As tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos do Banco contabilizados ao seu valor justo em 31 de dezembro de 2008 por nível, dentro da hierarquia de valor justo (em milhões de dólares dos Estados Unidos).

Segundo exigido pelo SFAS 157, os ativos e passivos financeiros são classificados integralmente com base no mais baixo nível de dados significativos para sua medição ao valor justo.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Ativos financeiros:

Ativos	Medições de valor justo 31 de dezembro			
	de 2008 ⁽¹⁾	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos — carteira de curto prazo	\$12.669	\$1.262	\$11.297	\$110
Swaps cambiais e de taxa de juros	3.499	—	3.428	71
Total	<u>\$16.168</u>	<u>\$1.262</u>	<u>\$14.725</u>	<u>\$181</u>

⁽¹⁾ Representa o valor justo dos ativos referidos, incluindo os juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados de \$56 milhões para investimentos de curto prazo e \$39 milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.

Passivos financeiros:

Passivos	Medições de valor justo 31 de dezembro			
	de 2008 ⁽¹⁾	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Captações medidas ao valor justo	\$34.675	\$—	\$34.135	\$540
Swaps cambiais e de taxa de juros	1.913	—	1.871	42
Total	<u>\$36.588</u>	<u>\$—</u>	<u>\$36.006</u>	<u>\$582</u>

⁽¹⁾ Representa o valor justo dos passivos referidos, incluindo juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros acumulados sobre captações de \$325 milhões para captações e Juros e outros encargos acumulados — Sobre swaps, líquido de \$4 milhões no caso de swaps cambiais e de taxa de juros.

As tabelas abaixo mostram uma conciliação dos saldos iniciais e finais de todos os ativos e passivos financeiros medidos ao seu valor justo recorrentemente usando dados não observáveis significativos (Nível 3) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Além disso, as tabelas mostram os ganhos e perdas totais refletidos em Lucro (prejuízo) líquido bem como o valor desses ganhos e perdas atribuíveis à evolução em ganhos e perdas a realizar relacionados com ativos e passivos ainda em mãos em 31 de dezembro de 2008 e uma descrição de onde esses ganhos e perdas são refletidos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Ativos financeiros:

	Medições de valor justo usando dados não-observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008		
	Investimentos— curto prazo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008	\$ 68	\$ 89	\$157
Ganhos (perdas) totais incluídos em:			
Lucro (prejuízo) líquido	(106)	32	(74)
Outros lucros (prejuízos) abrangentes	(5)	(4)	(9)
Liquidações	(30)	(15)	(45)
Transferido de/para passivos financeiros	—	(31)	(31)
Transferido para nível 3	183	—	183
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>\$ 110</u>	<u>\$ 71</u>	<u>\$181</u>
Ganhos (perdas) totais para o exercício refletidas em Lucro (prejuízo) líquido atribuível à mutação em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda detidos em 31 de dezembro de 2008	<u>\$ (84)</u>	<u>\$ 6</u>	<u>\$ (78)</u>

Os ganhos e perdas são refletidos na Demonstração do resultado e lucros retidos como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos).

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008			
	Receita (despesa) de investimentos	Despesas de captação— Juros após swaps	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo	Total
Ganhos (perdas) totais incluídos em Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>\$ (106)</u>	<u>\$ 26</u>	<u>\$ 6</u>	<u>\$ (74)</u>
Mutações em ganhos (perdas) a realizar relacionados com ativos ainda detidos em 31 de dezembro de 2008	<u>\$ (84)</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ 6</u>	<u>\$ (78)</u>

Passivos financeiros:

	Medições de valor justo usando dados não-observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008		
	Captações medidas ao valor justo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008	\$533	\$ 39	\$572
Perdas (ganhos) totais incluídos em:			
Lucro (prejuízo) líquido	(16)	44	28
Outros lucros (prejuízos) abrangentes (perda)	(9)	—	(9)
Emissões e liquidações, líquidas	32	(10)	22
Transferido de/para passivos financeiros	—	(31)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>\$540</u>	<u>\$ 42</u>	<u>\$582</u>
Ganhos totais para o exercício refletidas em Lucro (prejuízo) líquido atribuível à mutação em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda detidos em 31 de dezembro de 2008	<u>\$ (56)</u>	<u>\$ 39</u>	<u>\$ (17)</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Os ganhos e perdas são refletidos na Demonstração do resultado e lucros retidos como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008		
	Despesas de captação— Juros após swaps	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo	Total
Ganhos (perdas) totais incluídos em Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	\$45	\$(17)	\$ 28
Mutações em ganhos (perdas) a realizar relacionados com ativos ainda detidos em 31 de dezembro de 2008.....	\$—	\$(17)	\$(17)

Nota I – Opção de valor justo

Até 31 de dezembro de 2007, e desde que foi interrompida a contabilidade de hedge em 1º de janeiro de 2004, o Banco contabilizou todas as suas captações pelo custo amortizado e, como exigido pelo SFAS 133, ajustou ao mercado todos os instrumentos derivativos, incluindo swaps de captação, com alterações no valor justo reconhecidas no resultado. Esse tratamento contábil resultou na informação de uma volatilidade de receita que não era representativa dos aspectos econômicos da transação, porque o Banco geralmente mantém todos as captações e swaps até o vencimento. A Administração aprovou, para entrada em vigor em 1º de janeiro de 2008, opção de valor justo prevista no SFAS 159 para certos instrumentos de dívida de médio e longo prazo (isto é, captações para o financiamento de ativos remunerados a taxas flutuantes) com o propósito principal de reduzir a volatilidade de receita resultante da assimetria contábil anterior, já que o SFAS 159 exige que as alterações no valor justo das captações que fizerem a opção também sejam registradas como receita. O banco não optou pelo valor justo para outras captações dentro da mesma categoria de balanço, porque não contribuiria para mitigar nem para produzir a volatilidade de receita.

Além disso, como descrito na Nota H às demonstrações financeiras, praticamente todas as captações de médio e longo prazo do Banco sob o SFAS 159 e os respectivos swaps cambiais e de taxa de juros são avaliados com base em modelos de fluxo de caixa descontado ou de precificação que empregam dados de avaliação observáveis nos principais mercados em que esses instrumentos são transacionados. Quando não há dados observáveis disponíveis, esses documentos são avaliados usando as melhores estimativas da Administração, incluindo curvas de rendimento de outros instrumentos, utilizadas como substitutas.

As alterações no valor justo das captações para as quais tenha sido feita a opção de valor justo são refletidas na Demons-

tração do Resultado e Lucros Retidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008		
	Despesas de captação — Juros após swaps	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo	Mutações totais no valor justo refletidas em lucro (prejuízo) líquido
	\$(1.644)	\$1.766	\$122

As diferenças entre o valor justo e o saldo a amortizar do valor do principal de captações ao valor justo em 31 de dezembro de 2008, era o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Saldo do principal a amortizar	Valor justo	Valor justo do sobre saldo do principal a amortizar
\$32.745	\$34.675	\$1.930

Nota J – Captações de recursos

As captações do Banco de médio e longo prazos, em 31 de dezembro de 2008, consistem em empréstimos, promissórias e bônus emitidos em diversas moedas, com taxas de juros contratuais que variam entre 0,50% e 16,38%, antes dos swaps, e entre (0,12%) (equivalente a LIBOR-USD para 1 mês menos 35 pontos-base) e 9,08%, após os swaps, com várias datas de vencimento até 2038. Um resumo da carteira de captações de médio e longo prazos do Banco e do respectivo cronograma de vencimento até 31 de dezembro de 2008 e 2007 é apresentado no Anexo I-5.

O Banco tem um sistema de captações de curto prazo que consiste em um programa de notas com deságio e linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas é de US\$100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa média ponderada das obrigações a curto prazo era de 1,88% (2007 — 4,37%).

As despesas de captação foram reduzidas por juros líquidos recebidos das respectivas transações de swaps de captação no valor de US\$750 milhões durante 2008 (2007 — US\$340 milhões; 2006 — US\$307 milhões).

Nota K – Atividades com derivativos e de hedging

Estratégia de administração de riscos e uso de derivativos

A estratégia utilizada pelo Banco para administrar riscos financeiros foi projetada para reforçar a capacidade do Banco para

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

cumprir seus objetivos. Essa estratégia inclui principalmente o estabelecimento, implementação, atualização e acompanhamento do conjunto de políticas e diretrizes financeiras inter-relacionadas, bem como a utilização de instrumentos financeiros e estruturas organizacionais adequadas. Os instrumentos derivativos financeiros são um componente importante do conjunto de instrumentos financeiros usados pelo Banco para facilitar o aumento de sua eficiência financeira, ao mesmo tempo em que atinge seus objetivos de gestão de risco. O Banco usa tais instrumentos, principalmente swaps cambiais e de taxas de juros, para fins de hedging, como parte de sua administração de ativos e passivos.

Parte significativa das operações de captação atuais do Banco inclui swaps como hedge econômico de um passivo-objeto específico, produzindo a captação necessária (isto é, moeda e tipo de taxa de juros). As operações do Banco também incluem swaps de empréstimos como hedge econômico para certos empréstimos remunerados a taxas fixas e empréstimos em moedas locais, bem como swaps de investimentos usados como hedge de um título-objeto usado como investimento e produzem o veículo apropriado para o investimento de caixa.

Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo

Em conformidade com o disposto no SFAS 133, o Banco contabiliza todos os derivativos ao seu valor justo no Balanço Patrimonial e apresenta as alterações no valor justo em Lucro (prejuízo) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo (antes de 2008, em Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio) na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. A partir de 2008, certas captações para as quais foi feita a opção de valor justo prevista no SFAS 159 também são contabilizadas ao seu valor justo no Balanço Patrimonial com as alterações em valor justo apresentadas como Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo.

O Lucro (prejuízo) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 compreendem o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007	2006
Mutação no valor justo de instrumentos derivativos devida a movimentos em:			
Taxas de câmbio	\$(3.980)	\$ 1.106	\$ 619
Taxas de juros	2.900	(170)	(469)
Mudança total no valor justo de derivativos	(1.080)	936	150
Mutações no valor justo das captações com opção pelo SFAS 159 devidas a movimentos em:			
Taxas de câmbio	3.727	—	—
Taxas de juros	(1.961)	—	—
Mutação total no valor justo das captações	1.766	—	—
Ganhos (perdas) sobre transações de câmbio sobre captações, ao custo amortizado	241	(1.141)	(589)
Mutação total no valor justo das captações híbridas	—	—	1
Amortização de ajustes nas bases de captações e empréstimos	19	57	62
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	4	(1)	(8)
Total	<u>\$ 950</u>	<u>\$ (149)</u>	<u>\$(384)</u>

A escolha da opção de valor para certas captações sob o SFAS 159 ajudou a reduzir a volatilidade da receita antes gerada pela manutenção do valor justo somente nos instrumentos derivativos, como exigido pelo SFAS 133. Os ganhos líquidos não realizados sobre os derivativos detidos pelo Banco sem fins de negociação devido a taxas de juros somaram US\$2.900 milhões durante o exercício, principalmente devido a uma queda global nas taxas de juros sobre swaps de longo prazo nos mercados globais, em comparação com os níveis de 2007. Esses ganhos foram parcialmente compensados por perdas a realizar de US\$1.961 milhões sobre captações escolhidas sob a opção de valor justo, como resultado de alterações nas taxas de juros.

Praticamente toda essa volatilidade de resultados, que totalizou um ganho de US\$939 milhões no ano, resultou principalmente de um aumento geral nas margens de crédito do Banco no fim do exercício.

O tumulto no mercado financeiro levou a uma crise de confiança que teve efeitos negativos sobre os produtos de margem de crédito. Conseqüentemente, as margens do Banco se ampliaram, devido, em parte, à concorrência de instituições financeiras garantidas pelo governo com classificações comparáveis com níveis de margens de crédito mais amplas do que as normalmente obtidas pelo Banco no passado.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

As captações do Banco em moedas não funcionais são plenamente convertidas em moedas funcionais por meio de swaps, de modo a proteger o Banco contra flutuações de taxas de câmbio. Durante 2008, as mudanças nas taxas de câmbio tiveram um efeito negativo sobre o valor dos swaps de capitalização no valor de US\$3.980 milhões (2007 — alteração positiva de US\$1.106 milhões; 2006 — efeitos positivos de US\$619 milhões) compensando o efeito positivo da queda no valor das captações totalizando US\$3.968 milhões (2007 — efeito negativo de US\$1.141 milhões; 2006 — mutações negativas de US\$589 milhões).

Nota L – Risco de crédito comercial

Risco de crédito comercial é a perda potencial que pode resultar da inadimplência por parte de uma das contrapartes do Banco em investimentos, negociações ou derivativos da degradação da classificação de crédito de uma dessas contrapartes por uma agência especializada. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. O principal objetivo da administração dos ativos líquidos do Banco é a manutenção de uma exposição conservadora a riscos de mercado, crédito e liquidez. Conseqüentemente, o Banco somente investe em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por Estados soberanos, órgãos, bancos e entidades com personalidade jurídica própria. Além disso, o Banco limita suas atividades no mercado de capitais a contrapartes, emissores e distribuidores autorizados, selecionados com base em políticas conservadoras de gestão de riscos, e estabelece limites de exposição e prazo para essas contrapartes, emissores e distribuidores, com base em seu porte e crédito.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e administração de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente swaps de taxa de juros e cambiais, para fins de hedging. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de swap e tem contratos mestres de swap, os quais contêm disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também preveem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos limites contratuais. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em instrumentos derivativos entre em inadimplência. Em 31 de dezembro de 2008, o Banco tinha recebido garantias qualificadas no valor de US\$1.761 milhões (2007 — US\$2.131 milhões) em obrigações do Tesouro dos EUA e recursos líquidos, em conexão com seus contratos mestres de swap.

As exposições de risco de crédito com derivativos apresentadas abaixo representam o potencial de risco máximo, com base no valor justo bruto dos instrumentos financeiros, exclusive de disposições de compensação na liquidação em contratos mestres de swap, em que o Banco incorreria, se as partes dos instrumentos financeiros derivativos totalmente descumprissem os termos dos contratos e se a garantia ou outra eventual caução para o valor devido demonstrasse ser desprovida de valor. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, essas exposições de risco de crédito, antes da consideração dos eventuais contratos-mestre de swap ou garantia, eram (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Investimentos — Carteira de negociação		
Swaps de taxa de juros.....	\$ 4	\$ 5
Carteira de captações		
Swaps cambiais.....	1.881	2.800
Swaps de taxa de juros.....	1.573	241
Carteira de crédito		
Swaps de taxa de juros e cambiais.....	41	4

Nota M – Capital e poder de voto

Capital

O capital do Banco consiste em ações “realizadas” e “exigíveis”. O capital subscrito e “realizado” foi integralizado em ouro e/ou em dólares dos Estados Unidos e na moeda do respectivo membro, que, em certos casos, foi tornada plenamente conversível, de acordo com os termos do respectivo aumento de capital. Obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, foram aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições do membro ao capital “realizado”. A parcela do capital subscrito “exigível” somente pode ser exigida quando necessária para satisfazer obrigações assumidas pelo Banco com respeito a captação de recursos para inclusão nos recursos do Capital Ordinário do Banco ou garantias debitáveis a esses recursos e é integralizável, segundo opção do país membro, em ouro, em dólares dos Estados Unidos, em moeda do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco para os fins pelos quais o pagamento é exigido. O Anexo I-6 traz uma Demonstração das Subscrições de Capital em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

Poder de voto

De acordo com o Convênio, cada membro tem direito a 135 votos, mais um voto por ação do Banco detida pelo país. O Convênio, como emendado pelo Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, também estipula que nenhum aumento nas subscrições a ações do capital por qualquer país membro poderá reduzir o poder de voto dos países membros regionais em desenvolvimento para menos

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

de 50,005%, dos Estados Unidos para menos de 30% e do Canadá para menos de 4% do total dos direitos de voto, deixando disponível para os membros extrarregionais o poder de voto de até 15,995%, incluindo 5%, aproximadamente, para o Japão.

As subscrições totais a ações do capital e o poder de voto dos países membros em 31 de dezembro de 2008 são apresentados na Demonstração das Subscrições de Capital e Poder de Voto, no Anexo I-7.

Retorno do Capital à Sérvia e Montenegro

Em junho de 2008, o Banco restituiu fundos à Sérvia e ao Montenegro, correspondendo às suas ações integralizadas do Capital acionário realizado como resultado da decisão, tomada por esses países, de não subscrever essas ações como sucessoras da República Socialista Federal da Iugoslávia, que foi membro do Banco. Os ajustes associados a essas restituições resultaram em uma redução de US\$15 milhões no Capital subscrito e de US\$14 milhões no Capital acionário exigível e de US\$1 no capital acionário realizado.

Aumento no número de membros do Banco

Em 12 de janeiro de 2009, a República Popular da China ingressou no Banco como seu 48º membro e subscreveu oito ações do Capital acionário realizado e 176 do Capital acionário exigível.

Nota N – Lucros retidos

A composição de Lucros retidos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Reserva geral	\$11.982	\$11.911
Reserva especial	2.665	2.665
Total	<u>\$14.647</u>	<u>\$14.576</u>

Nota O – Outros resultados abrangentes acumulados

O valor de Outros resultados abrangentes compreende os efeitos da implantação dos SFAS 133 e 158, bem como os ajustes de tradução de valores expressos em moeda estrangeira. Esses itens são apresentados na Demonstração do Resultado Abrangente.

Segue-se um sumário das alterações em Outros resultados abrangentes acumulados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2007, e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Alocação dos ajustes de tradução		Ajustes do SFAS 133	Ajustes do SFAS 158	Total
	Reserva geral	Reserva especial			
Saldo em 1º de janeiro de 2006	\$ 395	\$(200)	\$ (7)	\$ —	\$ 188
Ajustes de tradução	117	32	—	—	149
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	—	—	8	—	8
Reconhecimento inicial do custo (crédito) diferido de benefícios pós-aposentadoria:					
Ganho atuarial líquido	—	—	—	698	698
Custo do serviço anterior	—	—	—	(17)	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	512	(168)	1	681	1.026
Ajustes de tradução	234	46	—	—	280
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	—	—	1	—	1
Reconhecimento de mutações em ativos de benefícios pós- aposentadoria:					
Ganho atuarial líquido	—	—	—	126	126
Valores reclassificados para resultado — amortização de custo de serviço anterior	—	—	—	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2007	746	(122)	2	811	1.437
Ajustes de tradução	376	20	—	—	396
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	—	—	(4)	—	(4)
Reconhecimento de mutações em ativos e passivos de benefícios pós- aposentadoria:					
Perda atuarial líquida	—	—	—	(1.375)	(1.375)
Valores reclassificados para resultado — amortização de custo de serviço anterior	—	—	—	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>\$1.122</u>	<u>\$(102)</u>	<u>\$ (2)</u>	<u>\$ (560)</u>	<u>\$ 458</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota P – Planos de pensão e pós-aposentadoria

O Banco mantém dois planos de aposentadoria com benefícios definidos (Planos): o Plano de Aposentadoria dos Funcionários (PAF), que paga benefícios de pensão aos seus funcionários internacionais e aos funcionários da CII, e o Plano de Aposentadoria dos Funcionários Locais (PAFL), para os benefícios de pensão aos funcionários locais das representações. Os Planos são financiados por contribuições dos funcionários, do Banco e da CII, de acordo com as disposições dos próprios Planos. Todas as contribuições aos Planos feitas pelo Banco e pela CII são irrevogáveis e são mantidas separadamente em fundos de aposentadoria, exclusivamente para o pagamento dos benefícios concedidos pelos Planos.

O Banco também presta certos benefícios aos aposentados, incluindo assistência médica e hospitalar. Todos os funcionários do Banco e da CII que contribuem para o PAF e PAFL durante o período de serviço ativo e que satisfazem certas outras exigências fazem jus aos benefícios pós-aposentadoria sob as disposições do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o plano de saúde do banco com base em uma tabela de prêmios estabelecida. O Banco e a CII contribuem com o restante dos custos futuros dos benefícios de assistência médico-hospitalar e de outros benefícios em valores determinados por métodos atuariais. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam propriedade do Banco, esses valores são mantidos e administrados separadamente dos outros ativos do Banco, exclusivamente para fins de pagamento dos benefícios sob as disposições do plano do PBPA.

Como tanto o Banco como a CII participam dos Planos e do PBPA, cada empregador apresenta sua própria parte desses planos. Os valores apresentados abaixo refletem a participação proporcional do Banco nos custos, ativos e obrigações dos Planos e do PBPA.

Obrigações e posição de financiamento

O Banco usa o dia 31 de dezembro como data de medição para os Planos e para o PBPA. O quadro abaixo resume a parcela do Banco da movimentação nas obrigações por benefícios, da movimentação dos ativos do Plano e da posição de financiamento dos Planos e do PBPA, bem como os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Variação nas obrigações por benefícios						
Obrigações por benefícios, início						
do exercício	\$ 2.264	\$ 2.207	\$ 2.046	\$ 996	\$ 886	\$ 810
Custo do serviço	54	58	58	29	32	31
Custo dos juros	142	132	112	62	58	44
Contribuições dos participantes	20	21	21	—	—	—
Benefício de medicamentos para aposentados recebido	—	—	—	1	—	—
Benefícios pagos	(93)	(86)	(69)	(25)	(22)	(20)
Perda (ganho) atuarial	32	(68)	39	5	42	21
Obrigações por benefícios, fim						
do exercício	2.419	2.264	2.207	1.068	996	886
Mutações nos ativos do Plano						
Valor justo dos ativos do plano, início						
do exercício	3.038	2.826	2.499	1.195	1.130	994
Retorno real sobre os ativos do plano	(785)	243	339	(314)	71	140
Contribuições do empregador	24	34	35	17	16	16
Contribuições dos participantes	20	21	21	—	—	—
Benefícios pagos	(93)	(86)	(69)	(25)	(22)	(20)
Pagamentos líquidos recebidos de outros planos	—	—	1	—	—	—
Valor justo dos ativos do Plano, final						
do exercício	2.204	3.038	2.826	873	1.195	1.130
Posição de financiamento, encerramento do exercício	\$ (215)	\$ 774	\$ 619	\$ (195)	\$ 199	\$ 244
Os valores reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados consistem em:						
Perda (ganho) atuarial líquida	\$ 339	\$ (648)	\$ (492)	\$ 212	\$ (176)	\$ (206)
Custo do serviço anterior	6	8	10	3	5	7
Valor líquido reconhecido	\$ 345	\$ (640)	\$ (482)	\$ 215	\$ (171)	\$ (199)

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

As obrigações de benefícios acumuladas para os Planos totalizavam US\$2.150 milhões e US\$1.943 milhões e US\$1.911 milhões em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Durante 2008, o valor justo dos Planos e dos ativos do PBPA sofreu os efeitos negativos da contínua instabilidade dos mercados financeiros, o que contribuiu significativamente para que os ativos do Plano tivessem um retorno negativo durante o ano.

O custo líquido de benefícios periódicos e outras mutações nos ativos do Plano e obrigações por benefício reconhecidas em Outros resultados abrangentes para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, conforme aplicável, consiste nos seguintes componentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Componentes do custo líquido de benefícios periódicos:

	Benefícios					
	Benefícios de pensão			pós-aposentadoria		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Custo do serviço	\$ 54	\$ 58	\$ 58	\$ 29	\$ 32	\$ 31
Custo dos juros	142	132	112	62	58	44
Retorno esperado sobre os ativos do Plano	(171)	(154)	(139)	(68)	(61)	(55)
Amortização de custo de serviço anterior	2	2	2	2	2	2
Custo líquido de benefícios periódicos	<u>\$ 27</u>	<u>\$ 38</u>	<u>\$ 33</u>	<u>\$ 25</u>	<u>\$ 31</u>	<u>\$ 22</u>
Compostos de:						
Parcela do Capital Ordinário	\$ 23	\$ 32	\$ 26	\$ 21	\$ 26	\$ 17
Parcela do FOE	4	6	7	4	5	5

Outras mutações em ativos do Plano e obrigações por benefícios reconhecidas em Outros resultados abrangentes (perda):

	Benefícios			
	Benefícios de pensão		pós-aposentadoria	
	2008	2007	2008	2007
Perda (ganho) atuarial líquida	\$ 987	\$(156)	\$388	\$30
Amortização de custo de serviço anterior	(2)	(2)	(2)	(2)
Total reconhecido em Outros lucros (prejuízos) abrangentes	<u>\$ 985</u>	<u>\$(158)</u>	<u>\$386</u>	<u>\$28</u>
Total reconhecido no Custo líquido de benefícios periódicos e Outros lucros (prejuízos) abrangentes	<u>\$1.012</u>	<u>\$(120)</u>	<u>\$411</u>	<u>\$59</u>

O Banco aloca a receita e custos líquidos de benefícios periódicos ao Capital Ordinário e ao FOE, de acordo com a fórmula de alocação aprovada pela Diretoria Executiva, para despesas administrativas.

O custo estimado dos serviços anteriores a ser amortizado de Outros resultados abrangentes acumulados contra custo líquido de benefícios periódicos em 2009 é US\$2 milhões para os Planos e US\$2 milhões para o PBPA.

Pressupostos atuariais

Os pressupostos atuariais utilizados se baseiam em taxas de juros do mercado financeiro, experiência histórica e na melhor estimativa das mutações em benefícios futuros e condições econômicas por parte da Administração. As eventuais alterações nesses pressupostos afetarão as obrigações e custos dos benefícios futu-

ros. Quando os resultados efetivos diferem dos esperados, ocorrem ganhos ou perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederem 10% do maior entre a obrigação de benefício ou o valor relacionado com o mercado dos ativos do plano no início do exercício são amortizados durante o período de serviço médio remanescente dos funcionários ativos que deverão receber benefícios sob o PAF, PAFL e PBPA, o que se aproxima de 11,4, 12,3 e 11,9 anos, respectivamente.

O custo do serviço anterior não reconhecido é amortizado em 10,5 anos para o PAF, 13 anos para o PAFL e 7,9 anos para o PBPA.

As médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefício e custo líquido de benefício periódico eram as seguintes:

Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefício em 31 de dezembro de	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
	Taxa de desconto	5,75%	6,25%	6,00%	5,75%	6,25%
Taxa de aumento salarial PAF	5,50%	6,00%	6,00%			
Taxa de aumento salarial PAFL	7,30%	7,80%	7,80%			
Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo dos custos líquidos de benefícios periódicos de pós-aposentadoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Taxa de desconto	6,25%	6,00%	5,50%	6,25%	6,00%	5,50%
Retorno a longo prazo esperado sobre o ativo do Plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento salarial PAF	6,00%	6,00%	5,10%			
Taxa de aumento salarial PAFL	7,80%	7,80%	7,30%			

A taxa de retorno anual esperada sobre os ativos do plano reflete a melhor estimativa da taxa de retorno esperada de categorias de ativos empregadas pelos planos e a aplicação conservadora desses retornos para a formulação da alocação de ativos da política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas na determinação das obrigações por benefícios são selecionadas por consulta às taxas aplicáveis aos títulos de renda fixa privados com classificações AAA e AA no encerramento do exercício.

Para os participantes que se presume venham a aposentar-se nos Estados Unidos, a obrigação de benefícios pós-aposentadoria acumulada foi determinada usando-se as seguintes taxas de tendências de custo de assistência à saúde em 31 de dezembro:

	2008	2007	2006
Taxas de tendências de custos de assistência à saúde para o próximo exercício:			
Médicos	8,50%	9,50%	10,00%
Medicamentos	8,50%	9,50%	10,00%
Odontológicos	6,00%	6,50%	6,50%
Taxa à qual se presume que a taxa de tendência de custos venha a se reduzir (taxa de tendência final)	4,50%	5,00%	5,00%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2017	2017	2013

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

No caso dos participantes cuja aposentadoria presumivelmente ocorrerá fora dos Estados Unidos, foi utilizada uma taxa de tendência de custo de saúde de 8,50% para 2008 (2007 — 9,50%; 2006 — 10,00%).

As taxas de tendências de custos de assistência médico-hospitalar presumidas têm um efeito significativo sobre os valores divulgados para o PBPA. Uma mudança de um ponto percentual nas taxas de tendência de custos de assistência médico-hospitalar em 31 de dezembro de 2008 teria os seguintes efeitos (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito nos totais do custo do serviço e de juros	\$ 14	\$ (11)
Efeito sobre as obrigações de benefícios pós-aposentadoria	143	(111)

Ativos dos Planos

As alocações médias ponderadas dos ativos dos Planos e do PBPA em 31 de dezembro de 2008 e 2007, por categoria de ativos, eram as seguintes:

Categoria de ativo	Planos		PBPA	
	2008	2007	2008	2007
Ações de empresas dos EUA	30%	34%	35%	39%
Ações de empresas de outros países	20%	25%	23%	30%
Ações de mercados emergentes	2%	3%	—	—
Renda fixa mercados emergentes	3%	2%	—	—
Obrigações e fundos de renda fixa	21%	20%	20%	20%
Obrigações do governo dos Estados Unidos indexadas pela inflação	9%	7%	14%	10%
Ações e fundos de investimentos em imóveis	5%	6%	—	—
Futuros de índices de commodities	1%	3%	—	—
Fundos de investimento a curto prazo	9%	—	8%	1%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Os ativos dos Planos e do PBPA são administrados, principalmente, por gestores de investimentos ligados ao Banco por vínculo empregatício, aos quais são fornecidas diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimentos dos Planos e do PBPA. Tais políticas de investimentos foram desenvolvidas de modo tal que, considerados os retornos esperados, exista uma alta alocação a ações com a expectativa de retornos suficientes para atender às necessidades de financiamento a longo prazo.

Os investimentos mantêm exposições médias entre 60% e 70% a um bem diversificado conjunto de ações. Também há ativos investidos em títulos de renda fixa (20%) para proteger contra os efeitos da desinflação, bem como um conjunto de outros tipos de investimentos (10% a 20%) que, espera-se, reajam positivamente à alta da inflação, contra a queda de poder aquisitivo, ações de empresas de mercados emergentes (0% a 5%) e títulos de renda fixa de mercados emergentes (0% a 5%).

As metas de alocação das políticas de investimento em 31 de dezembro de 2008 eram:

	PAF	PAFL	PBPA
Ações de empresas dos EUA	35%	40%	40%
Ações de empresas de outros países	25%	30%	30%
Títulos de mercados emergentes ⁽¹⁾	5%	—	—
Renda fixa	20%	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação ⁽²⁾	15%	10%	10%

⁽¹⁾ Composto de ações e títulos de renda fixa de mercados emergentes.

⁽²⁾ Composto de títulos do governo dos EUA (5% a 15%), ações e fundos de investimento imobiliário (0% a 6%) e futuros de índices de commodities com garantias plenas (0% to 4%) para o PAF, obrigações do governo dos EUA indexadas (5% to 10%) e ações e fundos de investimento imobiliário (0% to 5%) para o PAFL, e obrigações do governo dos EUA indexadas (10%) para o PBPA.

A gestão de risco é realizada pelo contínuo monitoramento de cada nível de categoria de ativos e gestor de investimentos. Os investimentos são rebalanceados em direção às alocações-meta das políticas na medida do permitido pelos fluxos de caixa. Caso os fluxos de caixa não sejam suficientes para manter os pesos-meta, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Os gestores de investimento, de modo geral, somente têm permissão para investir mais do que 5% de suas carteiras em títulos de um único emissor se este for o governo dos Estados Unidos. O uso de derivativos, por parte de um gestor de investimentos, exige aprovação expressa para cada instrumento.

Fluxos de caixa

Contribuições

As contribuições do Banco aos Planos e ao PBPA durante 2009 devem somar aproximadamente US\$35 milhões e US\$25 milhões, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em numerário.

Pagamentos de benefícios futuros estimados

A tabela abaixo apresenta os pagamentos de benefícios, que refletem o serviço futuro esperado, como apropriado, que o Banco espera pagar em cada um dos próximos cinco anos e seu valor agregado para os cinco anos subsequentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Esses valores se baseiam nos mesmos pressupostos usados para medir as obrigações por benefícios em 31 de dezembro de 2008.

Exercício	Planos	PBPA
2009	\$ 97	\$ 34
2010	101	36
2011	106	39
2012	110	41
2013	115	44
2014–2018	656	267

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota Q – Conciliação entre resultado líquido (prejuízo) e caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido	\$ (22)	\$ 134	\$ 243
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de operações de crédito	57	(2)	(9)
Receita de investimentos	(54)	(26)	(19)
Perda (ganho) líquida a realizar sobre a carteira de investimentos a curto prazo	1.596	280	(12)
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps	350	182	213
Despesas administrativas, incluindo depreciação	7	67	48
Programas especiais	48	24	27
Perdas (lucros) líquidas a realizar sobre instrumentos derivativos não detidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo	(950)	149	384
Redução (aumento) líquida em investimentos a curto prazo	(1.951)	122	(1.796)
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	93	(13)	(48)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações	\$ (826)	\$ 917	\$ (969)
Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa			
Aumento (redução) resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos de curto prazo	\$ (199)	\$ 438	\$ 316
Investimentos mantidos até o vencimento	(237)	347	167
Saldo de empréstimos	806	583	366
Captações	272	840	536
Valores a receber de países membros, líquido	260	(302)	(139)

Nota R – Informações sobre segmentos

A Administração determinou que o Banco tem somente um segmento para fins de relatório, já que não administra suas operações alocando recursos com base na determinação das contribuições ao resultado líquido feitas pelas operações individuais. O Banco não distingue entre a natureza dos produtos fornecidos ou serviços prestados, o processo de preparação ou o método usado para prestar esses serviços aos diversos países. No anos de 2008, 2007 e 2006, os empréstimos feitos a três países, ou garantidos por eles, individualmente geraram mais de 10% da receita de operações de crédito, como mostrado a seguir (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2008	2007	2006
Argentina	\$411	\$463	\$476
Brasil	579	583	540
Colômbia	253	230	189

Nota S – Valores justos dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para medir o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Instrumentos: Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precificação externos, distribuidoras independentes ou fluxos de caixa descontados.

Empréstimos: O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A falta de um mercado secundário para empréstimos de desenvolvimento dificulta a estimativa do valor justo da carteira de empréstimos do Banco, a despeito da flexibilidade oferecida pela nova estrutura de valor justo prevista no SFAS 157. Entretanto, o Banco continua a explorar as possíveis ferramentas de avaliação para estimar o valor justo de sua carteira de empréstimos sem incorrer em custos excessivos.

Swaps: Os valores justos dos swaps cambiais e de taxas de juros são baseados nos fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação.

Captações: O valor justo das captações se baseia em fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação.

A tabela abaixo apresenta os valores justos dos instrumentos financeiros, juntamente com os respectivos valores contábeis, em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008 ⁽¹⁾		2007 ⁽¹⁾	
	Valor escritural	Valor justo	Valor escritural	Valor justo
Caixa	\$ 301	\$ 301	\$ 200	\$ 200
Investimentos				
Carteira de curto prazo	12.669	12.669	12.367	12.367
Detidos até o vencimento	3.657	3.703	3.901	3.884
Saldo de empréstimos líquido	51.601	N/D	48.503	N/D
Taxas cambiais e de juros				
Swaps a receber				
Investimentos — carteira de curto prazo ..	4	4	5	5
Empréstimos	41	41	4	4
Captações	3.454	3.454	3.041	3.041
Captações				
Curto prazo	3.067	3.067	2.204	2.204
Médio e longo prazos:				
Medição ao valor justo	34.675	34.675	—	—
Medição ao valor amortizado	12.211	13.977	45.441	45.901
Swaps de taxa de juros e cambiais a pagar				
Investimentos — carteira de curto prazo ..	11	11	3	3
Empréstimos	110	110	16	16
Captações	1.792	1.792	1.011	1.011

⁽¹⁾ Inclui juros acumulados.

N/D = Indisponível

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	<u>Euro</u>	<u>Ienes japoneses</u>	<u>Franco suíços</u>	<u>Dólares dos Estados Unidos</u>	<u>Todas as moedas</u>
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:					
Valor escritural	—	—	—	2.678	2.678 ⁽¹⁾
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	996	996
Ganho líquido durante o exercício	—	—	—	10	10
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA:					
Valor escritural	331	33	142	265	771
Saldo médio durante o exercício	386	101	42	26	555
Ganho líquido durante o exercício	7	1	1	—	9
Obrigações de bancos:					
Valor escritural	1.361	—	120	3.300	4.781
Saldo médio durante o exercício	1.714	231	239	3.493	5.677
Perda líquida durante o exercício	(31)	—	—	(69)	(100)
Títulos privados:					
Valor escritural	—	—	—	199	199
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	325	325
Perda líquida durante o exercício	—	—	—	(2)	(2)
Títulos lastreados em ativos e hipotecas:					
Valor escritural	1.838	—	—	2.346	4.184
Saldo médio durante o exercício	2.273	—	—	3.237	5.510
Perda líquida durante o exercício	(313)	—	—	(1.201)	(1.514)
Total dos investimentos a curto prazo:					
Valor escritural	3.530	33	262	8.788	12.613
Saldo médio durante o exercício	4.373	332	281	8.077	13.063
Ganho (perda) líquido durante o exercício	(337)	1	1	(1.262)	(1.597)
Swaps de taxa de juros, líquidos:					
Valor escritural ⁽²⁾	—	—	—	(7)	(7)
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	(4)	(4)
Perda líquida durante o exercício	—	—	—	(1)	(1)
Swaps cambiais a receber:					
Valor escritural ⁽²⁾	—	—	—	35	35
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	12	12
Ganho (perda) líquido durante o exercício	—	—	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:					
Valor escritural ⁽²⁾	(36)	—	—	—	(36)
Saldo médio durante o exercício	(11)	—	—	—	(11)
Perda líquida durante o exercício	(2)	—	—	—	(2)
Total dos investimentos a curto prazo e swaps:					
Valor escritural	3.494	33	262	8.816	12.605
Saldo médio durante o exercício	4.362	332	281	8.085	13.060
Ganho (perda) líquido durante o exercício	(339)	1	1	(1.263)	(1.600)
Retorno durante o exercício (%)	(3,26)	0,70	2,52	(12,57)	(7,84)

⁽¹⁾ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE), tais como títulos de dívida e lastreados em hipotecas ou ativos, totalizando US\$1.358 milhões. As obrigações das GSE não contam com o pleno reconhecimento e crédito do governo dos Estados Unidos.

⁽²⁾ O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta a receber (a pagar), classificado de acordo com a moeda. Os contratos de swaps cambiais e de taxas de juros são apresentados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) do montante do valor justo líquido dos contratos.

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Euros	Ienes japoneses	Franco suíços	Dólares dos Estados Unidos	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:					
Valor escritural	—	—	—	454	454 ⁽¹⁾
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	519	519
Ganho líquido durante o exercício	—	—	—	3	3
Obrigações de outros governos e órgãos exceto governo dos EUA:					
Valor escritural	—	127	—	—	127
Saldo médio durante o exercício	24	90	—	—	114
Perda líquida durante o exercício	(1)	—	—	—	(1)
Obrigações de bancos:					
Valor escritural	1.701	43	151	2.812	4.707
Saldo médio durante o exercício	1.736	93	265	3.034	5.128
Ganho (perda) líquido durante o exercício	(10)	—	—	14	4
Títulos privados:					
Valor escritural	—	—	—	411	411
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	449	449
Perda líquida durante o exercício	—	—	—	(5)	(5)
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:					
Valor escritural	2.498	—	—	4.110	6.608
Saldo médio durante o exercício	2.416	—	—	4.834	7.250
Perda líquida durante o exercício	(52)	—	—	(239)	(291)
Total dos investimentos a curto prazo:					
Valor escritural	4.199	170	151	7.787	12.307
Saldo médio durante o exercício	4.176	183	265	8.836	13.460
Perda líquida durante o exercício	(63)	—	—	(227)	(290)
Swaps de taxa de juros, líquidos:					
Valor escritural ⁽²⁾	1	—	—	—	1
Saldo médio durante o exercício	1	—	—	—	1
Perda líquida durante o exercício	—	—	—	(1)	(1)
Total dos investimentos a curto prazo e swaps:					
Valor escritural	4.200	170	151	7.787	12.308
Saldo médio durante o exercício	4.177	183	265	8.836	13.461
Perda líquida durante o exercício	(63)	—	—	(228)	(291)
Retorno durante o exercício (%)	2,78	0,59	2,37	2,84	2,79

⁽¹⁾ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE), tais como títulos de dívida e lastreados em hipotecas ou ativos, totalizando US\$226 milhões. As obrigações das GSE não contam com o pleno reconhecimento e crédito do governo dos Estados Unidos.

⁽²⁾ Os contratos de swaps cambiais e de taxas de juros são apresentados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) do montante do valor justo líquido dos contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Francos suíços	Ienes japoneses	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA:						
Valor escritural líquido	181	1.428	155	551	947	3.262
Ganhos brutos a realizar	4	16	1	3	39	63
Perdas brutas a realizar	—	18	—	—	—	18
Valor justo	185	1.426	156	554	986	3.307
Obrigações de bancos:						
Valor escritural líquido	—	73	2	—	148	223
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	—	73	2	—	148	223
Títulos lastreados em ativos e hipotecas:						
Valor escritural líquido	35	—	—	—	101	136
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	2	2
Perdas brutas a realizar	1	—	—	—	—	1
Valor justo	34	—	—	—	103	137
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido	216	1.501	157	551	1.196 ⁽¹⁾	3.621
Ganhos brutos a realizar	4	16	1	3	41	65
Perdas brutas a realizar	1	18	—	—	—	19
Valor justo	219	1.499	158	554	1.237	3.667
Retorno durante o exercício (%)	3,87	3,74	2,21	0,72	4,27	3,47

⁽¹⁾ O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o investimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses	\$ 927
Libras esterlinas	178
Outras informações	91
Total	<u>\$1.196</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS DE INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2009	\$1.535	\$1.539
2010 a 2013	2.086	2.128
Total	<u>\$3.621</u>	<u>\$3.667</u>

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO – NOTA D

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíços	Ienes japoneses	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:						
Valor escritural líquido	5	48	—	—	—	53 ⁽¹⁾
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	5	48	—	—	—	53
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA:						
Valor escritural líquido	269	1.153	51	446	1.115	3.034
Ganhos brutos a realizar	1	1	—	1	3	6
Perdas brutas a realizar	1	17	—	—	4	22
Valor justo	269	1.137	51	447	1.114	3.018
Obrigações de bancos:						
Valor escritural líquido	—	309	95	4	155	563
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	—	309	95	4	155	563
Títulos lastreados em ativos e hipotecas:						
Valor escritural líquido	60	—	—	—	148	208
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	1	1
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	2	2
Valor justo	60	—	—	—	147	207
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido	334	1.510	146	450	1.418 ⁽²⁾	3.858
Ganhos brutos a realizar	1	1	—	1	4	7
Perdas brutas a realizar	1	17	—	—	6	24
Valor justo	334	1.494	146	451	1.416	3.841
Retorno durante o exercício (%)	3,92	3,64	2,29	0,56	4,38	3,45

⁽¹⁾ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE), tais como títulos de dívida e lastreados em hipotecas ou ativos, totalizando \$53 milhões. As obrigações das GSE não contam com o pleno reconhecimento e crédito do governo dos Estados Unidos.

⁽²⁾ O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o investimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses	\$1.085
Libras esterlinas	230
Outros	103
Total	<u>\$1.418</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS DE INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2008	\$1.545	\$1.543
2009 a 2012	2.313	2.298
Total	<u>\$3.858</u>	<u>\$3.841</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-3

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS — NOTA E

31 de dezembro 2008 e 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo 2008 ⁽¹⁾	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido		Parcela a desembolsar	Saldo 2007 ⁽¹⁾
		Moedas de países não mutuários ⁽²⁾	Moedas de países mutuários		
Argentina.....	\$ 8.668	\$ 8.616	\$ 52	\$ 4.504	\$ 8.567
Bahamas.....	90	90	—	142	79
Barbados.....	140	140	—	84	133
Belize.....	94	94	—	26	96
Bolívia.....	161	161	—	102	195
Brasil.....	12.543	12.497	46	3.775	12.505
Chile.....	591	591	—	393	551
Colômbia.....	5.620	5.600	20	693	4.813
Costa Rica.....	251	251	—	1.344	495
El Salvador.....	1.377	1.377	—	419	1.166
Equador.....	1.487	1.487	—	392	1.465
Guatemala.....	1.197	1.197	—	584	1.135
Guiana.....	3	3	—	29	3
Honduras.....	75	75	—	137	89
Jamaica.....	627	627	—	152	542
México.....	4.782	4.782	—	1.477	4.574
Nicarágua.....	77	77	—	78	78
Panamá.....	911	911	—	553	853
Paraguai.....	705	705	—	416	678
Peru.....	3.957	3.957	—	447	3.823
República Dominicana.....	1.025	1.025	—	261	1.029
Suriname.....	59	59	—	89	55
Trinidad e Tobago.....	396	396	—	124	390
Uruguai.....	2.056	2.056	—	638	1.835
Venezuela.....	1.329	1.315	14	607	1.153
Regional.....	419	419	—	6	484
Empréstimos sem garantia soberana.....	2.433	2.433	—	2.148	1.168
Corporação Interamericana de Investimentos.....	100	100	—	200	—
Total 2008.....	<u>\$51.173</u>	<u>\$51.041</u>	<u>\$132</u>	<u>\$19.820</u>	
Total 2007.....		<u>\$47.807</u>	<u>\$147</u>	<u>\$16.428</u>	<u>\$47.954</u>

⁽¹⁾ Esta tabela exclui o saldo de empréstimos participativos sem garantia soberana de US\$2.437 milhões em 31 de dezembro de 2008 (2007 — US\$944 milhões). Este quadro também exclui garantias no valor de US\$1.035 milhões em vigor em 31 de dezembro de 2008 (2007 — US\$689 milhões).

⁽²⁾ Inclui \$245 milhões de empréstimos em moedas dos países mutuários, trocados por dólares dos Estados Unidos por intermédio de swaps

O saldo de empréstimos sem garantia soberana inclui empréstimos aos seguintes países (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	31 de dezembro de			31 de dezembro de	
	2008	2007		2008	2007
Argentina.....	\$ 1	\$ 2	Guatemala.....	\$ 25	\$ 25
Bolívia.....	73	81	México.....	87	105
Brasil.....	925	558	Nicarágua.....	—	7
Chile.....	302	9	Panamá.....	50	—
Colômbia.....	125	—	Peru.....	401	201
Costa Rica.....	180	10	Suriname.....	7	7
El Salvador.....	50	—	Regional.....	128	138
Equador.....	79	25		<u>\$2.433</u>	<u>\$1.168</u>

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO – NOTA E⁽¹⁾

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos numa única moeda			Total dos empréstimos	
	Valor	Taxa média ponderada (%)	Valor	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Valor	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos							
Taxa fixa	\$ 246	7,05	\$ —	—	—	\$ 246	7,05
Taxa reajustável	6.075	4,21	23.113	5,15	7,59	29.188	4,95
Taxa flutuante, baseada na LIBOR . .	—	—	14.695	4,69	9,33	14.695	4,69
Euros							
Taxa fixa	52	7,05	—	—	—	52	7,05
Taxa reajustável	1.288	4,21	10	4,84	4,74	1.298	4,21
Francos suíços							
Taxa fixa	68	7,12	—	—	—	68	7,12
Taxa reajustável	1.613	4,21	—	—	—	1.613	4,21
Ienes japoneses							
Taxa fixa	146	7,04	—	—	—	146	7,04
Taxa reajustável	3.633	4,21	9	1,94	4,39	3.642	4,20
Taxa flutuante, baseada na LIBOR . .	—	—	93	1,08	7,87	93	1,08
Outros							
Fixa	132	4,00	—	—	—	132	4,00
Saldo de empréstimos							
Taxa fixa	644	6,43	—	—	—	644	6,43
Taxa reajustável	12.609	4,21	23.132	5,15	7,59	35.741	4,82
Taxa flutuante, baseada na LIBOR . .	—	—	14.788	4,66	9,32	14.788	4,66
Total	\$13.253	4,32	\$37.920	4,96	8,26	\$51.173	4,79

CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos numa única moeda	Todos os empréstimos		
	Taxa fixa	Taxa reajustável	Taxa reajustável ⁽³⁾	Taxa fixa	Taxa reajustável ⁽³⁾	Total
2009	\$156	\$ 1.990	\$ 1.943	\$ 156	\$ 3.933	\$ 4.089
2010	131	1.906	2.228	131	4.134	4.265
2011	102	1.705	2.534	102	4.239	4.341
2012	86	1.442	2.693	86	4.135	4.221
2013	66	1.195	2.749	66	3.944	4.010
2014 a 2018	84	3.317	12.569	84	15.886	15.970
2019 a 2023	18	922	8.575	18	9.497	9.515
2024 a 2028	1	132	3.872	1	4.004	4.005
2029 a 2033	—	—	726	—	726	726
2034 a 2038	—	—	31	—	31	31
Total	\$644	\$12.609	\$37.920	\$644	\$50.529	\$51.173
Vencimento médio (em anos)	<u>2,85</u>	<u>4,36</u>	<u>8,26</u>	<u>2,85</u>	<u>7,29</u>	<u>7,23</u>

⁽¹⁾ Informações apresentadas após os swaps cambiais e de taxa de juros.⁽²⁾ Vencimento médio — empréstimos em moedas múltiplas: a seleção de moedas usada pelo Banco para fins de cobrança não permite a determinação do vencimento médio para empréstimos multimoedas por moeda individual. Sendo assim, o Banco divulga os períodos de vencimento de seus empréstimos multimoedas e vencimento médio para a carteira total em moedas múltiplas pelo seu equivalente combinado em dólares dos Estados Unidos.⁽³⁾ Inclui empréstimos a taxas flutuantes baseados na LIBOR.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-4

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO – NOTA E⁽¹⁾

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em moedas múltiplas ²		Empréstimos numa única moeda			Total dos empréstimos	
	Valor	Taxa média ponderada (%)	Valor	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Valor	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos							
Taxa fixa	\$ 327	7,16	\$ —	—	—	\$ 327	7,16
Taxa reajustável	6.553	4,25	22.329	5,61	7,72	28.882	5,30
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	10.843	5,65	9,20	10.843	5,65
Euros							
Taxa fixa	97	7,16	—	—	—	97	7,16
Taxa reajustável	1.959	4,25	12	4,53	5,24	1.971	4,25
Francos suíços							
Taxa fixa	94	7,22	—	—	—	94	7,22
Taxa reajustável	1.839	4,25	—	—	—	1.839	4,25
Ienes japoneses							
Taxa fixa	175	7,15	—	—	—	175	7,15
Taxa reajustável	3.536	4,25	8	1,93	4,89	3.544	4,24
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	35	0,99	8,87	35	0,99
Outras							
Taxa fixa	147	4,00	—	—	—	147	4,00
Saldo de empréstimos							
Taxa fixa	840	6,61	—	—	—	840	6,61
Taxa reajustável	13.887	4,25	22.349	5,61	7,72	36.236	5,09
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	10.878	5,64	9,20	10.878	5,64
Total	\$14.727	4,38	\$33.227	5,62	8,20	\$47.954	5,24

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos numa única moeda	Todos os empréstimos		
	Taxa fixa	Taxa reajustável	Taxa reajustável ⁽³⁾	Taxa fixa	Taxa reajustável ⁽³⁾	Total
2008	\$223	\$ 1.913	\$ 2.208	\$ 223	\$ 4.121	\$ 4.344
2009	149	1.911	1.855	149	3.766	3.915
2010	124	1.834	2.103	124	3.937	4.061
2011	97	1.646	2.287	97	3.933	4.030
2012	82	1.384	2.325	82	3.708	3.791
2013 a 2017	140	3.863	10.971	140	14.834	14.974
2018 a 2022	22	1.168	7.466	22	8.634	8.656
2023 a 2027	3	168	3.376	3	3.544	3.547
2028 a 2032	—	—	636	—	636	636
Total	\$840	\$13.887	\$33.227	\$ 840	\$47.114	\$47.954
Vencimento médio (anos)	<u>2,97</u>	<u>4,64</u>	<u>8,20</u>	<u>2,97</u>	<u>7,15</u>	<u>7,07</u>

⁽¹⁾ Informações apresentadas após os swaps cambiais e de taxa de juros.⁽²⁾ Vencimento médio — empréstimos em moedas múltiplas: a seleção de moedas usada pelo Banco para fins de cobrança não permite a determinação do vencimento médio para empréstimos em moedas múltiplas por moeda individual. Sendo assim, o Banco divulga os períodos de vencimento de seus empréstimos multimooedas e vencimento médio para a carteira total multimooedas pelo seu equivalente combinado em dólares dos Estados Unidos.⁽³⁾ Inclui empréstimos a taxas flutuantes baseados na LIBOR.

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS A MÉDIO E LONGO PRAZOS – NOTAS I, J E K

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambiais			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Valor	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (%)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos) ⁽¹⁾
Dólares dos Estados Unidos												
Taxa fixa	\$25.689	4,81	5,74	\$ 620	5,62	1,33	\$ 580	5,25	5,77	\$ 26.889	4,84	5,64
	—	—	—	(150)	8,58	0,67	(16.517)	4,15	5,53	(16.667)	4,19	5,49
Taxa reajustável	212	2,08	6,31	16.392	2,81	5,55	17.739	3,25	4,49	34.343	3,03	5,01
	—	—	—	(3.997)	2,98	3,53	(2.531)	2,08	4,44	(6.528)	2,63	3,88
Euros												
Taxa fixa	2.234	5,08	2,48	173	6,70	0,67	—	—	—	2.407	5,20	2,35
	—	—	—	(630)	5,57	1,24	(838)	4,26	4,54	(1.468)	4,82	3,12
Taxa reajustável	799	5,23	7,39	2.961	4,10	3,81	838	3,99	4,54	4.598	4,28	4,57
	—	—	—	(799)	5,23	7,39	—	—	—	(799)	5,23	7,39
Francos suíços												
Taxa reajustável	—	—	—	1.311	2,78	2,13	—	—	—	1.311	2,78	2,13
Ienes japoneses												
Taxa fixa	2.595	3,02	2,08	—	—	—	—	—	—	2.595	3,02	2,08
	—	—	—	(139)	5,73	4,58	(1.408)	1,94	0,63	(1.547)	2,28	0,98
Taxa reajustável	434	2,09	9,06	458	0,60	2,59	1.441	0,76	0,84	2.333	0,98	2,71
	—	—	—	(952)	1,29	4,09	(33)	1,23	9,83	(985)	1,29	4,28
Outros												
Taxa fixa	15.194	6,64	5,54	—	—	—	—	—	—	15.194	6,64	5,54
	—	—	—	(15.194)	6,64	5,54	—	—	—	(15.194)	6,64	5,54
Taxa reajustável	134	7,46	6,16	—	—	—	—	—	—	134	7,46	6,16
	—	—	—	(134)	7,46	6,16	—	—	—	(134)	7,46	6,16
Total												
Taxa fixa	45.712	5,33	5,31	793	—	—	580	—	—	47.085	5,34	5,24
	—	—	—	(16.113)	—	—	(18.763)	—	—	(34.876)	5,20	5,21
Taxa reajustável	1.579	4,13	7,60	21.122	—	—	20.018	—	—	42.719	3,06	4,75
	—	—	—	(5.882)	—	—	(2.564)	—	—	(8.446)	2,80	4,30
Principal, ao valor nominal												
	47.291	5,29	5,38	(80)	—	—	(729)	—	—	46.482	3,81	4,99
Ajustes ao valor justo												
	1.703	—	—	(1.166)	—	—	(1.432)	—	—	(895)	—	—
Desconto líquido a amortizar												
	(2.667)	—	—	1.063	—	—	729 ⁽³⁾	—	—	(875)	—	—
Total	\$46.327	5,29	5,38	\$ (183)	—	—	\$ (1.432)	—	—	\$ 44.712	3,81	4,99

(1) Em 31 de dezembro de 2008, o prazo médio de repactuação das obrigações de câmbio líquidas por captações a taxas ajustáveis era de quatro meses.

(2) Os swaps cambiais são apresentados ao seu valor nominal e os swaps de taxa de juros são apresentados ao valor referencial de cada ponta a pagar (a receber), classificados por moeda. Tanto os swaps cambiais como os de taxa de juros são ajustados no seu total ao valor justo, como indicado. O valor justo líquido a receber de swaps cambiais e de taxa de juros de US\$183 milhões e US\$1,432 milhões respectivamente, demonstrado na tabela acima, é representado por ativos por swaps cambiais e de taxa de juros com valor justo de US\$3,415 milhões e por passivos por swaps cambiais e de taxa de juros com valor justo de US\$1,800 milhões, refletidos no Balanço Patrimonial.

(3) Representa o desconto a amortizar em swaps de taxa de juros com cupom zero.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DE CAPTAÇÕES A MÉDIO E LONGO PRAZOS PENDENTES

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2009	\$ 5.952	2014 a 2018	\$13.772
2010	7.583	2019 a 2023	1.193
2011	4.926	2024 a 2028	2.816
2012	5.951	2037 y 2038	747
2013	4.351	Total	\$47.291

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS A MÉDIO E LONGO PRAZOS – NOTAS I, J E K

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambiais			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Valor	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (%)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos) ⁽¹⁾
Dólares dos Estados Unidos												
Taxa fixa	\$23.727	5,29	5,42	\$ 620	5,62	2,33	\$ 580	5,25	6,77	\$ 24.927	5,29	5,37
	—	—	—	(650)	6,69	0,50	(11.566)	4,89	6,82	(12.216)	4,98	6,48
Taxa reajustável	150	2,46	6,73	14.739	4,92	6,28	12.939	4,87	5,71	27.828	4,88	6,01
	—	—	—	(4.167)	4,84	3,66	(2.531)	4,74	5,44	(6.698)	4,81	4,33
Euros												
Taxa fixa	2.628	4,94	3,20	181	6,70	1,67	—	—	—	2.809	5,05	3,10
	—	—	—	(659)	5,57	2,25	(1.168)	4,16	4,40	(1.827)	4,67	3,62
Taxa reajustável	806	5,33	8,32	3.672	4,50	3,57	1.168	4,61	4,40	5.646	4,64	4,42
	—	—	—	(806)	5,33	8,32	—	—	—	(806)	5,33	8,32
Francos suíços												
Taxa reajustável	—	—	—	1.237	2,56	3,13	—	—	—	1.237	2,56	3,13
Ienes japoneses												
Fixa	2.133	2,91	3,03	677	0,95	0,83	45	1,71	0,37	2.855	2,43	2,47
	—	—	—	(90)	5,03	6,36	(1.190)	1,89	1,58	(1.280)	2,11	1,92
Reajustável	242	2,35	11,41	154	0,59	0,86	1.172	0,67	1,84	1.568	0,92	3,22
	—	—	—	(663)	1,19	4,75	(27)	1,23	10,83	(690)	1,19	4,99
Diversos												
Fixa	17.967	6,37	6,21	—	—	—	—	—	—	17.967	6,37	6,21
	—	—	—	(17.967)	6,37	6,21	—	—	—	(17.967)	6,37	6,21
Reajustável	118	10,11	5,31	—	—	—	—	—	—	118	10,11	5,31
	—	—	—	(118)	10,11	5,31	—	—	—	(118)	10,11	5,31
Total												
Fixa	46.455	5,58	5,49	1.478	—	—	625	—	—	48.558	5,51	5,38
	—	—	—	(19.366)	—	—	(13.924)	—	—	(33.290)	5,60	6,00
Reajustável	1.316	4,89	8,44	19.802	—	—	15.279	—	—	36.397	4,61	5,55
	—	—	—	(5.754)	—	—	(2.558)	—	—	(8.312)	4,63	4,79
Principal, ao valor nominal												
nominal	47.771	5,56	5,57	(3.840)	—	—	(578)	—	—	43.353	4,85	5,15
SFAS 133 — Ajustes ao valor justo												
justo	(9)	—	—	599	—	—	(116)	—	—	474	—	—
Desconto líquido a amortizar												
.....	(2.917)	—	—	1.344	—	—	578 ⁽³⁾	—	—	(99)	—	—
Total	\$44.845	5,56	5,57	\$ (1.897)	—	—	\$ (116)	—	—	\$ 42.832	4,85	5,15

(1) Em 31 de dezembro de 2007, o prazo médio de repactuação das obrigações de câmbio líquidas por captações a taxas ajustáveis era de cinco meses.

(2) Os swaps cambiais são apresentados ao seu valor nominal e os swaps de taxa de juros são apresentados ao valor referencial de cada ponta a pagar (a receber), classificados por moeda. Tanto os swaps cambiais como os de taxa de juros são ajustados no seu total ao valor justo, como indicado. O valor justo líquido a receber de swaps cambiais e de taxa de juros de US\$1.897 milhões e US\$116 milhões respectivamente, demonstrado na tabela acima, é representado por ativos por swaps cambiais e de taxa de juros com valor justo de US\$3.019 milhões e por passivos por swaps cambiais e de taxa de juros com valor justo de US\$1.006 milhões, refletidos no Balanço Patrimonial.

(3) Representa o desconto a amortizar em swaps de taxa de juros com cupom zero.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DE CAPTAÇÕES A MÉDIO E LONGO PRAZOS PENDENTES

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2008.....	\$ 7.460	2013 a 2017.....	\$12.460
2009.....	5.770	2018 a 2022.....	2.266
2010.....	6.014	2023 a 2027.....	3.910
2011.....	2.930	2037.....	478
2012.....	6.483	Total	\$47.771

DEMONSTRATIVO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL – NOTA M

31 de dezembro de 2008 e 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos⁽¹⁾

Membros	Ações	Parcela integralizada do capital subscrito		Parcela exigível do capital subscrito	Total 2008	Total 2007
		Moedas conversíveis	Outras moedas			
Alemanha.....	158.638	\$ 82,3	\$ —	\$ 1.831,4	\$ 1.913,7	\$ 1.913,7
Argentina.....	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Áustria.....	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
Bahamas.....	17.398	7,5	4,1	198,3	209,9	209,9
Barbados.....	10.767	3,9	1,8	124,3	129,9	129,9
Bélgica.....	27.438	14,2	—	316,8	331,0	331,0
Belize.....	9.178	3,6	3,6	103,5	110,7	110,7
Bolívia.....	72.258	29,0	8,4	834,4	871,7	871,7
Brasil.....	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Canadá.....	334.887	173,7	—	3.866,2	4.039,9	4.039,9
Chile.....	247.163	99,1	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Colômbia.....	247.163	99,2	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Coreia, República da.....	184	0,1	—	2,1	2,2	2,2
Costa Rica.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Croácia.....	4.018	2,1	—	46,4	48,5	48,5
Dinamarca.....	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
El Salvador.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Equador.....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Eslovênia.....	2.434	1,3	—	28,1	29,4	29,4
Espanha.....	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Estados Unidos.....	2.512.529	1.303,0	—	29.006,7	30.309,7	30.309,7
Finlândia.....	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
França.....	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Guatemala.....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Guiana.....	13.393	5,2	2,6	153,8	161,6	161,6
Haiti.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Honduras.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Israel.....	13.126	6,8	—	151,5	158,3	158,3
Itália.....	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Jamaica.....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Japão.....	418.642	217,1	—	4.833,2	5.050,3	5.050,3
México.....	578.632	232,1	66,9	6.681,3	6.980,3	6.980,3
Nicarágua.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Noruega.....	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
Países Baixos.....	28.207	14,6	—	325,6	340,3	340,3
Panamá.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Paraguai.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Peru.....	120.445	48,3	14,0	1.390,7	1.453,0	1.453,0
Portugal.....	4.474	2,3	—	51,7	54,0	54,0
Reino Unido.....	80.551	41,8	—	929,9	971,7	971,7
República Dominicana.....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Suécia.....	27.268	14,1	—	314,8	328,9	328,9
Suíça.....	39.347	20,4	—	454,2	474,7	474,7
Suriname.....	7.342	3,5	2,2	82,9	88,6	88,6
Trinidad e Tobago.....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Uruguai.....	96.507	38,7	11,2	1.114,3	1.164,2	1.164,2
Venezuela.....	482.267	216,0	33,3	5.568,5	5.817,8	5.817,8
Total antes do valor a alocar.....	8.367.264	3.870,6	468,8	96.598,5	100.937,9	100.937,9
Valor a alocar.....	—	—	—	—	—	15,7 ⁽²⁾
Total 2008.....	<u>8.367.264</u>	<u>\$ 3.870</u>	<u>\$ 469</u>	<u>\$ 96.599</u>	<u>\$ 100.938</u>	
Total 2007.....	<u>8.368.563</u>	<u>\$ 3.871</u>	<u>\$ 469</u>	<u>\$ 96.613</u>		<u>\$ 100.953</u>

(1) Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.

(2) Representa as ações remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-7

DEMONSTRAÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL E PODER DE VOTO

31 de dezembro de 2008

Países membros	Ações subscritas	Número de votos	% do número total de votos ⁽¹⁾
Membros regionais em desenvolvimento			
Argentina	900.154	900.289	10,752
Bahamas	17.398	17.533	0,209
Barbados	10.767	10.902	0,130
Belize	9.178	9.313	0,111
Bolívia	72.258	72.393	0,865
Brasil	900.154	900.289	10,752
Chile	247.163	247.298	2,953
Colômbia	247.163	247.298	2,953
Costa Rica	36.121	36.256	0,433
El Salvador	36.121	36.256	0,433
Equador	48.220	48.355	0,577
Guatemala	48.220	48.355	0,577
Guiana	13.393	13.528	0,162
Haiti	36.121	36.256	0,433
Honduras	36.121	36.256	0,433
Jamaica	48.220	48.355	0,577
México	578.632	578.767	6,912
Nicarágua	36.121	36.256	0,433
Panamá	36.121	36.256	0,433
Paraguai	36.121	36.256	0,433
Peru	120.445	120.580	1,440
República Dominicana	48.220	48.355	0,577
Suriname	7.342	7.477	0,089
Trinidad e Tobago	36.121	36.256	0,433
Uruguai	96.507	96.642	1,154
Venezuela	482.267	482.402	5,761
Total dos membros regionais em desenvolvimento	<u>4.184.669</u>	<u>4.188.179</u>	<u>50,016</u>
Canadá	334.887	335.022	4,001
Estados Unidos	2.512.529	2.512.664	30,007
Membros extrarregionais			
Alemanha	158.638	158.773	1,896
Áustria	13.312	13.447	0,161
Bélgica	27.438	27.573	0,329
Coreia, República da	184	319	0,004
Croácia	4.018	4.153	0,050
Dinamarca	14.157	14.292	0,171
Eslovênia	2.434	2.569	0,031
Espanha	158.638	158.773	1,896
Finlândia	13.312	13.447	0,161
França	158.638	158.773	1,896
Israel	13.126	13.261	0,158
Itália	158.638	158.773	1,896
Japão	418.642	418.777	5,001
Noruega	14.157	14.292	0,171
Países Baixos	28.207	28.342	0,338
Portugal	4.474	4.609	0,055
Reino Unido	80.551	80.686	0,964
Suécia	27.268	27.403	0,327
Suíça	39.347	39.482	0,472
Total membros extrarregionais	<u>1.335.179</u>	<u>1.337.744</u>	<u>15,976</u>
TOTAL	<u>8.367.264</u>	<u>8.373.609</u>	<u>100,000</u>

⁽¹⁾ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e do total geral.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVO À EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO SOBRE OS RELATÓRIOS FINANCEIROS

17 de fevereiro de 2009

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (o Banco) é responsável por estabelecer e manter controle interno eficiente sobre a preparação dos relatórios financeiros do Banco. A Administração avaliou o controle interno sobre a preparação dos relatórios financeiros do Fundo para Operações Especiais do Banco usando os critérios para controle interno eficiente determinados no documento “Controle interno — estrutura integrada” emitido pela Comissão de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração avaliou a eficácia do controle interno sobre a preparação dos controles financeiros do Fundo para Operações Especiais do Banco em 31 de dezembro de 2008. Com base nessa avaliação, a Administração acredita que o controle interno do Banco sobre a preparação de relatórios financeiros era eficiente em 31 de dezembro de 2008.

Existem limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controle interno, inclusive a possibilidade de falhas humanas e de que os controles internos sejam contornados ou ignorados. Conseqüentemente, mesmo um controle interno eficiente pode fornecer apenas garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras. Além disso, em função de mudanças nas condições, a eficiência do controle interno pode variar ao longo do tempo.

A Ernst & Young LLP, firma de auditoria independente, também emitiu um parecer a respeito do controle interno sobre a preparação dos relatórios financeiros do Fundo de Operações Especiais do Banco. Além disso, as demonstrações financeiras do Fundo para Operações Especiais do Banco em 31 de dezembro de 2008 também foram auditadas pela Ernst & Young LLP.



Luis Alberto Moreno
Presidente



Manuel Rapoport
Vice-Presidente de Finanças e Administração



Edward Bartholomew
Gerente do Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de			
	2008		2007	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 365		\$ 374	
Investimentos	<u>990</u>	\$1.355	<u>1.191</u>	\$1.565
Saldo de empréstimos	4.524		4.399	
Provisão para alívio da dívida	<u>(423)</u>	4.101	<u>(433)</u>	3.966
Juros e outros encargos acumulados		23		25
Valores a receber de países membros				
Obrigações à vista, não negociáveis e não remuneradas	527		545	
Valores necessários para manutenção de valor de ativos monetários	<u>283</u>	810	<u>200</u>	745
Outros ativos		<u>—</u>		<u>4</u>
Total do ativo		\$6.289		\$6.305
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 5		\$ 6	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos não desembolsados	91		85	
Devido ao Fundo Não Reembolsável do BID	73		38	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários	<u>334</u>	\$ 503	<u>298</u>	\$ 427
Saldo do fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas	9.636		9.640	
Reserva geral (déficit)	(3.952)		(3.880)	
Ajustes de tradução acumulados	<u>102</u>	5.786	<u>118</u>	5.878
Total do passivo e saldo do fundo		\$6.289		\$6.305

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO E RESERVA GERAL (DÉFICIT)

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Receita (despesa)			
Juros sobre empréstimos			
Juros.....	\$ 80	\$ 79	\$ 139
Outras receitas de empréstimos	11	11	13
	<u>91</u>	<u>90</u>	<u>152</u>
Investimentos	(18)	56	60
Receitas totais	<u>73</u>	<u>146</u>	<u>212</u>
Despesas			
Despesas administrativas	62	64	93
Despesa total	<u>62</u>	<u>64</u>	<u>93</u>
Lucro antes de cooperação técnica, alívio da dívida e transferências	11	82	119
Despesas de cooperação técnica	33	23	19
Despesas de alívio da dívida	—	—	3.306
Transferências para a conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	—	—	61
Transferências para o Fundo Não Reembolsável do BID.....	50	50	—
Lucro (prejuízo) líquido	(72)	9	(3.267)
Reserva geral (déficit), início do exercício	(3.880)	(3.889)	(622)
Reserva geral (déficit), fim do exercício	<u>\$(3.952)</u>	<u>\$(3.880)</u>	<u>\$(3.889)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido	\$ (72)	\$ 9	\$(3.267)
Ajustes de tradução.....	(16)	34	54
Lucro (prejuízo) abrangente.....	<u>\$(88)</u>	<u>\$ 43</u>	<u>\$(3.213)</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de crédito			
Desembolsos de empréstimos	\$(415)	\$(393)	\$ (398)
Liquidações de empréstimos	229	275	290
Participações em empréstimos, líquidas	(5)	(2)	(2)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento	(191)	(120)	(110)
Fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento			
Valores recebidos de países membros	22	28	101
Retorno de contribuições aos membros	(1)	—	—
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	21	28	101
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Compras de investimentos, brutas	(586)	(572)	(1.208)
Recursos gerados pela venda ou vencimento de investimentos	730	625	1.233
Receita de operações de crédito	91	93	152
Receita de investimentos	23	23	26
Despesas administrativas	(63)	(65)	(99)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(27)	(23)	(29)
Transferências para a conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	—	—	(61)
Transferências de recursos para o Fundo Não Reembolsável do BID	(15)	(12)	—
Caixa líquido gerado por operações	153	69	14
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	8	8	6
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	(9)	(15)	11
Caixa, início do exercício	374	389	378
Caixa, fim do exercício	\$ 365	\$ 374	\$ 389

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional estabelecida em dezembro de 1959. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Fundo para Operações Especiais (FOE) foi instituído sob as disposições do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio), com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O FOE também presta assistência técnica relacionada com projetos e sem conexão com empréstimos específicos. O FOE complementa as atividades do Capital Ordinário do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e do Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros, pelos quais certos prestamistas são responsáveis, sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário. O GRF foi instituído em 2007 com a finalidade de fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou relacionadas a certos projetos.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras do FOE são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. Antes de 2007, as demonstrações financeiras eram preparadas em uma base contábil especial. As informações financeiras comparativas incluídas nas demonstrações financeiras anexas foram ajustadas de acordo com os PCGA.

A preparação de demonstrações financeiras exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Foram feitos julgamentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros, na determinação da adequação das provisões para perdas com empréstimos e alívio da dívida.

Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em 1º de janeiro de 2008 o Banco adotou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 157, “Avaliações pelo valor justo”, que define valor justo, determina uma estrutura para sua avaliação segundo os PCGA dos EUA e expande as divulgações obrigatórias sobre avaliações pelo valor justo. A adoção dessa norma não terá efeitos relevantes sobre a situação financeira e o resultado das operações do FOE.

Em 1º de janeiro de 2008, o Banco adotou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 159, “Opção do valor justo para ativos e passivos financeiros”. O FOE decidiu não optar pela medição de nenhum instrumento financeiro pelo valor justo sob o SFAS 159. Em maio de 2008, o Financial Accounting Standard Board publicou o SFAS nº 162 “Hierarquia dos Princípios Fundamentais de Contabilidade”, que identifica as fontes de princípios contábeis e a estrutura para a seleção dos princípios a serem aplicados na preparação das demonstrações financeiras de entidades não-governamentais apresentadas de acordo com os PCGA-EUA. A adoção dessas duas normas não teve impacto algum sobre as demonstrações financeiras do FOE.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, as quais são moedas funcionais. Os recursos do FOE são derivados de cotas de contribuição e resultados acumulados nessas diversas moedas. Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. As receitas e despesas nessas moedas são traduzidas às taxas praticadas pelo mercado durante cada mês.

As flutuações de taxas de câmbio não têm efeito sobre o valor equivalente desses saldos expresso em dólares dos Estados Unidos, por causa das disposições de manutenção de valor (MV) descritas a seguir. Os ajustes líquidos resultantes da tradução para dólares dos Estados Unidos dos ativos e passivos expressos em moedas para as quais não há proteção de Manutenção de Valor, os quais derivam dos aumentos nas cotas de contribuição ocorridos em 1983, 1990 e 1995, são apresentados como componente da Receita (perda) abrangente¹ na Demonstração do Resultado Abrangente.

Investimentos

As transações com títulos detidos para investimento são registradas na data da negociação. Todos os títulos para investimento são contabilizados em uma carteira de curto prazo, contabilizada ao seu valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas em Receita de investimento.

Empréstimos

O Banco utiliza recursos do FOE para conceder empréstimos altamente privilegiados, denominados nas moedas dos países

¹As referências a contas e títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

não mutuários, aos membros do Banco menos desenvolvidos, a órgãos ou divisões políticas desses países. Em anos passados, o Banco também concedeu empréstimos privilegiados em moedas locais a países mutuários. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental.

De acordo com as disposições dos contratos de financiamento com os mutuários, o Banco vende participações em certos empréstimos ao Fundo Fiduciário de Progresso Social (FFPS), reservando-se o direito de administrar esses empréstimos.

Os empréstimos geralmente têm prazos totais de até 40 anos com até 10 anos de carência para amortizações do principal e de modo geral são remunerados à taxa de 1% durante o período de carência e 2% posteriormente. O principal dos empréstimos e os juros acumulados são amortizáveis na mesma moeda do empréstimo. Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional aprovada pela Assembléia de Governadores em 2007 (Vide Nota O), o Banco agora oferece uma combinação de empréstimos do Capital Ordinário e do FOE (“empréstimos paralelos”). A parcela do FOE dos empréstimos paralelos são empréstimos de pagamento único no final, com prazos de até 40 anos e juros de 0.25%. O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um governo membro a partir de qualquer fundo de propriedade do Banco ou por ele administrado, quando o serviço de qualquer empréstimo concedido a tal governo ou por ele garantido estiver mais de 180 dias em mora. Na data em que os empréstimos a um país membro são colocados em regime de caixa, todos os empréstimos a esse país membro são colocados no mesmo regime. Na data em que é suspensa a contabilização de juros sobre um empréstimo a um país membro for colocado em regime de caixa, os encargos que tiverem sido acumulados mas não pagos são debitados ao resultado do período. Os encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos são efetivamente recebidos. Na data em que um país membro paga o total dos valores vencidos, recomeça a contabilização de juros, o país readquire a qualificação para novos empréstimos e todos os encargos vencidos (inclusive os dos exercícios anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no período corrente.

O Banco nunca teve de tratar qualquer dos empréstimos do FOE como incobrável e tem uma política de não reescalonar amortizações de empréstimos. O Banco periodicamente examina a viabilidade do recebimento de empréstimos e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com empréstimos, de acordo com sua determinação do risco de cobrança da carteira de

empréstimos como um todo. Esses exames consideram as probabilidades de inadimplência associadas com as classificações de crédito externas de cada devedor, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência em relação ao Banco, bem como o potencial para perdas resultantes da mora na amortização de empréstimos. Em razão da natureza dos mutuários, o Banco espera que todos os empréstimos do FOE venham a ser liquidados.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a provisão para créditos de liquidação duvidosa era insignificante.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados financeiros.

Reconhecimento de alívio da dívida: O Banco participa de iniciativas de alívio da dívida concertadas por organizações internacionais para lidar com os problemas de endividamento dos países membros identificados como países pobres altamente endividados perdendo, em todo ou em parte, pagamentos futuros do serviço da dívida com respeito a empréstimos do FOE. O principal componente dos empréstimos afetado pelas iniciativas de alívio de dívida do Banco é reconhecido como Despesa de alívio de dívida na Demonstração de Resultado e Reserva Geral (Déficit) e como redução em Saldo de empréstimos, por intermédio de uma Provisão para alívio da dívida quando o compromisso do FOE for provável e o valor do alívio da dívida for estimável. De acordo com essa política e com a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados Reforçada o FOE reconhece o componente de principal de alívio de dívida quando o país atinge o Ponto de Decisão, como definido na Nota N. De acordo com o Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, o FOE reconheceu o alívio da dívida plenamente quando a Assembléia de Governadores aprovou a participação do Banco nessa iniciativa, em 2006. Quando o alívio é entregue, os saldos dos empréstimos são reduzidos contra a Provisão para alívio da dívida.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, das obrigações de cada membro com relação a suas cotas de contribuição e Manutenção de Valor (MV).

Cotas de contribuição

Reconhecimento: As cotas de contribuição são contabilizadas integralmente na data efetiva da reposição. As cotas de contribuição a receber resultantes são apresentadas como uma dedução das Cotas de contribuição autorizadas e subscritas até

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

serem liquidadas pelo seu pagamento em dinheiro ou pela entrega de notas promissórias com vencimento contra apresentação, não negociáveis e não remuneradas.

As cotas de contribuição devidas devem ser integralizadas durante o período de reposição, de acordo com um cronograma de subscrição e integralização estabelecido pelas partes. A subscrição e pagamento efetivos dos valores a receber quando se tornam devidos por certos membros depende do processo de apropriação orçamentária do respectivo país. As cotas de contribuição são liquidadas pelo pagamento em espécie ou em promissórias à vista, não negociáveis e não remuneradas. As promissórias recebidas como liquidação das cotas de contribuição são realizadas como previsto na resolução de reposição de recursos pertinente.

Avaliação: O Convênio estipula que as cotas de contribuição sejam expressas em termos de dólar dos Estados Unidos com o peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Conseqüentemente, a assessoria jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para as contribuições dos membros e para fins de manter o valor dos ativos monetários detidos pelo FOE. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelo órgão que governa o Banco e de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos da época.

Manutenção de valor (MV)

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do FOE detidos em sua moeda, na extensão do estabelecido pelo termos do respectivo aumento nas contas de contribuição. Da mesma forma, e sujeito aos mesmos termos de aumento de cotas de contribuição, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro detida pelo FOE. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959. Os ativos monetários derivados dos aumentos nas cotas de contribuição em 1983, 1990 e 1995 não contam com manutenção de valor.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros não mutuários é apresentado como ativo ou

passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Valores necessários/a pagar para a Manutenção de Valor de ativos monetários.

Despesas administrativas

Todas as despesas administrativas do Banco, excluindo as despesas de realinhamento, são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com um método de alocação aprovado pela Diretoria Executiva. Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, a Diretoria Executiva aprovou uma nova fórmula de distribuição de despesas, pela qual, a partir de 2007, o FOE arca com uma parcela menor das despesas administrativas do Banco. De acordo com essa fórmula de distribuição, as proporções efetivas de despesas administrativas foram de 12,7% para o FOE e 87,3% para o Capital Ordinário durante 2008 (2007 — 11,5% e 88,5%; 2006 — 18,7% e 81,3%, segundo a fórmula anterior).

Cooperação técnica

Os projetos de cooperação técnica a fundo perdido, bem como certos financiamentos cuja recuperação depende explicitamente de eventos que podem não ocorrer, são contabilizados como Despesas de cooperação técnica quando de sua aprovação.

Os cancelamentos de parcelas não desembolsadas e recuperações de financiamentos recuperáveis contingentemente são compensados contra Despesas de cooperação técnica no exercício em que ocorrerem.

Transferências da Reserva Geral

Até 31 de dezembro de 2006, o FOE fez transferências da reserva geral para o MFI. A partir de 2007, as transferências são feitas para o GRF.

As transferências da Reserva Geral são reconhecidas como despesa quando aprovadas pela Assembléia de Governadores. Entretanto, a captação para essas transferências pode ser imediato (por exemplo, MFI) ou de acordo com as necessidades (por exemplo, GRF). A parcela a desembolsar das transferências para o GRF aprovadas é demonstrada em Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID no Balanço Patrimonial.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para medir o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precifi-

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

cação externos, distribuidoras independentes ou fluxos de caixa descontados.

Empréstimos: O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A falta de um mercado secundário para empréstimos de desenvolvimento dificulta a estimativa do valor justo da carteira de empréstimos do Banco, a despeito da flexibilidade oferecida pela nova estrutura de valor justo prevista no SFAS 157. Entretanto, o Banco continua a explorar as possíveis ferramentas de avaliação para estimar o valor justo de sua carteira de empréstimos sem incorrer em custos excessivos.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de caixa incluía US\$353 milhões (2007 — US\$369 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais.

O valor de US\$21 milhões (2007 — US\$34 milhões) estava sob restrição de um membro, de acordo com as disposições do Convênio, no que se refere ao uso para o pagamento de bens e serviços em seu território.

Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do FOE em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas. Os investimentos do FOE incluem obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos garantidos por ativos e hipotecas, praticamente todos com classificações de crédito entre AAA e A+ (os títulos de curto prazo têm a mais elevada classificação de crédito de curto prazo). O Banco limita as atividades de investimento em títulos a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

O Banco administra dois conjuntos de investimentos para o FOE e MFI. Durante 2008, a parcela do FOE das perdas com investimentos a realizar desses dois fundos totalizou US\$69 milhões (2007 — US\$12 milhões).

Um resumo da posição em títulos a curto prazo em 31 de dezembro de 2008 e 2007, incluindo a participação do FOE nos ativos desses conjuntos de investimentos, é apresentado na Demonstração Resumida de Investimentos — Anexo II-1. O retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, durante 2008, foi de 1,68% (2007 — 4,42%; 2006 — 5,04%).

Nota E – Saldo de empréstimos e provisão para alívio de dívidas

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando mutuário e eventual garantidor satisfazem certas condições suspensivas. Um resumo da posição

de empréstimos por país é apresentado na Demonstração Resumida do Saldo de Empréstimos — Anexo II-2. A taxa de juros média para o saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 era de 1,76% e 1,81%, respectivamente, e o prazo médio era de 12 anos, em ambos os exercícios.

As mutações na provisão para alívio da dívida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram as seguintes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Saldos em 1º de janeiro	\$ 433	\$ 4.311
Alívio da dívida durante o exercício:		
Iniciativa PPME Reforçada	(10)	(893)
Iniciativa de Alívio da Dívida		
Multilateral	—	(2.985)
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$ 423</u>	<u>\$ 433</u>
Composto de:		
Provisão para a PPME Reforçada	\$ 10	\$ 10
Provisão para a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral	413	423
	<u>\$ 423</u>	<u>\$ 433</u>

Nota F – Valores a receber de países membros

A composição de valores líquidos a receber de países membros em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Membros regionais em desenvolvimento . . .	\$ 699	\$ 720
Canadá	35	—
Membros extrarregionais	(258)	(273)
Total	<u>\$ 476</u>	<u>\$ 447</u>

Esses valores são representados no Balanço Patrimonial como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Valores a receber de países membros	\$ 810	\$ 745
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários	(334)	(298)
Total	<u>\$ 476</u>	<u>\$ 447</u>

Nota G – Medições pelo valor justo

Em 1º de janeiro de 2008, o Banco adotou o SFAS 157, que prevê uma nova estrutura para a medição do valor justo sob os PCGA. O SFAS 157 estabelece uma hierarquia de valor justo que prioriza os dados às técnicas de avaliação usadas para medir o valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1) e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são: Nível 1 — Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos acessíveis no momento da medição, para ativos ou passivos idênticos e sem restrições à negociação; Nível 2 — Preços cota-

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

dos em mercados que não são ativos ou dados observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo; Nível 3 — Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis (quer dizer, que contem com o apoio de pouca ou nenhuma atividade de mercado).

Praticamente todos os instrumentos de investimento do FOE são avaliados ao valor justo com base em preços cotados em mercados que não são ativos, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Essas metodologias representam técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de rendimento e mercado, que foram aplicadas sem alteração durante o exercício. Esses títulos para investimentos são classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Nota H – Cotas de contribuição autorizadas e subscritas

Foram aceitas obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições de um membro ao capital realizado e obrigações das cotas de contribuição dos membros. O pagamento das cotas de contribuição depende dos processos orçamentários dos membros e, em alguns casos, de seu processo legislativo. A cota de contribuição do Canadá está sendo aumentada por recebimentos de principal, juros e encargos de serviço sobre empréstimos concedidos pelo Fundo Fiduciário Canadense administrado pelo Banco (2008 — \$1 milhões; 2007 — \$1 milhão). Para uma Demonstração de Cotas de Contribuição em 31 de dezembro de 2008 e 2007, ver o Anexo II-3.

Poder de voto

Na tomada de decisões com respeito a operações do FOE, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos aplicáveis a decisões que envolvem o Capital Ordinário.

Retorno do Capital à Sérvia e Montenegro

Em junho de 2008, o Banco restituiu fundos à Sérvia e ao Montenegro, correspondendo às suas cotas de contribuição como resultado da decisão, tomada por esses países, de não subscrever essas cotas como sucessores da República Socialista Federal da Iugoslávia, que foi membro do Banco. Os ajustes associados a essas restituições resultaram em uma redução de \$5,4 em cotas de contribuição.

Aumento no número de membros do Banco

Em 12 de janeiro de 2009, a República Popular da China ingressou no Banco como seu 48º membro. Segundo o acordo, serão recebidos US\$125 em milhões em cotas de contribuição no prazo de 90 dias.

Nota I – Reserva geral (déficit)

A Reserva (déficit) geral consiste nos lucros e perdas em exercícios anteriores.

Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, em 1º de janeiro de 2007, o Banco deixou de transferir recursos do FOE para o MFI (para mais pormenores, vide Nota O). Além disso em 2007, a Assembléia de Governadores aprovou a criação do GRF, que é financiado por transferências da reserva geral do FOE (calculadas com exclusão do valor principal acumulado perdoado como parte das Iniciativas PPME e outros alívios de dívida) e possíveis contribuições diretas de países doadores.

Em 2008, a Assembléia de Governadores aprovou a transferência de US\$50 milhões (2007 — US\$50 milhões) do FOE para o GRF, para uma doação ao Haiti. A transferência estimada do FOE para o GRF totalizou US\$100 milhões em 2009. Essa transferência está sujeita à aprovação da Assembléia de Governadores. As transferências futuras vão ser determinadas com base na posição financeira do FOE.

A seguir, um resumo das mutações na Reserva Geral (déficit) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Alívio de dívida	Receita (despesa) excluindo alívio da dívida	Total da reserva geral (déficit)
Saldo em 1º de janeiro de 2006	\$(1.392)	\$770	\$ (622)
Despesas de alívio da dívida	(3.306)	—	(3.306)
Receita líquida excluindo alívio da dívida	—	39	39
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(4.698)	809	(3.889)
Resultado líquido	—	9	9
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(4.698)	818	(3.880)
Prejuízo líquido	—	(72)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>\$(4.698)</u>	<u>\$746</u>	<u>\$(3.952)</u>

Nota J – Ajustes de tradução acumulados

Segue um resumo dos Ajustes de tradução acumulados para os anos findos em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007	2006
Saldos em 1º de janeiro	\$118	\$ 84	\$30
Ajustes de tradução	(16)	34	54
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$102</u>	<u>\$118</u>	<u>\$84</u>

Nota K – Despesas administrativas

De acordo com a política descrita na Nota B, o FOE compartilha de todas as despesas incorridas pelo Banco, exceto as de realinhamento, incluindo as relacionadas com os planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota L – Projetos de Cooperação Técnica e Outros Financiamentos Não-Desembolsados

Segue-se um resumo das alterações em Projetos de Cooperação Técnica e Outros Financiamentos a desembolsar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2008	2007
Saldos em 1º de janeiro	\$ 85	\$ 84
Aprovações	43	34
Cancelamentos	(6)	(7)
Desembolsos	(31)	(26)
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$ 91</u>	<u>\$ 85</u>

Nota M – Conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado por atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido	\$(72)	\$ 9	\$(3.267)
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de operações de crédito	—	3	—
Receita de investimentos	—	—	4
Perda (ganho) líquido a realizar sobre a carteira de investimentos a curto prazo	41	(32)	(39)
Despesas administrativas	(1)	(2)	(6)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	6	—	(9)
Transferências para o GRF	35	38	—
Redução em investimentos, líquido	144	53	25
Despesas de alívio da dívida	—	—	3.306
Recursos líquidos fornecidos por atividades operacionais	<u>\$153</u>	<u>\$ 69</u>	<u>\$ 14</u>

Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa

Aumento (redução) resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos	\$(16)	\$ 9	\$ 4
Saldo de empréstimos	(56)	95	128
Valores a receber de países membros, líquido	49	(78)	(84)

Nota N – Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC)

O Banco participa da Iniciativa HIPC, uma iniciativa internacional coordenada pelo Grupo dos Sete (G-7), o Banco Interna-

cional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional, para tratar dos problemas de endividamento de um grupo de países identificados como países pobres muito endividados, para assegurar que os esforços de reforma nesses países não sejam postos em risco pelo ônus contínuo da dívida externa. Segundo a Iniciativa HIPC, todos os credores bilaterais e multilaterais estão aliviando o endividamento dos países que demonstrarem bom desempenho em suas políticas econômicas durante um período extenso, de modo a reduzir o serviço da dívida a níveis sustentáveis.

A participação do Banco na HIPC compreende a HIPC I, aprovada em 1998, e a Iniciativa HIPC Reforçada, aprovada em 2001. Em 31 de dezembro de 2008, os países que se qualificam são Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua. Esse alívio de dívida foi implantado mediante uma combinação de baixas em empréstimos do FOE, transferências da reserva geral do FOE para o MFI, conversão de parte substancial dos valores em moeda local do FOE para dólares dos Estados Unidos e doações de países membros por intermédio do Fundo Fiduciário do Banco Mundial para os HIPC.

Como parte da Iniciativa HIPC I, de 1998, o Banco baixou empréstimos do FOE à Bolívia e à Guiana no valor de \$177,1 milhões.

Iniciativa HIPC Reforçada

Como parte da Iniciativa HIPC reforçada, o Banco aliviará o serviço da dívida perdendo uma parcela das obrigações do serviço das dívidas de países qualificados perante o FOE no seu vencimento. Até 1º de janeiro de 2007, havia um alívio de débito adicional financiado pelo Fundo Fiduciário do Banco Mundial para os HIPC. O valor desse alívio, incluindo a eventual receita de investimentos, era mantido separado dos recursos do FOE na conta da HIPC, para uso exclusivo na satisfação de obrigações do serviço das dívidas dos países qualificados. Esses recursos não eram incluídos nas demonstrações financeiras do FOE nem afetavam suas operações.

De acordo com os termos da HIPC reforçada, o ponto de decisão é alcançado quando o país estabelece um histórico de políticas econômicas adequado. O ponto de conclusão é atingido quando o país demonstra um forte desempenho contínuo em suas políticas econômicas.

Durante o período entre o ponto de decisão e o ponto de conclusão, referido como o período interino, o país poderá receber um alívio parcial que não exceda um terço do alívio total. Esse alívio interino é revogável e depende de o país fazer um progresso satisfatório em direção a um forte desempenho nas políticas econômicas. Uma vez que um país atinja o ponto de conclusão, o alívio da dívida concedido a esse país torna-se irrevogável.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Durante 2006, o Haiti atingiu o Ponto de Decisão e o FOE reconheceu uma despesa de alívio da dívida de US\$20 milhões de acordo com a Iniciativa HIPC Reforçada. Todos os outros países qualificados atingiram o ponto de conclusão entre 2001 e 2005. Durante 2008, o FOE entregou alívio da dívida dentro dos termos da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados em um total de US\$10 milhões (2007—US\$893 milhões).

Em dezembro de 2008, a Assembléia de Governadores autorizou mais ajuda intermediária em forma de redução do serviço de dívida para o Haiti em 2009 até que seja atingido o Ponto de Conclusão em um valor de US\$14 milhões (US\$10 milhões de principal e US\$4 milhões de juros).

Nota O – Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional

Em 2006, a Agência de Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Fundo de Desenvolvimento Africano aprovaram sua participação na Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI), para proporcionar alívio de dívida adicional aos países HIPC. Embora a MDRI não inclua o Banco, sua Assembléia de Governadores apoiou o princípio de fomentar o alívio da dívida pelo FOE para os países qualificados como HIPC na América Latina e Caribe.

Em dezembro de 2006, a Assembléia de Governadores aprovou um estrutura que incluía alívio de 100% (cem por cento) da dívida perante o FOE qualificada para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2007, bem como (i) a continuação do acesso a recursos concessionais para os países do FOE (salvo Haiti), via empréstimos paralelos, (ii) o acesso do Haiti a uma combinação de empréstimos e/ou doações com níveis adequados de concessionalidade, (iii) a extensão do MFI até 2015, com o uso de uma combinação de recursos do FOE e empréstimos do Capital Ordinário e (iv) assistência técnica anual a fundo perdido no valor de US\$30 milhões. Como resultado dessa aprovação, o FOE reconheceu despesas de alívio da dívida de US\$3.286 milhões, aumentando a Provisão para alívio da dívida.

Em 15 de março de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou 100% de alívio da dívida para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua para os saldos de empréstimos do FOE em 31 de dezembro 2004. Conforme esse acordo, o Banco perdou aproximadamente US\$3,4 bilhões em pagamento de principal de empréstimos do FOE, incluindo US\$0,4 bilhão em empréstimos ao Haiti, que entrarão em vigor quando esse país atingir o Ponto de Conclusão, segundo a iniciativa HIPC Reforçada, e US\$1 bilhão em pagamentos de juros futuros. Foram baixados US\$3.868 milhões de empréstimos do FOE em 1º de

janeiro de 2007, inclusive US\$883 milhões relacionados com alívio da dívida remanescente a ser entregue a países que se qualificam para a Iniciativa, fora o Haiti, de acordo com o previsto na Iniciativa HIPC Reforçada. Além disso, o FOE agora arca com uma porcentagem menor das despesas administrativas do banco, atualmente repartidas entre o Capital Ordinário e o FOE, e os países qualificados para subsídios do MFI continuam a receber recursos concessionais para novos empréstimos até 2015, na forma de empréstimos paralelos, em vez de redução na taxa de juros debitados, e ainda recebem a redução de taxa de juros debitados para os empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2006, sujeita à disponibilidade de recursos do MFI.

Nota P – Distorção nas demonstrações financeiras do ano anterior

Em 2008, a Administração identificou uma distorção nas Despesas de alívio da dívida reconhecidas nas demonstrações financeiras de 2006, resultante da desconsideração da eliminação do montante da manutenção de valor referente a certos empréstimos perdoados como parte da MDRI. O total de Despesas de alívio da dívida refletido nas demonstrações financeiras de 2006 de US\$3.382 foi avaliado a maior em US\$76 milhões, enquanto que os Valores a pagar para manter o valor de ativos monetários nas demonstrações financeiras de 2006 e 2007 também foram apresentados a maior pelo mesmo montante.

As distorções das demonstrações financeiras do FOE para 2006 e 2007 não foram relevantes. Entretanto, se a distorção fosse corrigida nas demonstrações financeiras para 2008 seu efeito seria uma distorção relevante nos resultado das operações para 2008. Portanto, a Administração resolveu fazer um ajuste retroativo nas demonstrações financeiras de 2006 e 2007 anexas. O efeito do ajuste sobre as diversas contas da Demonstração de Resultado e Reserva Geral (Déficit), para o ano findo em 31 de dezembro de 2006 e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2007 foi o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	<u>Informado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Ajustado</u>
2006:			
Despesas de alívio da dívida	\$(3.382)	\$ 76	\$(3.306)
Lucro (prejuízo) líquido	(3.343)	76	(3.267)
Reserva geral (déficit), fim			
do exercício	(3.965)	76	(3.889)
2007:			
Valores a pagar para a manutenção			
de valor de ativos monetários	374	(76)	298
Saldo do fundo	5.802	76	5.878
Reserva geral (déficit), fim			
do exercício	(3.956)	76	(3.880)

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA D

31 de dezembro de 2008 e 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	2008	2007
Fundos comuns de investimentos ⁽¹⁾ :		
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	\$196	\$ 146
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA	48	71
Títulos privados	30	26
Obrigações de bancos.	305	362
Títulos lastreados em ativos e hipotecas	258	468
	837	1.073
Investimentos estrangeiros:		
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA	31	15
Obrigações de bancos.	122	103
	\$990	\$1.191

⁽¹⁾ Detalhes dos investimentos por categorias, representando a parcela do FOE dos ativos em fundos conjuntos. Mais informações na nota D.

As moedas dos investimentos acima são as seguintes:

Moedas	2008	2007
Coroas dinamarquesas	4	3
Coroas suecas	3	3
Dólares canadenses	31	26
Dólares dos Estados Unidos	852	1.089
Euros	87	57
Libras esterlinas	\$ 13	\$ 13
	\$990	\$1.191

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DO SALDO DE EMPRÉSTIMOS – NOTA E

31 de dezembro, 2008 e 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo a receber 2008 ⁽¹⁾	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido		Parcela a desembolsar	Saldo 2007 ⁽¹⁾
		Moedas de países não mutuários	Moedas de países mutuários		
Argentina.....	\$ 89	\$ —	\$ 89	\$ —	\$ 99
Barbados.....	9	9	—	—	11
Bolívia.....	295	262	33	398	259
Brasil.....	224	—	224	—	252
Colômbia.....	94	10	84	—	107
Costa Rica.....	47	43	4	—	58
El Salvador.....	407	393	14	—	428
Equador.....	464	412	52	—	490
Guatemala.....	314	270	44	—	323
Guiana.....	188	187	1	197	150
Haiti.....	785	777	8	278	711
Honduras.....	363	329	34	320	264
Jamaica.....	32	27	5	—	39
México.....	10	—	10	—	13
Nicarágua.....	463	440	23	286	395
Panamá.....	26	22	4	—	34
Paraguai.....	283	264	19	18	296
Peru.....	38	13	25	—	48
República Dominicana.....	316	304	12	—	343
Suriname.....	1	—	1	4	1
Trinidad e Tobago.....	7	—	7	—	7
Uruguai.....	13	6	7	—	16
Regional.....	56	55	1	1	55
Total 2008.....	<u>\$4.524</u>	<u>\$3.823</u>	<u>\$701</u>	<u>\$1.502</u>	
Total 2007.....		<u>\$3.624</u>	<u>\$775</u>	<u>\$1.783</u>	<u>\$4.399</u>

⁽¹⁾ Exclui as participações em empréstimos vendidas para o Fundo Fiduciário de Progresso Social no valor de US\$33 milhões (2007 — US\$38 milhões), inclusive US\$0 milhões (2007 — US\$1 milhões) à Bolívia, US\$3 milhões (2007 — US\$3 milhões) à Costa Rica, US\$6 milhões (2007 — US\$7 milhões) à República Dominicana, US\$6 milhões (2007 — US\$7 milhões) ao Equador, US\$10 milhões (2007 — US\$10 milhões) a El Salvador, US\$5 milhões (2007 — US\$7 milhões) à Guatemala, US\$2 milhões (2007 — US\$2 milhões) ao Panamá e US\$1 milhões (2007 — US\$1 milhão) ao Paraguai.

Segue o cronograma de recebimento dos empréstimos denominados em moedas de países não mutuários:

Moedas	2008	2007
Coroas dinamarquesas.....	23	25
Coroas norueguesas.....	16	21
Coroas suecas.....	12	15
Dólares canadenses.....	157	201
Dólares dos Estados Unidos.....	2.873	2.573
Euros.....	516	565
Franco suíço.....	30	31
Ienes japoneses.....	160	140
Libras esterlinas.....	\$ 36	\$ 53
	<u>\$3.823</u>	<u>\$3.624</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO – NOTA H

31 de dezembro, 2008 e 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos⁽¹⁾

Membros	Cotas de contribuição autorizadas e subscritas				
	Sujeitas a manutenção de valor		Não sujeitas a manutenção de valor	Total 2008	Total 2007
	Antes dos ajustes	Ajustes ⁽²⁾			
Alemanha	\$ 136,7	\$ —	\$ 93,3	\$ 230,0	\$ 230,0
Argentina	402,8	29,5	73,1	505,4	505,4
Áustria	11,0	—	9,0	20,0	20,0
Bahamas	8,8	—	1,8	10,6	10,6
Barbados	1,4	—	0,4	1,8	1,8
Bélgica	27,1	—	15,4	42,5	42,5
Belize	—	—	7,6	7,6	7,6
Bolívia	32,5	9,7	6,5	48,7	48,7
Brasil	402,8	62,2	79,4	544,4	544,4
Canadá	225,5	12,6	71,3	309,4	308,6
Chile	111,4	24,0	22,3	157,7	157,7
Colômbia	111,4	20,1	22,2	153,7	153,7
Costa Rica	16,2	4,0	3,2	23,4	23,4
Croácia	3,1	—	2,8	5,9	5,9
Dinamarca	11,7	—	8,3	20,0	20,0
El Salvador	16,2	2,0	3,2	21,4	21,4
Equador	21,7	4,2	4,4	30,3	30,3
Eslovênia	1,8	—	1,6	3,4	3,4
Espanha	133,4	—	82,4	215,8	215,8
Estados Unidos	4.100,0	243,7	495,3	4.839,0	4.839,0
Finlândia	11,0	—	8,0	19,0	19,0
França	133,4	—	87,7	221,1	221,1
Guatemala	21,7	6,8	4,3	32,8	32,8
Guiana	7,0	—	1,3	8,3	8,3
Haiti	16,2	2,4	3,2	21,8	21,8
Honduras	16,2	7,1	3,2	26,5	26,5
Israel	10,8	—	7,2	18,0	18,0
Itália	133,4	—	82,3	215,7	215,7
Jamaica	21,7	2,7	4,4	28,8	28,8
Japão	148,8	—	443,1	591,9	591,9
México	259,2	15,0	54,8	329,0	329,0
Nicarágua	16,2	4,8	3,2	24,2	24,2
Noruega	11,7	—	8,3	20,0	20,0
Países Baixos	20,3	—	16,6	36,9	36,9
Panamá	16,2	5,9	3,3	25,4	25,4
Paraguai	16,2	8,5	3,2	27,9	27,9
Peru	54,5	14,3	11,0	79,8	79,8
Portugal	5,0	—	2,8	7,8	7,8
Reino Unido	133,4	—	41,9	175,3	175,3
República Dominicana	21,7	7,9	4,3	33,9	33,9
Suécia	23,7	—	16,4	40,1	40,1
Suíça	38,5	—	24,4	62,9	62,7
Suriname	5,3	—	1,0	6,3	6,3
Trinidad e Tobago	16,2	1,5	3,2	20,9	20,9
Uruguai	43,5	3,7	8,7	55,9	55,9
Venezuela	250,1	12,1	53,1	315,3	315,3
Total antes do valor a alocar	7.227,4	504,7	1.904,4	9.636,5	9.635,5
Valor a alocar	—	—	—	—	5,4 ⁽³⁾
Total 2008	\$ 7.227	\$ 505	\$ 1.904	\$ 9.636	
Total 2007	\$ 7.230	\$ 505	\$ 1.905		\$ 9.640

⁽¹⁾ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e do total geral.

⁽²⁾ Representa ajustes de manutenção de valor resultantes das mudanças dos valores de moedas ocorridas em 1972 e 1973, devido à desvalorização do dólar dos Estados Unidos nesses anos.

⁽³⁾ Representa as cotas remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO

As demonstrações financeiras da Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de	
	2008	2007
ATIVO		
Caixa	\$ 1	\$ 2
Investimentos	250	303
Ativo total	<u>\$251</u>	<u>\$305</u>
PASSIVO		
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 3	\$ —
SALDO DO FUNDO		
Saldo do fundo	248	305
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$251</u>	<u>\$305</u>

DEMONSTRATIVO DE MUTAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2008	2007	2006
Reforços			
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$ —	\$ —	\$ 61
Receita de investimentos	—	14	17
Total dos reforços	<u>—</u>	<u>14</u>	<u>78</u>
Deduções			
Perdas com investimentos	7	—	—
Juros pagos em nome de tomadores do Capital Ordinário	50	48	43
Deduções totais	<u>57</u>	<u>48</u>	<u>43</u>
Mutações no saldo do fundo	(57)	(34)	35
Saldo do fundo, início do exercício	<u>305</u>	<u>339</u>	<u>304</u>
Saldo do fundo, final do exercício	<u>\$248</u>	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2008	2007	2006
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$ —	\$ —	\$ 61
Receita de investimentos	3	3	5
Juros pagos em nome de tomadores do Capital Ordinário	(47)	(48)	(43)
Redução (aumento) líquida em investimentos para negociação	<u>43</u>	<u>47</u>	<u>(28)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais e aumento (redução) líquida em caixa	(1)	2	(5)
Caixa, início do exercício	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>5</u>
Caixa, fim do exercício	<u>\$ 1</u>	<u>\$ 2</u>	<u>\$ —</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional estabelecida em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco (Convênio) prevê que as operações do Banco serão conduzidas através do Fundo para Operações Especiais (FOE) e do Capital Ordinário. O Mecanismo de Financiamento Intermediário foi estabelecido em 1983, pela Assembléia de Governadores do Banco, para subsidiar parte dos pagamentos de juros devidos por certos tomadores de empréstimos do Capital Ordinário. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente por transferências do FOE. Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, em janeiro de 2007 (Nota G), o Banco deixou de transferir recursos do FOE para o MFI.

Nas decisões sobre operações do FOE e MFI, o número de votos e o percentual do poder de voto de cada país membro são os mesmos vigentes para o Capital Ordinário, exceto que a autoridade de voto para as decisões de concessão de subsídios a empréstimos do MFI é determinada de acordo com a contribuição proporcional de cada membro para o FOE.

Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.

A preparação de demonstrações financeiras exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em 1º de janeiro de 2008 o Banco adotou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 157, “Avaliações pelo valor justo”, que define valor justo, determina uma estrutura para sua avaliação segundo os PCGA dos EUA e expande as divulgações obrigatórias sobre avaliações pelo valor justo. A adoção dessa norma não terá efeitos relevantes sobre a situação financeira e o resultado das operações do MFI.

Em maio de 2008, o FASB publicou o SFAS nº 162 “Hierarquia dos Princípios Fundamentais de Contabilidade”, que identifica as fontes de princípios contábeis e a estrutura para a seleção dos princípios a serem aplicados na preparação das demonstrações financeiras de entidades não-governamentais apresentadas de acordo com os PCGA-EUA. A adoção dessas duas normas não teve impacto algum sobre as demonstrações financeiras do MFI.

Investimentos

Os títulos para investimento são contabilizados pelo método das datas de negociação e detidos em uma carteira de curto prazo contabilizada ao seu valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas em Receita (perdas) de investimento.¹ Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precificação externos, distribuidoras independentes ou fluxos de caixa descontados.

Despesas administrativas

Praticamente todas as despesas administrativas do MFI são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma fórmula aprovada pela Diretoria Executiva.

Nota C – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do MFI em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas, por intermédio de dois fundos conjuntos geridos pelo Banco, em benefício do MFI e FOE. Os investimentos incluem obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos garantidos por ativos e hipotecas com classificações de crédito entre AAA e A+ (os títulos de curto prazo têm a mais elevada classificação de crédito de curto prazo) O Banco limita as atividades de investimento em títulos a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas.

Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

A parcela do MFI dos ativos conjuntos de investimentos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é apresentada na Demonstração Resumida dos Investimentos, no Anexo III-1. Durante 2008, a parcela do MFI das perdas com investimentos a realizar desses dois fundos totalizou US\$17 milhões (2007 — US\$4 milhões). O retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, durante 2008, foi de (2,30%) (2007 — 4,41%; 2006 — 4,99%).

Nota D – Medições pelo valor justo

Em 1º de janeiro de 2008, o Banco adotou o SFAS 157, que prevê uma nova estrutura para a medição do valor justo sob os PCGA. O SFAS 157 estabelece uma hierarquia de valor justo que prioriza os dados às técnicas de avaliação usadas para medir o valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes, (Nível 1) e a mais baixa prioridade aos dados não obser-

¹ As referências a contas e títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

váveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são: Nível 1 — Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos acessíveis no momento da medição, para ativos ou passivos idênticos e sem restrições à negociação; Nível 2 — Preços cotados em mercados que não são ativos ou dados observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo; Nível 3 — Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis (quer dizer, que contem com o apoio de pouca ou nenhuma atividade de mercado).

Praticamente todos os instrumentos de investimento do MFI são avaliados ao valor justo com base em preços cotados em mercados que não são ativos, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Essas metodologias constituem-se em técnicas de avaliação consistentes com a abordagem de rendimento e mercado. Esses instrumentos são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de valor justo.

Nota E – Compromissos

O pagamento, por parte do MFI, de uma parcela dos juros devidos por mutuários depende da disponibilidade de recursos. Em 31 de dezembro de 2008, os valores desembolsados e em carteira e os valores não desembolsados, classificados por país, na rubrica de empréstimos sobre os quais o MFI pagaria parte dos juros eram os seguintes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

País	Desembolsado em carteira	Parcela a desembolsar
Barbados.....	\$ 36	\$ —
Bolívia.....	83	—
Costa Rica.....	69	—
El Salvador.....	394	4
Equador.....	419	131
Guatemala.....	430	59
Jamaica.....	245	56
Nicarágua.....	74	—
Panamá.....	68	—
Paraguai.....	207	119
República Dominicana.....	321	22
Suriname.....	59	17
Trinidad e Tobago.....	66	—
Uruguai.....	62	—
Regional.....	<u>33</u>	<u>—</u>
	<u>\$2.566</u>	<u>\$408</u>

A taxa de subsídio de juros devidos por certos mutuários do Capital Ordinário é estabelecida duas vezes ao ano pela Diretoria Executiva. O subsídio não poderá exceder 3,62% ao ano (5% ao ano para os empréstimos selecionados, com um au-

mento no subsídio dentro da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados I).

Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, os empréstimos aprovados depois de 31 de dezembro de 2006 não mais se qualificam para esse subsídio (Nota G). Ao longo do tempo, o Banco pretende distribuir todo o saldo do MFI como subsídio parcial aos pagamentos de juros dos empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários.

Nota F – Conciliação entre Mutações no saldo do fundo e Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais
Segue-se uma conciliação entre as Mutações no saldo do Fundo e Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Mutações no saldo do fundo.....	\$(57)	\$(34)	\$ 35
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de investimentos.....	—	—	1
Perda (ganho) líquido a realizar sobre a carteira de investimentos.....	10	(11)	(13)
Juros pagos em nome de tomadores do Capital Ordinário.....	3	—	—
Redução (aumento) líquida em investimentos para negociação.....	<u>43</u>	<u>47</u>	<u>(28)</u>
Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações.....	<u>\$ (1)</u>	<u>\$ 2</u>	<u>\$ (5)</u>

Nota G – Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional

Em dezembro de 2006, a Assembléia de Governadores aprovou uma estrutura que incluía 100% (cem por cento) de alívio das dívidas perante o FOE para Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua, a partir de 1º de janeiro de 2007 (o Haiti estará qualificado quando atingir o Ponto de Conclusão para a Iniciativa HIPC Reforçada. Como resultado dessa iniciativa, em 15 de março de 2007, a Assembléia de Governadores decidiu, inter alia, que os países qualificados continuarão a receber recursos concessionais para novos empréstimos até 2015, na forma de empréstimos paralelos (uma combinação de empréstimos do FOE e do Capital Ordinário) em vez de uma redução na taxa de juros debitados e ainda receberão a taxa de juros debitada para os empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2006, havendo disponibilidade de recursos.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO III-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA C

31 de dezembro 2008 e 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	2008	2007
Fundos comuns de investimentos ⁽¹⁾ :		
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	\$ 69	\$ 38
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA	17	18
Títulos privados	11	7
Obrigações de bancos	84	104
Títulos lastreados em ativos e hipotecas	69	136
	\$250	\$303

⁽¹⁾ Detalhes dos investimentos por categorias, representando a parcela do MFI dos ativos em fundos conjuntos. Mais informações na nota C.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID

As demonstrações financeiras do Fundo Não Reembolsável do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de	
	2008	2007
ATIVO		
Devido pelo Fundo para Operações Especiais	<u>\$73</u>	<u>\$38</u>
Total do ativo	<u>\$73</u>	<u>\$38</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo:		
Doações não desembolsadas	<u>\$73</u>	<u>\$38</u>
Saldo do fundo	<u>—</u>	<u>—</u>
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$73</u>	<u>\$38</u>

DEMONSTRATIVO DE MUTAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008	De 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007
Reforços		
Transferências do Fundo para Operações Especiais	<u>\$50</u>	<u>\$ 50</u>
Total dos reforços	<u>50</u>	<u>50</u>
Deduções		
Doações	<u>50</u>	<u>50</u>
Mutações no saldo do fundo	<u>—</u>	<u>—</u>
Saldo do fundo, início do exercício	<u>—</u>	<u>—</u>
Saldo do fundo, final do exercício	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008	De 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		
Transferências do Fundo para Operações Especiais	<u>\$ 15</u>	<u>\$ 12</u>
Desembolso de doações	<u>(15)</u>	<u>(12)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>—</u>	<u>—</u>
Saldo de caixa no início do período	<u>—</u>	<u>—</u>
Saldo de caixa no final do período	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional estabelecida em dezembro de 1959.

Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco (Convênio) prevê que as operações do Banco sejam conduzidas através do Fundo para Operações Especiais (FOE) e do Capital Ordinário. Em junho de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou a criação do Fundo Não Reembolsável do BID (GRF) com a finalidade de fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou relacionadas a certos projetos. O GRF é financiado por transferências da reserva geral do FOE e possíveis contribuições diretas de países doadores.

Mas Nota B – Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Doações

As doações são registradas como dedução do saldo do fundo quando aprovadas. Os cancelamentos da parcela não desembolsada das doações aprovadas são registradas como dedução de Doações¹ no período em que ocorrerem.

¹ As referências a contas e títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

Transferências do FOE

As transferências do FOE são reconhecidas quando aprovadas pela Assembléia de Governadores. Entretanto, o FOE financia essas transferências de acordo com as exigências de financiamento do GRF. A parcela de transferências aprovadas a serem recebidas do FOE é apresentada sob Devido pelo Fundo para Operações Especiais no Balanço Patrimonial.

Despesas administrativas

Praticamente todas as despesas administrativas do GRF são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma fórmula aprovada pela Diretoria Executiva.

Nota C – Doações não desembolsadas

Durante 2008, o Banco aprovou doações ao Haiti no total de US\$50 milhões (2007 — US\$50 milhões). Segue um resumo das alterações em Doações a desembolsar para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e para o período compreendido entre 29 de junho de 2007 (início) e 31 de dezembro de 2007.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo no início do período	\$ 38	\$ —
Aprovações	50	50
Desembolsos	<u>(15)</u>	<u>(12)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$ 73</u>	<u>\$ 38</u>

APÊNDICES GERAIS

GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE

País	Governador	Governador Suplente
ALEMANHA	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
ARGENTINA	Carlos Fernández	Martín P. Redrado
ÁUSTRIA	Wilhelm Molterer	Edith Frauwallner
BAHAMAS	Zhivargo S. Laing	Collin Higgs
BARBADOS	David J. H. Thompson	Grantley W. Smith
BÉLGICA	Didier Reynders	Franciscus Godts
BELIZE	Dean Barrow	Carla Barnett
BOLÍVIA	Carlos Villegas Quiroga	Luis Alberto Arce Catacora
BRASIL	Paulo Bernardo Silva	Alexandre Meira da Rosa
CANADÁ	Lawrence Cannon	James Haley
CHILE	Andrés Velasco Brañes	María Olivia Recart Herrera
COLÔMBIA	Óscar Iván Zuluaga Escobar	Carolina Rentería Rodríguez
COREIA, REPÚBLICA DA	Man-Soo Kang	Seongtae Lee
COSTA RICA	Guillermo Zúñiga Chaves	Francisco de Paula Gutiérrez
CROÁCIA	Ivan Suker	Zdravko Maric
DINAMARCA	Susan Ulbæk	Lars Bredal
EL SALVADOR	Eduardo Ayala Grimaldi	William J. Handal
EQUADOR	María Elsa Viteri Acaiturri	Roberto Murillo Cavagnaro
ESLOVÊNIA		Andrej Kavcic
ESPANHA	Pedro Solbes Mira	David Vegara Figueras
ESTADOS UNIDOS	Henry M. Paulson, Jr.	Reuben Jeffery III
FINLÂNDIA	Marjatta Rasi	Pekka Hukka
FRANÇA	Christine Lagarde	Xavier Musca
GUATEMALA	Juan Alberto Fuentes	María Antonieta de Bonilla
GUIANA	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
HAITI	Daniel Dorsainvil	Jean-Max Bellerive
HONDURAS	Rebeca Patricia Santos Rivera	Edwin Araque Bonilla
ISRAEL	Stanley Fischer	Oded Brook
ITÁLIA	Giulio Tremonti	Mario Draghi
JAMAICA	Audley Shaw, MP	Wesley Hughes, CD
JAPÃO	Shoichi Nakagawa	Masaaki Shirakawa
MÉXICO	Agustín Carstens Carstens	Alejandro Werner Wainfeld
NICARÁGUA	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
NORUEGA	Hakon Arald Gulbrandsen	Henrik Harboe
PAÍSES BAIXOS	Bert Koenders	Ruud Treffers
PANAMÁ	Héctor Ernesto Alexander Hansell	
PARAGUAI	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
PERU	Luis Miguel Valdivieso Montano	José Berley Arista Arbildo
PORTUGAL	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
REINO UNIDO	Douglas Alexander, MP	Mike Foster, MP
REPÚBLICA DOMINICANA	Vicente Bengoa	Juan Temístocles Montás
SUÉCIA	Jan Knutsson	Anders Bengtén
SUÍÇA		Roger Denzer
SURINAME	Humphrey S. Hildenberg	
TRINIDAD E TOBAGO	Emily Gaynor Dick-Forde	Esme Rawlins-Charles
URUGUAI	Álvaro García Rodríguez	Enrique Rubio
VENEZUELA	Alí Rodríguez Araque	Haiman El Troudi

DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE

			Votos	Porcentagem
Adina Bastidas, VENEZUELA Fernando Eleta Casanovas (Suplente) PANAMÁ	Eleito por: Panamá Venezuela		518.658	6,194
Marcelo Bisogno, URUGUAI Hernando Larrazábal (Suplente), BOLÍVIA	Eleito por: Bolívia Paraguai Uruguai		205.291	2,452
Winston A. Cox, BARBADOS Richard Bernal (Suplente), JAMAICA	Eleito por: Bahamas Barbados Guiana	Jamaica Trinidad e Tobago	126.574	1,511
Eugenio Díaz-Bonilla, ARGENTINA Martín Bès (Suplente), ARGENTINA	Eleito por: Argentina Haiti		936.545	11,185
Alejandro Foxley Tapia, CHILE Xavier Eduardo Santillán (Suplente) EQUADOR	Eleito por: Chile Equador		295.653	3,531
Hans Hammann, ALEMANHA Francesca Manno (Suplente), ITÁLIA	Eleito por: Alemanha Bélgica Israel	Itália Países Baixos Suíça	426.204	5,089
Nelly Lacayo-Anderson, EL SALVADOR Raúl Barrios (Suplente), NICARÁGUA	Eleito por: Belize Costa Rica El Salvador	Guatemala Honduras Nicarágua	202.692	2,420
José Carlos Miranda, BRASIL Sérgio Portugal (Suplente), BRASIL	Eleito por: Brasil Suriname		907.766	10,841
Cecilia Ramos Ávila, MÉXICO Roberto B. Saladín (Suplente) REPÚBLICA DOMINICANA	Eleito por: México República Dominicana		627.122	7,489
Miguel San Juan, ESTADOS UNIDOS Vago (Suplente), ESTADOS UNIDOS	Designado pelos: Estados Unidos		2.512.664	30,008
Marc-Olivier Strauss-Kahn, FRANÇA Elisabeth Gruber (Suplente), ÁUSTRIA	Eleito por: Áustria Dinamarca Espanha Finlândia	França Noruega Suécia	400.427	4,783
Yasusuke Tsukagoshi, JAPÃO Stewart Mills (Suplente), REINO UNIDO	Eleito por: Coreia, República da Croácia Eslovênia	Japão Portugal Reino Unido	511.113	6,105
Vinita Watson, CANADÁ Peter Cameron (Suplente), CANADÁ	Eleito por: Canadá		335.022	4,001
Verónica Zavala Lombardi, PERU Luis Guillermo Echeverri (Suplente) COLÔMBIA	Eleito por: Colômbia Peru		367.878	4,393
TOTAL			8.373.609	100,00*

Escritório de Avaliação e Supervisão
Stephen A. Quick, Diretor
Sixto Felipe Aquino, Subdiretor

Em 31 de dezembro de 2008

*Devido ao arredondamento, o total pode não coincidir.

ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO E DEPOSITÁRIOS

País Membro	Órgão de Ligação	Depositário
ALEMANHA	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento	Deutsche Bundesbank
ARGENTINA	Ministerio de Economía	Banco Central de la República Argentina
ÁUSTRIA	Ministério Federal das Finanças	Österreichische Nationalbank
BAHAMAS	Ministry of Finance	Central Bank of The Bahamas
BARBADOS	Ministry of Economic Development	Central Bank of Barbados
BÉLGICA	Ministère des Finances	Banque Nationale de Belgique
BELIZE	Financial Secretary, Ministry of Finance	Central Bank of Belize
BOLÍVIA	Banco Central de Bolivia	Banco Central de Bolivia
BRASIL	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais—SEAIN	Banco Central do Brasil
CANADÁ	Institutions financières internationales, Direction générale des programmes multilatéraux, Agence canadienne de développement international	Banque du Canada
CHILE	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Chile
COLÔMBIA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco de la República
COREIA, REPÚBLICA DA	Ministério da Fazenda e da Economia	Banco da Coreia
COSTA RICA	Ministerio de Relaciones Exteriores	Banco Central de Costa Rica
CROÁCIA	Ministério da Fazenda	Banco Nacional da Croácia
DINAMARCA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA)	Danmarks Nationalbank
EL SALVADOR	Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Central de Reserva de El Salvador
EQUADOR	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Ecuador
ESLOVÊNIA	Ministério das Finanças	Banco da Eslovênia
ESPANHA	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales, Ministerio de Economía	Banco de España
ESTADOS UNIDOS	Treasury Department	Federal Reserve Bank of New York
FINLÂNDIA	Ministério das Relações Exteriores	Banco da Finlândia
FRANÇA	Ministère de l'Économie, de l'industrie et de l'emploi	Banque de France
GUATEMALA	Banco de Guatemala	Banco de Guatemala
GUIANA	Ministry of Finance	Bank of Guyana
HAITI	Banque de la République d'Haïti	Banque de la République d'Haïti
HONDURAS	Banco Central de Honduras	Banco Central de Honduras
ISRAEL	Banco de Israel	Banco de Israel
ITÁLIA	Ministério de Economia e Finanças	Banca d'Italia
JAMAICA	Ministry of Finance and Planning	Bank of Jamaica
JAPÃO	Ministério das Finanças	Banco do Japão
MÉXICO	Secretaría de Hacienda y Crédito Público	Banco de México
NICARÁGUA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco Central de Nicaragua
NORUEGA	Real Ministério Norueguês das Relações Exteriores	Banco da Noruega
PAÍSES BAIXOS	Ministério das Finanças	De Nederlandsche Bank N.V.
PANAMÁ	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Nacional de Panamá
PARAGUAI	Banco Central del Paraguay	Banco Central del Paraguay
PERU	Banco Central de Reserva del Perú	Banco Central de Reserva del Perú
PORTUGAL	Ministério das Finanças e da Administração Pública	Banco de Portugal
REINO UNIDO	Department for International Development	Bank of England
REPÚBLICA DOMINICANA	Banco Central de la República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
SUÉCIA	Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	Sveriges Riksbank
SUIÇA	Office fédéral des affaires économiques extérieures	Banque Nationale Suisse
SURINAME	Ministério das Finanças	Central Bank van Suriname
TRINIDAD E TOBAGO	Central Bank of Trinidad and Tobago	Central Bank of Trinidad and Tobago
URUGUAI	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Uruguay
VENEZUELA	Ministerio de Planificación y Desarrollo	Banco Central de Venezuela

PRINCIPAIS FUNCIONÁRIOS

Presidente	Luis Alberto Moreno
Vice-Presidente Executivo	Daniel M. Zelikow
Vice-Presidente de Países	Otaviano Canuto
Vice-Presidente de Setores e Conhecimento	Santiago Levy Algazi
Vice-Presidente de Finanças e Administração	Manuel Rapoport
Vice-Presidente do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana	Steven J. Puig
Gerente Geral e Economista-Chefe, Departamento de Pesquisa a.i.	Eduardo Lora
Gerente Geral, Departamento de Países do Cone Sul	Carlos Hurtado López
Gerente Geral, Departamento de Países do Grupo Andino	Alicia Ritchie
Gerente Geral, Departamento de Países da América Central, México, Panamá e República Dominicana	Gina Montiel
Gerente Geral, Departamento de Países do Caribe	Dora Currea
Secretário	Hugo Eduardo Beteta Méndez-Ruiz
Consultor Jurídico	James Spinner
Chefe de Gabinete da Presidência	Germán Quintana
Assessor-Chefe do Escritório do Vice-Presidente Executivo	Robert Kaplan
Gerente Geral e Diretor Financeiro, Departamento Financeiro	Edward Bartholomew
Gerente Geral e Diretor de Eficácia no Desenvolvimento, Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento	Luis Estanislao Echebarría
Gerente Geral, Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos	John R. Hauge
Gerente Geral, Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo	Hans Schulz
Gerente Geral, Departamento de Recursos Humanos	Guillermo Miranda
Gerente Geral e Diretor de Informática, Departamento de Tecnologia da Informação	Simon Gauthier
Gerente Geral, Escritório do Fundo Multilateral de Investimentos a.i.	Fernando Jiménez-Ontiveros
Auditor Executivo	Alan N. Siegfried
Assessor, Assessoria de Relações Externas	Pablo Halpern
Gerente, Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente	Roberto Vellutini
Gerente, Setor Social	Kei Kawabata
Gerente, Setor de Capacidade Institucional e Finanças	Mario Marcel Cullell
Gerente, Setor de Integração e Comércio	Antoni Estevadeordal
Gerente, Setor de Conhecimento e Aprendizagem	Graciela Schamis
Gerente, Setor de Oportunidades para a Maioria	Luiz Ros
Assessor, Escritório de Parcerias Estratégicas a.i.	Bernardo Guillamón
Assessor, Escritório de Gestão de Risco	Fernando Yñigo
Diretor, Escritório de Integridade Institucional	Stephen S. Zimmermann

REPRESENTAÇÕES E REPRESENTANTES

ARGENTINA, Daniel Oliveira
Calle Esmeralda 130, pisos 19 y 20
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4320-1800

BAHAMAS, Oscar E. Spencer
IDB House, East Bay Street
(P.O. Box N-3743)
Nassau Tel: 393-7159

BARBADOS, Anneke Jessen
Maple Manor, Hastings
(P.O. Box 402)
Christ Church Tel: 227-8500

BELIZE, Caroline L. Clarke
1024 Newtown Barracks
101 1st Floor
Marina Towers Building
(P.O. Box 1853)
Belize City Tel: 223-3900

BOLÍVIA, Baudouin Duquesne
Edificio "BISA", piso 5
Avda. 16 de Julio, 1628
(Casilla 5872)
La Paz Tel: 235-1221

BRASIL, José Luis Lupo
Setor de Embaixadas Norte
Quadra 802 Conjunto F
Lote 39 - Asa Norte
70.800-400
Brasília, D.F. Tel: 3317-4200

CHILE, Jaime Alberto Sujoy
Avda. Pedro de Valdivia 0193, piso 11
(Casilla 16611)
Correo 9 (Providencia)
Santiago Tel: 431-3700

COLÔMBIA, Rodrigo Parot
Carrera 7, 71-21
Torre B, piso 19
Edificio Bancafe
Bogotá Tel: 325-7000

COSTA RICA, Fernando Quevedo
Edificio Centro Colón, piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
San José Tel: 2523-3300

EL SALVADOR
María Carmenza McLean
Edificio World Trade Center, piso 4
89 Avda. Norte y Calle El Mirador
Colonia Escalón
San Salvador Tel: 2233-8900

EQUADOR, Carlos N. Melo
Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero
Ed. World Trade Center - Torre II, piso 9
(Apartado postal 17-07-9041)
Quito Tel: 299-6900

GUATEMALA, Juan José Taccone
3^{era} Avenida 13-78, Zona 10
Torre Citigroup – Nivel 10
(Apartado postal 935)
Guatemala Tel: 2379-9393

GUIANA, Marco Carlo Nicolá
47 High Street, Kingston
(P.O. Box 10867)
Georgetown Tel: 225-7951

HAITI, Philippe Dewez
Banque interaméricaine de
développement
Bourdon 389
(Boîte postale 1321)
Port-au-Prince Tel: 45-5711

HONDURAS, Steven W. Stone
Colonia Lomas del Guijarro Sur
Primera Calle
(Apartado postal 3180)
Tegucigalpa Tel: 290-3500

JAMAICA, Gerard S. Johnson
40-46 Knutsford Blvd., 6th floor
(P.O. Box 429)
Kingston 10 Tel: 764-0815

MÉXICO, Ellis J. Juan
Avda. Horacio, 1855
Piso 6 (Esquina Periférico)
Los Morales-Polanco
11510 México, D.F. Tel: 9138-6200

NICARÁGUA
Mirna Liévano de Marques
Edificio BID
Km. 4-1/2 Carretera a Masaya
(Apartado postal 2512)
Managua Tel: 67-0831

PANAMÁ, Marcelo G. Antinori
Avda. Samuel Lewis, Obarrio
Torre HSBC, piso 14
(Apartado postal 7297)
Panamá 5 Tel: 206-0900

PARAGUAI, Vladimir Radovic
Calle Quesada esq. Legión Civil
Extranjera
(Casilla 1209)
Asunción Tel: 616-2000

PERU, Ana Rodríguez-Ortiz
Paseo de la República 3245, piso 13
(Apartado postal 270154)
San Isidro, Lima 27 Tel: 215-7800

REPÚBLICA DOMINICANA
Manuel Labrado
Calle Luis F. Thomen esq. Winston
Churchill
Torre BHD, piso 10
(Apartado postal 1386)
Santo Domingo Tel: 562-6400

SURINAME, Ancile E. Brewster
Peter Brunleslaan 2-4
Paramaribo Tel: 46-2903

TRINIDAD E TOBAGO
Iwan P. Sewberath Misser
17 Alexandra Street, St. Clair
(P.O. Box 68)
Port of Spain Tel: 622-8367

URUGUAI, (Vago)
Rincón 640 esq. Bartolomé Mitre
(Casilla de correo 5029)
11000 Montevideo Tel: 915-4330

VENEZUELA, Joel Branski
Edificio Central Federal, piso 3
Avda. Venezuela, El Rosal
Caracas 1060 Tel: 951-5533

**INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA E DO
CARIBE**
Ricardo R. Carciofi
Calle Esmeralda 130, pisos 16 y 17
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4323-2350

ESCRITÓRIO NA EUROPA
Carlos M. Jarque
Banque interaméricaine de
développement
66, Avenue d'Iéna
75116 Paris, France Tel: 40 69 31 00

ESCRITÓRIO NO JAPÃO
Takeo Shikado
Fukoku Seimei Building 16-F
2-2-2 Uchisaiwaicho, Chiyoda-ku
Tokyo 100 Tel: 3591-0461

DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS*(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)*

Categoria	2006 Efetivo	2007 Efetivo	2008 Efetivo
Assembléia de Governadores	\$ 3.926,6	\$ 2.930,6	\$ 2.952,9
Diretoria Executiva	18.036,8	18.047,4	19.340,5
Escritório de Avaliação e Supervisão	6.648,3	6.691,4	8.194,8
Sede e Representações	429.905,0	438.965,6	437.217,7
Total de despesas administrativas brutas^{1,2,3,4,5,6}	458.516,6	466.635,0	467.705,9
Reembolso de fundos em administração e da CII	(3.822,8)	(3.117,3)	(4.018,1)
Reembolsos do Fumin e do Intal, receita administrativa	(8.656,0)	(11.280,1)	(7.230,4)
Total de despesas administrativas líquidas	446.037,8	452.237,5	456.457,4
Despesas de capital	18.590,2	15.787,0	27.256,7
Total das despesas administrativas líquidas e de capital	\$464.628,0	\$468.024,6	\$483.714,1

¹ Exclui depreciação, que totalizou US\$43,1 milhões em 2006, US\$20,6 milhões em 2007 e US\$19,8 milhões em 2008.

² Exclui custos acumulados de benefícios de aposentadoria, no montante de US\$4,0 milhões em 2006, US\$20,0 milhões em 2007 e US\$12,2 milhões em 2008.

³ Exclui US\$1,1 milhão de despesas em 2006, relativas a anos anteriores.

⁴ Exclui montantes no total de US\$0,5 milhão, referentes à Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento, em 2006 e 2007.

⁵ Exclui despesas de realinhamento, no montante de US\$55 milhões em 2007 e US\$5 milhões em 2008.

⁶ Em 2008, inclui despesas pré-pagas de US\$3,7 milhões.



www.iadb.org

ISSN: 0253-6048